



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL

MAYARA MACIEL

OS QUILOMBOLAS E O ESTADO:
PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NAS
COMUNIDADES DE TERRA FIRME DO BAIXO AMAZONAS (ÓBIDOS – PA)

FLORIANÓPOLIS

2019

Mayara Maciel

OS QUILOMBOLAS E O ESTADO:
PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NAS
COMUNIDADES DE TERRA FIRME DO BAIXO AMAZONAS (ÓBIDOS – PA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Antropologia Social da Universidade Federal de
Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em
Antropologia Social.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Miriam Furtado Hartung.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Maciel, Mayara

OS QUILOMBOLAS E O ESTADO: : PARTICIPAÇÃO,
REPRESENTAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES DE TERRA
FIRME DO BAIXO AMAZONAS (ÓBIDOS - PA) / Mayara Maciel ;
orientadora, Miriam Furtado Hartung , 2019.
173 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa
de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. Política de Reconhecimento..
3. Políticas Públicas.. 4. Comunidades Remanescentes de
Quilombos. 5. Associações Quilombolas.. I. , Miriam Furtado
Hartung. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

Mayara Maciel

Os Quilombolas e o Estado: Participação, representação e políticas públicas nas Comunidades de Terra Firme do Baixo Amazonas (Óbidos – PA)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof^a. Edviges Marta Ioris, Dr^aa
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Jeremy Paul Jean Loup Deturche. Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Luis Fernando Cardoso e Cardoso, Dr.
Universidade Federal do Pará

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Antropologia Social obtido pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social.

Prof. Dr. Jeremy Paul Jean Loup Deturche
Coordenador do Programa

Prof. Dr^a. Miriam Furtado Hartung
Orientadora

Florianópolis, 22 de agosto de 2019.

Ao Basílio, Carlito, Verinha, e Wanderley e todos aqueles que se encontram na “luta”.

A Aline, Beloca, Carol, Cleosibe, Chiquito, Dalva, Gerlean, e Mariana em nome de todos os moradores do Silêncio, São José, Matá, Apuí, Castanhanduba, Cuecé, Centrinho, Serra, Ponte Grande, Patauá do São José, Vila Nova.

PRÓLOGO

Nestes últimos três anos, muitas pessoas passaram e se fizeram presentes na minha vida. Pessoas com as quais compartilhei algumas ou todas as fases que um mestrado requer. Digo de passagem, que, ao me lançar a este desafio, transformei-o numa grande batalha interior.

Certezas e incertezas, simplicidades e complexidades, facilidades e dificuldades, sorrisos e choros, alegrias e tristezas, fé e descrenças, forças e fraquezas, calmarias e desesperos acompanharam todo o processo de me tornar “institucionalmente”; uma antropóloga.

Por um lado, fica a enorme satisfação e a realização por tudo que pude viver e apreender com as pessoas com quem convivi durante a pesquisa de campo. Até hoje canso os ouvidos dos que me cercam com histórias e lembranças do tempo em que estive no Pará. Não posso dizer que a Mayara que saiu de Florianópolis no dia 08 de julho de 2013 em sua primeira viagem à Amazônia, sua primeira viagem de avião e de barco e sua primeira pesquisa de campo é a mesma que retornou no dia 01 de dezembro de 2013. Tive o enorme prazer de conhecer e conviver com pessoas que ampliaram meu modo de pensar e viver a vida. Posso afirmar que a partir dessa experiência meus interesses, minhas prioridades e necessidades têm se alterado.

Penso que o mais difícil, ou se não o impossível, nessa profissão, é permanecer cem por cento em uma relação de pesquisador-objeto de pesquisa, sem se envolver pessoalmente com o que se está pesquisando, principalmente quando você se dispõe a experienciar algo que transcende as vivências adquiridas até então. Talvez por ter sido, ao mesmo tempo, a Mayara “pessoa”; e “pesquisadora”; é que foi possível contar com uma ótima acolhida. Pude circular, e circulei, por vários tipos de grupos: homens e mulheres; crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos; líderes e representantes comunitários, líderes religiosos, mediadores externos; agricultores, pescadores, aposentados, servidores públicos, comerciantes, vereadores, prefeito, secretários municipais, entre outros, e em suas variadas relações: parentesco, vizinhança, compadrio, amizade, econômica, trabalho e política.

Relações essas manifestadas nos espaços e momentos: roças, barracões de farinha, casas, quintais, bares, barcos, “bancas”, reuniões, torneios de futebol, festas, eventos escolares, eventos políticos, cultos religiosos, entre outros.

Não somente observei e participei. Fiz ou tentei fazer o que eles cotidianamente fazem: dormi em rede; arranquei e descasquei mandioca; comi peixe, farinha e tomei vinho de açaí de porção; cozinhei; dancei, torci pelos times das comunidades. Brinquei com as crianças, caminhei com os idosos, joguei vôlei e dominó. Não me arrisquei no futebol e na pesca somente por ser “perna de pau” e não saber nadar. Escrevi atas, ofícios, cartas e e-mails junto com os coordenadores da Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (Acornecab). Com eles participei de conversas com gerentes de banco, secretários municipais, técnicos da Celpa, Incra, e de tudo o que faz parte da vida política local.

Abaixo segue um quadro de fotos que ilustram alguns momentos e algumas pessoas que fizeram parte desses últimos anos.

Foto 1 – Sobre alguns momentos no “Campo” e o retorno para “Casa”



Foto: Arquivo Pessoal (2013).

A partir de uma relação de muito respeito e hospitalidade entre ambos os lados, fui “familiarizando” e sendo “familiarizada”. A Mayara que “veio lá de Santa Catarina fazer uma pesquisa sobre o Silêncio e sobre as atividades da Acornecab” foi ganhando, no decorrer da pesquisa, apelidos “Mayara de Santa Catarina”, “loira”, “may”, “tia ma”, – e funções como “pesquisadora”, “professora”, “assessora”; e “ajudante” da Acornecab. Para não me estender mais, quero registrar que imensurável é minha gratidão às pessoas que concretizaram minha pesquisa. Em especial aos moradores da comunidade Silêncio, local onde morei, fiz amigos e de quem sinto muitas saudades.

Do outro lado disso tudo, está a difícil tarefa de escrever. Acredito que são raras e certamente privilegiadas as pessoas que não têm dificuldades com a escrita. Sempre quando escrevo me deparo com todas as limitações que derivam da minha formação escolar, acadêmica e familiar. Entre os limites, destaco a falta do domínio do português, sobretudo das concordâncias, regências, coesão e a falta de prática em uma leitura atenta, crítica e reflexiva. Outra dificuldade deriva do quantitativo e qualitativo dos dados que recolhi durante a pesquisa de campo. Por onde começar? Como escrever? O que escrever? Como interligar as informações? Foram questionamentos que se transformaram em grandes dilemas para mim. Mesmo que eu soubesse o que queria e precisava escrever, não sabia como fazer, como organizar em texto, aquilo que tinha no plano das ideias. Foi um ano de muita (re)escrita e (re)leituras. Levei muito tempo analisando e organizando as informações obtidas na pesquisa de campo, lendo e relendo etnografias ou outras obras sobre a região do Baixo Amazonas, sobre as “comunidades remanescentes de quilombos” no contexto nacional; sobre “teorias antropológicas”, entre outros. No entanto, acredito que não foi “tempo perdido”, mas sim, um tempo que foi necessário e serviu para eu ter mais segurança naquilo que precisava escrever. Sou uma pessoa de fato insegura quando tenho que marcar uma posição “pública” e quando tenho que colocar um “ponto final”. Quando iniciava um capítulo ou um tópico, não conseguia concluí-lo, porque uma informação ia levando a outra nos variados “contextos”, e assim sucessivamente. Toda escolha gera uma perda. Fato que me fez levar novamente mais tempo para me convencer de que eu não poderia escrever todos os detalhes e particularidades da localização, da história, da territorialização, da política e suas relações, ou seja, não sabia como escrever as interligações que envolvem a comunidade Silêncio e a Acornecab, e outro conjunto de questões se deu em torno do cuidado que se tem que ter ao fazer as descrições para não criar ou acirrar conflitos entre os moradores.

Embora a organização do texto, que ora apresento, seja bastante similar a que apresentei e discuti com a orientadora em meados de fevereiro de 2014, só consegui começar a colocar os “inícios e pontos finais” de cada tópico e escrever em detalhes o que de fato precisava em meados de janeiro de 2015. Ainda penso que poderia ter feito e escrito melhor a dissertação, mas não a terminaria nunca, por ser eu minha maior e pior crítica, e por a cada dia novos fatos, novos eventos, novos problemas surgirem.

Tendo em vista esses percalços, passo agora a fazer meus agradecimentos, que são também pedidos de desculpas. Tornei-me uma pessoa ausente fisicamente, irresponsável com prazos e datas, e “enrolona” com tudo e com todos. Se esta dissertação saiu, foi porque muitas pessoas se mobilizaram e me apoiaram nestes últimos anos. Não tenho como aqui citar todos, um círculo de pessoas se formou e cada uma dessas foi importante para mim. Mas preciso destacar algumas que foram decisivas para a conclusão desta pesquisa. Lembro que a ordem exposta não indica uma hierarquia de importância.

Carlito, Chiquito, Wanderley, suas respectivas esposas, Dalva, Cleosibe e Railene; seus respectivos filhos, pais, irmãos, sobrinhos, primos, amigos, enfim, aos moradores do Silêncio. Não sei como agradecer por toda a paciência, generosidade, hospitalidade e seus “mimos” para comigo. Logo quando cheguei, várias pessoas me diziam que não iam me deixar retornar para Santa Catarina. Ao longo do campo fui entendendo o porquê desse alerta e, de fato, isso veio acontecer. Saí do Silêncio, mas o Silêncio não saiu de mim. Sobretudo, o que tem me motivado a terminar esse ciclo não é apenas ter um título, mas sim, apresentar e retribuir à comunidade o aprendizado que obtive com os “Filhos do Silêncio”. Estes, muitas vezes “esquecidos” pelos pesquisadores que lá passaram, e “mal compreendidos” e “estigmatizados” por algumas pessoas de fora. Preciso agradecer imensamente a Carlito e Dalva, e toda sua família, por abrirem as portas de sua casa e de suas vidas, por seus zelos e preocupações com meu bem-estar, por dividirem comigo suas rotinas e histórias. Foram eles também que me apresentaram grande parte das pessoas com as quais convivi.

Assim como Carlito, agradeço também a Chiquito e Wanderley, por serem tão generosos e compreensíveis comigo. Oportunizaram minha pesquisa, consentiram minha participação nas atividades da Associação. A cada lugar que eu ia com eles, me apresentavam e cediam alguns minutos para que eu pudesse falar um pouco sobre a minha pesquisa e estadia lá. No início, eu vivia perguntando se eu poderia acompanhá-los ou não nos locais e reuniões que iam. Ao passar do tempo, era convidada ou subentendiam que participaria de tais eventos. Suas esposas, Cleosibe e Railene, foram igualmente solidárias, me receberam também em

suas casas, fizeram almoços, merendas e jantas. Nestes momentos conversávamos sobre tantos assuntos decorrentes na comunidade. Essas pessoas, como tantas outras, tornaram-se amigas, com as quais mantenho contato telefônico até hoje, seja para amenizar a saudade, seja para tirar algumas dúvidas que ficaram ou até mesmo para contribuir, mesmo de longe, com a Associação. Estendo os meus agradecimentos a todos aqueles residentes de outras paragens que cederam parte de seu tempo para conversas e entrevistas, foram igualmente fundamentais. Não posso deixar de agradecer aos funcionários das secretarias municipais de Óbidos, da biblioteca e do museu municipal, e da agência do IBGE, que me disponibilizaram dados quantitativos e históricos tanto das comunidades pesquisadas como do município em seu todo. Ao pessoal do hotel em que eu ficava hospedada e do comércio em geral, por serem atenciosos e caridosos comigo nos dias que estava na cidade de Óbidos.

Se tem algo em que não acredito, é em acasos. Há sempre uma ou milhares de razões, explicações e motivações que envolvem o encontro entre pessoas em situações cotidianas. Miriam é uma dessas pessoas que me proporcionou repensar, ou tentar pelo menos sair da minha zona de conforto. Fez-me acreditar que eu poderia prosseguir numa área que me causava tantos desconfortos e inseguranças, e que para continuar teria que me debater e superar algumas limitações. Na graduação, fiz dois cursos ao mesmo tempo, Ciências Sociais e Ciências Contábeis. Só consegui me formar na última, porque ainda não finalizei meu trabalho de conclusão de curso de sociais, pelos mesmos motivos que quase não consegui entregar esta dissertação. Em vez de parar e/ou continuar numa área que, ao menos tecnicamente, era mais objetiva e, assim, considerava mais fácil, quis o que me causava mais “pânico”. Miriam foi, desde a graduação, minha orientadora e desorientadora. Por um lado, é aquela lanterna que acende quando se acorda apavorada no meio de uma noite de chuvas e trovões e sem energia. Nos meus momentos mais escuros, confusos, de incertezas, ela me acalmava, clareava meus pensamentos, minha escrita, e até minhas escolhas. Por outro lado, quando eu ia com todas as certezas e soluções, ela vinha com o “por que não?”. Foi com ela e com seus questionamentos em relação as minhas escolhas teóricas e metodológicas que aprendi a refletir e ter consciência daquilo que escrevia. Miriam, obrigada por todo o aprendizado, apoio, paciência, compreensão, atenção e preocupação comigo. Acreditou quando eu não mais acreditava e estava prestes a largar tudo. Desculpas por tantos transtornos causados. Sei que não deve ter sido nada fácil orientar as “múltiplas Mayaras” (risos). Obrigada por tudo mesmo!

Meus familiares e amigos, pais, irmãs, sobrinhos, avós, tios, primos, colegas, (ex) namorados, meu muito obrigada! Nos últimos meses, andei afastada, desligada e impaciente, não participei de muitos eventos considerados importantes para alguns, mas, mesmo assim, não desistiram de mim e aguentaram minhas bipolaridades em relação à escrita da dissertação. De todos eles, destaco aquela que me deu à luz: Sandra. Em tempo integral é mãe, irmã, amiga, incentivadora, conselheira. Esforçou-se muito para entender o que eu faço ou tinha que fazer, muitas vezes sentou comigo para ver se conseguia ajudar, mas ao mesmo tempo se frustrava por ter também limitações parecidas com as minhas. No entanto, ela me ajudou de outras formas. Brinco com ela ao dizer que “se eu tenho fé, é na fé dela”. Sandrinha, obrigada por cada palavra de apoio, afeto, incentivo, pelas orações, energias e promessas, só quero ver depois eu cumprir todas elas, mas está valendo.

A todos os professores e funcionários do Departamento de Pós- Graduação em Antropologia Social sou grata por toda atenção e compreensão e seus esforços para que eu pudesse finalmente defender esta dissertação. Em especial, a Professora Edviges, aos Professores Jeremy e Luis Fernando, que aceitaram o convite para participarem da banca e foram muito generosos em ceder mais uns dias para que pudesse concluí-lo. Peço desculpas pela série de transtornos que acabei criando, sei que não foi fácil para vocês também, e agradeço de coração por tudo isso e pelas contribuições que virão. Como também a Ana, foi sempre paciente e esclarecedora nas minhas dúvidas e alterações de datas.

Agradeço ao Instituto Brasil Plural por viabilizar e financiar meu projeto de pesquisa; a Sulane por sua disponibilidade, atenção, e esclarecimentos sobre os aspectos burocráticos da pesquisa de campo. E a CAPES, por conceder durante dois anos bolsa de estudo para que eu pudesse me dedicar exclusivamente ao mestrado.

Assim, estendo meu Muito Obrigada a aqueles que não foram citados, mas que me ajudaram de alguma forma para que eu finalizasse a dissertação. Obrigada por tudo! Desejo assim, uma boa leitura a todos.

[...]

O nosso sangue é forte

E temos convicção

Que somos filhos do norte

Uma grande nação!

Nação chamada Brasil

Somos de sangue irmãos!

Pedimos aos competentes,

Que possam se sensibilizar

Ajudarmos com coisas boas

Que possamos trabalhar.

Com dignidade de gente

Filhos do nosso Pará

Pedimos aqui os presentes

O nosso perdão

Negro é gente decente

E se orgulha aqui desse chão!

Um chão bem brasileiro

De uma grande nação

Obrigado a todos vocês

Queremos agradecer

Vamos lutar sempre bravos

Bravura para vencer

Deixamos de ser escravos

Mas muitos tiveram que morrer!

Poema “**O Grito da Liberdade**”, de autoria de Ailton José Gomes (morador da “comunidade remanescente de quilombo”; Mondongo – Óbidos/PA)

Estaríamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por vir à luz.

Sérgio Buarque de Hollanda – **Raízes do Brasil** [1936], 1995, p.180.

RESUMO

A partir da Constituição de 1988 e do Programa Brasil Quilombola (2004), o Estado brasileiro vem elaborando e executando políticas públicas que visam reconhecer o direito étnico, jurídico, político, cultural das comunidades negras rurais por meio da categoria identificatória “comunidades remanescentes de quilombo”. A presente dissertação objetiva fazer uma etnografia sobre o modo como as políticas governamentais vêm sendo apreendidas e vivenciadas pelas próprias comunidades. Ou seja, como estes sujeitos articulam e efetivam a representação, a participação, os diálogos, as negociações, as mediações e o reconhecimento, ao nível interno e externo. Ao considerar a inserção em suas redes familiares, sociais e institucionais, procuro compreender os mecanismos de produção de consensos e divergências em torno dos modos de representação e apresentação das diferenças. Tenho como referência o ponto de vista dos representantes, líderes, mediadores e moradores das onze comunidades de terra firme, que, desde 1999, com a auto atribuição de “comunidades remanescentes de quilombos”, passaram a integrar a “Área Remanescente de Quilombo das Cabeceiras”, localizada no município de Óbidos, Baixo Amazonas Paraense. Para elucidar tais questões, realizou-se quatro meses de pesquisa de campo na comunidade Silêncio – local da sede da Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (Acornecab) – em que foi possível acompanhar as atividades realizadas pelos representantes da Associação, como também observar como essas políticas públicas operam no plano local e no conjunto das comunidades.

Palavras Chaves: Política de Reconhecimento. Políticas Públicas. Comunidades Remanescentes de Quilombos. Associações Quilombolas.

ABSTRACT

From the 1988 Constitution and the Program Brazil Quilombola (2004), the Brazilian State has been elaborating and executing public policies which aim to recognize the ethnical, legal, political and cultural rights of rural negro communities through the indentifying category “remaining communities from quilombola”. This dissertation aims to carry out an ethnography about way the governmental policies have been learned and experienced by the communities. In other words, how these subjects articulate and legitimize the representation, the participation, the dialogues, the negotiation, the mediation and the recognition, on the external and internal levels. By considering the insertion in their familiar, social and institutional networks, I want to understand the mechanisms of convergent and divergent production around the ways of representation and presentation of differences. I have as reference the point of view of representatives, leaders, mediators and dwellers from eleven communities of mainland that, since 1999, with the self attribution of “remaining communities of quilombo”, started to integrate the “Remaining Area of Quilombo from Headboards”, situated in the city of Óbidos, Baixo Amazonas Paraense. To elucidate such questions, it was accomplished four months of field research at Silence Community – headquarters location of Remaining Communities Association of Negros from Headboards Area (Acornecab) – where it was possible to follow the activities carried out by the Association’s representatives, as well as to observe how these public policies operate in the local plan and as a whole in communities.

Keywords: Recognizing Politics. Public Policy. Remaining Communities from Quilombolas. Quilombolas Associations.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 – Sobre alguns momentos no “Campo” e o retorno para “Casa”	22
Foto 2 – “Seca” e “Cheia” em frente à comunidade Cuecé.....	32
Foto 3 – Flutuante e Barco Romarinho	84
Foto 4 – Na parte interna do barco rumo ao Silêncio.....	85
Foto 5 – O desembarque no Silêncio.....	86
Foto 6 – A ponte	88
Foto 7 – Barracão de farinha	92
Foto 8 – Auê São Benedito.....	99
Foto 9 – A “Capina”	101
Foto 10 – O “descasque” da mandioca.....	102
Foto 11 – A “prensa”	103
Foto 12 – Mãe e filho torrando a farinha.....	103
Foto 13 – Assembleias, Reuniões e Eventos	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização dos Municípios do Baixo Amazonas	33
Mapa 2 – Localização da Área das Cabeceiras e Costa de Óbidos	35
Mapa 3 – Principais núcleos coloniais do Grão-Pará na época do Diretório Pombalino (1757-1798).....	72
Mapa 4 – Comunidade Silêncio.....	89
Mapa 5 – Mapa de Casas Tubiacanga	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Estações do Ano em Regiões Amazônicas	31
Tabela 2 – População do Silêncio em 2013.....	87
Tabela 3 – Polo de Ensino Silêncio	149

LISTA DE SIGLAS

ACOB – Associação Cultural Obidense

ACORNECAB – Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras

ACORNEP – Associação da Comunidade Remanescente de Negros Peruana

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ARQCONSGPAB – Associação Remanescente de Quilombos da Comunidade Nossa Senhora das Graças (Paraná de Baixo)

ARQMO – Associação Remanescente de Quilombos do Município de Oriximiná

ARQMOB – Associação Remanescente de Quilombos do Município de Óbidos

ARQUICA – Associação Remanescente de Quilombos da Comunidade Arapucu

ARQUIMIM – Associação Remanescente de Quilombos Muratubinha, Igarapé Açú dos Lopes e Mondongo

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases

CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará

CELPA – Centrais Elétricas do Pará

CF – Constituição Federal

CPI – SP – Comissão Pró-Índio São Paulo

CRQs – Comunidades Remanescentes de Quilombos

EMATER – Instituto Paraense de Assistência Técnica e Extensão Rural

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária

ITERPA – Instituto de Terras do Pará

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MINC – Ministério da Cultura

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PBQ – Programa Brasil Quilombola

PMO – Prefeitura Municipal de Óbidos

RI – Região de Integração

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	22
1.1	COMUNIDADES DE TERRA FIRME NO BAIXO AMAZONAS.....	30
1.1.1	A Área das Cabeceiras	37
1.2	DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	42
2	O ESTADO E A POLÍTICA DE RECONHECIMENTO	46
2.1	POLÍTICA DE RECONHECIMENTO “A LA BRASILEIRA”	48
2.1.1	A categoria: os quilombos e as "comunidades remanescentes de quilombos" ...	52
2.1.2	Representação, mediações e participação	54
2.1.3	Titulação e propriedade coletiva das terras das "comunidades remanescentes de quilombos"	56
2.1.4	As Políticas Públicas: Reconhecer e Redistribuir	58
2.2	IDENTIDADE, ETNICIDADE E TERRITORIALIDADE	62
3	A PRESENÇA NEGRA NO PARÁ SOB O REGIME DA ESCRAVIDÃO	67
3.1	COLONIZAÇÃO E A ESCRAVIDÃO NO GRÃO-PARA.....	68
3.2	A “FORMAÇÃO DOS MOCAMBOS” NO BAIXO AMAZONAS	75
3.3	A HISTÓRIA LOCAL DA ÁREA DAS CABECEIRAS.....	77
4	A COMUNIDADE SILÊNCIO	84
5	“A POLÍTICA QUILOMBOLA”: PROJETOS GOVERNAMENTAIS, REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO	109
5.1	O PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO ART. 68 NAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DO BAIXO AMAZONAS.....	110
5.1.1	O Movimento Catequético	110
5.1.2	"Raízes Negras": da descoberta do direito ao reconhecimento "quilombola"	113
5.1.3	O Reconhecimento e a Titulação	117
5.1.4	A Acornecab	122
5.2	“PROJETOS DAS CASAS”: “OS ANGUS” E “A “CARTA NA MANGA”	127

5.2.1	“Assentados e/ou quilombolas”? Compreendendo os projetos governamentais	127
5.2.2	O Primeiro e o Segundo Projeto de Habitação	130
5.2.3	O Terceiro e o Quarto Projeto Habitacional	133
5.2.4	Associações e Presidentes: o jogo da legitimidade	141
5.3	A CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA: “DANÇANDO CONFORME A MÚSICA”	148
5.3.1	Silêncio é Silêncio, e Matá é Matá!	156
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
	REFERÊNCIAS	165

1 INTRODUÇÃO

Ao chegar ao território “Área das Cabeceiras”, localizado na margem esquerda do município de Óbidos - PA, em julho de 2013, uma das minhas primeiras sensações foi a de que não havia momento melhor para eu estar lá e para o que eu objetivava estudar: o modo como as ações e os projetos governamentais são apreendidos e vivenciados pelos próprios moradores das chamadas “comunidades remanescentes de quilombos”.

Essa sensação procedia das inúmeras informações que recebi e que pude acompanhar a respeito dos projetos governamentais em vias de implementação nas comunidades, dos projetos propostos pela coordenação da Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (Acornecab), e dos projetos da Associação Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos (Arqmob).

Ao que se refere aos projetos governamentais, os moradores das comunidades do Matá e de São José se preparavam para a inauguração dos novos prédios escolares. Enquanto, os moradores das comunidades do Silêncio e do Apuí acompanhavam o início das obras para a construção de novos prédios escolares. Ainda no Silêncio, iniciava-se a execução do projeto de construção de sanitários, que prevê atender todas as comunidades da “Área”. E técnicos da prefeitura elaboravam um projeto para a recuperação e construção das estradas vicinais, que ligam a “Área” ao município de Óbidos. Os prédios escolares, os sanitários, a recuperação e a construção das estradas vicinais são convênios firmados sob âmbito do “Programa Brasil Quilombola”, entre a Prefeitura Municipal de Óbidos e órgãos governamentais competentes como: MEC, Funasa e Incra, respectivamente. Cabendo a Acornecab, a “parceria” e a fiscalização na execução das obras.

Os coordenadores da Acornecab, por sua vez, estavam à espera dos projetos elaborados por eles, e encaminhados para dois deputados estaduais do Pará. Haviam solicitado uma Ambulancha¹, e uma Sala de Informática para equipar a Sede da Associação. Um “sonho antigo” também estava prestes a ser concretizado: a construção da Sede da Acornecab, finalmente, em fase de cobertura do telhado. E o tão aguardado convênio para a construção de trezentas unidades habitacionais de alvenaria estava para ser assinado entre o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Acornecab.

¹ Ambulancha é o nome dado para uma embarcação equipada para atuar como UTIs móveis, com o atendimento pré-hospitalar, e o transporte assistido para o hospital da cidade.

Já os coordenadores da Arqmob junto com os outros coordenadores das Associações Comunitárias Quilombolas do município, planejavam realizar o “I Festival Cultural e Esportivo Quilombola do Município de Óbidos (FECESQMOB)”, em Comemoração à Semana da Consciência Negra. Com o objetivo de “resgatar a identidade cultural quilombola do município de Óbidos por meio da integração social e do esporte”². Pretendiam fazer do evento, um “teste”. A ideia era realizar nos anos posteriores um evento maior abrangendo todas as comunidades quilombolas do Baixo Amazonas.

Não era só no “campo dos projetos” que as coisas estavam movimentadas. A coordenação da Acornecab em sua oitava gestão, passava por alguns obstáculos. O coordenador geral, também chamado de “Presidente da Associação”, estava com vontade de pedir a renúncia do seu cargo, após uma reunião conturbada com os moradores do Silêncio sobre a definição do local da construção do novo prédio escolar da comunidade. A partir dessa reunião veio à tona o desejo de parte dos moradores dividir o território do Silêncio em duas comunidades.

Desejo que se aflorou com a circulação do abaixo-assinado sobre a emancipação política administrativa de uma comunidade de terra firme de Óbidos, a Vila Flexal. A possível emancipação implicaria na divisão territorial da “Área das Cabeceiras”. Um dos limites entre os municípios seria o furo do igarapé do Matá, o mesmo que divide espacialmente a comunidade Silêncio em duas grandes áreas.

Além disso, havia a renovação do executivo municipal. Frequentes eram as manifestações públicas e protestos contra a nova gestão, motivadas pelos atrasos de pagamentos de salários dos servidores públicos, precariedades nas rodovias e portos, na paralisação de obras públicas, e na acusação de desvios de verbas.

Tal conjuntura política acarretou uma série de consequências aos projetos para as comunidades aqui investigadas, aos coordenadores da Acornecab e aos moradores da “Área das Cabeceiras”. Sobretudo por dois principais motivos. Um deles, a paralisação das obras dos sanitários e o atraso no início da construção das novas escolas. A coordenação da Acornecab passou a ser questionada pelos atrasos das obras, pois muitos associados pensavam que era ela a responsável pela execução das obras e pelos recursos financeiros, algo que estava a encargo da prefeitura. O outro, talvez o mais importante, deriva da troca de gestão do executivo municipal. Os coordenadores da Acornecab em sua maioria apoiaram o candidato à

² Informação retirada do projeto nº 1/2013 FECESQMOB – ARQMOB (2013, p.02).

sucessão do prefeito anterior, o que veio a interferir na comunicação e diálogo com o atual prefeito.

Acompanhei os coordenadores da Acornecab e suas buscas incansáveis por um reconhecimento público e por informações acerca dos projetos e sua luta para torná-los concretizados. Uma vez que tais projetos se arrastam por um longo período de tempo e em sua maioria encontram-se paralisados. Muitas reuniões foram realizadas, entre os próprios coordenadores, entre coordenadores e associados, entre coordenadores com mediadores da cidade de Óbidos, com coordenadores da Arqmob, com professores, gerente de banco, com técnicos da prefeitura, com técnicos do Incra, com representantes da Comissão Pró-Índio, entre outros. Cada reunião levava a outra reunião, a fim de agilizar o processo de execução dos projetos listados acima e resolver os conflitos derivados destes: a divisão da comunidade Silêncio motivada pela escolha do local da construção da nova escola, e a divisão da “Área das Cabeceiras” motivada pelo abaixo assinado da emancipação da Vila Flexal.

Esse cenário repleto de projetos, parcerias, reuniões, e a própria organização comunitária através de uma Associação, é algo que vem sendo construído, apreendido e vivenciado, principalmente nos últimos quinze anos. Temos como marco inicial o processo de mobilização em torno da categoria identificatória “comunidades remanescentes de quilombos” que resultou na constituição da Acornecab e na expedição de um único título para onze comunidades. Anteriormente, num passado não muito distante era "raro" de se ver e acontecer. No dizer dos meus interlocutores, somente em *"épocas de política"*, isto é, no período eleitoral, *o "governo olhava para nós"*. Tais projetos são entendidos pelos moradores e seus representantes como *"benefícios"* e nem sempre atendem suas demandas. Habitualmente, não se efetiva na prática o previsto. A participação, a comunicação e os esclarecimentos acerca do processo de elaboração e execução dos projetos raramente se realizam; a finalização total das obras é sempre um problema a ser enfrentado durante anos; a contemplação de benefícios à integralidade das famílias na área é igualmente um desafio.

Desde 1999 a Acornecab tem como principais atividades: resolver conflito e invasão de terras; representar os interesses das comunidades externamente por meio do diálogo e negociação com os agentes do Estado; informar aos associados sobre o andamento dos projetos. E, sobretudo, reforçar o caráter de "reconhecimento", "coletividade", "participação", e "organização". Ou seja, a téttrade da “política quilombola”, o que o Estado e alguns mediadores externos teorizam e preveem que aconteça em tais comunidades. No entanto, no

contexto em que eu estava inserida se observou formas diferenciadas de dar sentido a esses modos e temas que são alvos de discussão e pesquisa na antropologia.

Como afirma a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2009, p. 339), "a autoridade para representar um grupo indígena [aqui também quilombola] é produzida no próprio processo de realizar atos jurídicos em seu nome". Ou seja, são os discursos e atos políticos que constituem as coletividades. E é sempre a relação com o Estado (em suas diversas instâncias) que acaba cristalizando ou fornecendo certo grau de consistência as regras e as associações. Como a norma é a autonomia de cada comunidade, a emergência de algo como uma "representação étnica" na forma de líderes de associações é inevitavelmente acompanhada de conflitos, já que nada é mais difícil do que atribuir legitimidade a representantes legais. Os elos entre as instituições políticas que enfatizam a autonomia e as instituições associativas que visam representar o grupo étnico como um todo não é uma coisa dada. Só podem ser construídos e validados à custa de muito esforço. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 336).

Assim, cada comunidade é uma "unidade política autônoma". Antes de serem identificadas como "comunidades remanescentes de quilombos", havia um modo de (co)existir, suas lideranças políticas advindas de alianças de parentesco, vizinhança e compadrio. Com a criação das duas Associações (Arqmob e Acornecab) um "novo modelo" de organização comunitária vem sendo construído por intermédio dos "representantes", chamados de coordenadores das Associações, alguns mediadores externos, e os moradores das comunidades das Cabeceiras. Na rotina dos moradores inclui-se agora um espaço de discussão dos problemas nas e entre comunidades através de reuniões, assembleias, e rodas de conversas com os coordenadores. Um espaço de luta por projetos de melhorias para as comunidades; um espaço de participação e negociação com os representantes da administração municipal, estadual, movimentos sociais e líderes municipais e regionais, enfim, um novo espaço de fazer e praticar a política.

Essa construção e vivência tem sido repleta de barreiras burocráticas, cercado de dúvidas e contradições que vão da elaboração e execução dos projetos, e no plano mais amplo, da elaboração das políticas públicas e da efetivação de uma política de reconhecimento. Não muito diferente, são as dificuldades encontradas no processo de legitimação da Associação junto aos órgãos públicos e principalmente, aos moradores das comunidades das quais representam.

Em 2015 a Acornecab comemora dezesseis anos de existência. Soma-se em sua

história oito gestões encabeçadas por cinco coordenadores diferentes. Vários coordenadores não conseguiram findar seus mandatos. Acumulou, durante esse tempo, uma dívida superior a dezessete mil reais, decorrente de impostos com a Receita Federal, despesas com advogados, contadores, com deslocamento dos coordenadores, e com a construção da sede. Tal fato tem criado uma série de dificuldades como, por exemplo, o bloqueio da conta bancária da associação em razão de um processo na justiça em razão da (não) construção das casas de alvenaria; a queixa de moradores em relação à cobrança das mensalidades; o lamento dos coordenadores de que os moradores apenas se associam para "*ganhar a casa*" e não reconhecem as outras atividades e projetos desenvolvidos. Não é mais tão expressiva a presença e a participação dos associados nas reuniões promovidas pelos coordenadores, como na época do processo de titulação e da contemplação ao primeiro projeto de habitação e fomento.

Soma-se os obstáculos encontrados no reconhecimento dos agentes do Estado nas negociações, diálogos e participações nos projetos para as comunidades. Com a renovação do executivo municipal, o reconhecimento da Acornecab como uma autoridade legítima da "Área das Cabeceiras" pelo poder público municipal passou agora a ser oscilante. Quando o executivo municipal precisa da assinatura do coordenador geral para algum projeto ser encaminhado para o governo federal há certa comunicação. Fora isso, os coordenadores não eram chamados para participar e discutir sobre os projetos para a "Área", e nem mesmo eram convidados para participar de eventos públicos que estavam diretamente ligados a coordenação. Para o atual coordenador, isso é também resultado do próprio não reconhecimento dos moradores da "Área" que se expande para as outras esferas.

No plano de fundo desse processo de legitimação da Acornecab está a complicada tarefa de coordenar e integrar onze comunidades como um único território – a "Área das Cabeceiras" –, e de instituir uma organização coletiva, quando na sua prática encontra-se toda segmentada. Ou dito de outra forma, de instituir um Estado local integrandos várias comunidades, sendo que há resistência de parte das comunidades de seguir um modelo de organização estatal.

Diante disso, proponho fazer uma descrição de como as políticas governamentais vêm sendo apreendidas e vivenciadas pelos próprios moradores das comunidades. Isto é, como estes sujeitos articulam e efetivam a representação, a participação e o reconhecimento, ao nível interno e externo; como se efetivam as relações, os diálogos, os discursos e os interesses das lideranças comunitárias com os diferentes organismos vinculados às políticas

quilombolas. A partir da comunidade Silêncio – sede da Acornecab – descrevo o modo que vem sendo instituída essa “nova dinâmica”, ou melhor, esse “novo” jeito de se organizar politicamente e suas passíveis implicações no modo de vida dos moradores dessas comunidades.

A dissertação está dividida em seis capítulos. Nessa **Introdução** além de descrever o objeto e os objetivos da minha pesquisa, apresento a localização da pesquisa e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo, **O Estado e a Política de Reconhecimento**, apresento o modo que a “política quilombola” vem sendo construída a nível nacional. A “política quilombola” é entendida aqui, como um conjunto de aparatos legais e programas que visam criar e instrumentalizar políticas de valorização da cultura afro-brasileira, realizada por meio da garantia de direitos:

- a) ao reconhecimento como “remanescente das comunidades dos quilombos”;
- b) à titulação de suas terras; e
- c) ao acesso a políticas públicas que visem a garantia dos direitos sociais previstos na Constituição Federal como: educação, saúde, moradia, alimentação, saneamento básico, trabalho, etc.

Observamos duplicidades e antagonismos na formulação e efetivação das políticas públicas específicas para as "comunidades remanescentes de quilombo". Por um lado, reforça o "coletivo" previsto em uma Política de Reconhecimento. Por outro, o caráter "individual", que orienta as Políticas Redistributivas. E como resultado, temos alguns conflitos que podem ser observados nas relações diárias dos moradores das comunidades e entre comunidades, envolvendo parentes, compadres, vizinhos, parceiros, que orientam e redefinem os modos de pertencer, viver e ocupar um território. Ainda neste capítulo veremos como essa temática insere-se no campo das teorias antropológicas com uma reflexão sobre identidade, etnicidade e territorialidade para entendermos o que são grupos étnicos e sua autoatribuição, utilizando como referência HALL (2000), AGIER (2001), BARTH (1976), OLIVEIRA (1999), ARRUTI (2006).

No terceiro capítulo, **A presença negra no Pará sob o regime da escravidão**, faço uma releitura a partir das obras de Salles (1971), Reis (1979), Andrade (1995), Marin (1995), Azevedo e Castro (1998), Funes (1999) Bezerra Neto (2001), O’Dwyer (2005), Farias (2008), e demais dissertações, sobre a presença negra na Amazônia sob o regime da escravidão, com o enfoque na região paraense do Baixo Amazonas. Para em seguida descrever a história local

da “Área das Cabeceiras”. A ideia é entender como os moradores dessas comunidades atribuem significados às suas relações e ao mundo ao seu redor, agindo sobre ele, da mesma forma que são atingidos pelas visões, interpretações e ações do mundo externo. Assim, essa rede de relações será analisada a partir das experiências organizativas tanto as do presente quanto aquelas do passado, pois os acontecimentos do passado são apropriados pelos moradores tendo em vista sua situação e relações no presente.

O quarto capítulo, **A Comunidade Silêncio** apresento uma descrição sobre o cotidiano dos moradores e seus modos de vidas e de suas relações ambientais, familiares, sociais, econômicas e políticas. Dentre variados motivos, escolhi a comunidade Silêncio para viver e descrever os modos de vida dos moradores das comunidades da “Área das Cabeceiras”. Além de ser atribuído ao Silêncio o local de “*origem do antigo quilombo*”, ele é apreendido por aqueles que não vivem lá, como uma “*comunidade problemática*”, no qual, “*querem tudo dado em vez de trabalharem para isso*”. O que implica, para os de “fora”, uma ausência de organização. Organização aqui no sentido mais estatal, que normatiza e padroniza os modos de ser e agir. Diferente do que possa ocorrer em outras comunidades, há no Silêncio variadas formas de se organizar e ao mesmo tempo de desorganizar, que não são aquelas impostas por instituições externas, como sindicatos, ONGs, entidades governamentais, e igrejas. Observa-se um constante movimento de integração e desintegração entre as pessoas que vivem lá. Dito de outra forma, coexistem variadas relações que são acionadas ou não acionadas para realização de atividades econômicas, festivas, religiosas, familiares e políticas. O objetivo deste capítulo é fornecer elementos que nos ajudarão a refletir no capítulo cinco sobre a ideia de “divisão”, “separação”, “pertencimento”, e “comunidade”. São assuntos frequentes nas rodas de conversas, nas reuniões e nos discursos dos coordenadores da AcorneCab.

No quinto capítulo, **A Política quilombola: projetos governamentais, representação e participação**, descrevo sobre o modo como as políticas públicas vêm sendo apreendidas pelos coordenadores da AcorneCab, e como se repercutem nas relações internas do Silêncio e entre as demais comunidades da “Área das Cabeceiras”. As políticas públicas, nos últimos anos passaram por várias reformulações, desde a mudança dos órgãos competentes, aos parâmetros acerca dos projetos e recursos. Assim, escolhi dois “projetos” que foram pautas de reuniões e discussões que acompanhei da AcorneCab nas comunidades. O primeiro refere-se ao projeto de moradia que prevê atender todas as comunidades da “Área das Cabeceiras”. Apresento um histórico das quatro fases de implementação do projeto. Para a

maioria dos associados o modo em que foi coordenado instigou o “conflito” na e entre comunidades, e contribuiu para a falta de reconhecimento da associação perante seus associados e agentes de Estado. O segundo trata-se do projeto de construção do novo prédio escolar do Silêncio. A escolha pelo local de construção trouxe à tona a questão de “pertencimento”. Veremos neste capítulo, a tentativa de instituir um “coletivo” e um “Estado Local” por meio dos coordenadores da Acornecab, suas limitações e frustrações. Parto do “ponto de vista” dos líderes comunitários e representantes da Associação da comunidade Silêncio. Veremos que a Acornecab passou a ter novas atribuições depois do processo de titulação da “Área das Cabeceiras”, instituindo mecanismos e estratégias para coordenar e integrar as onze comunidades e os projetos para a “Área”. Estes mecanismos nem sempre são adotados pelos moradores e nem sempre são valorizados conforme a expectativa dos coordenadores.

No sexto capítulo, apresento minhas **Considerações Finais**. Adianto que não há nenhum final. Se tem algo que eu aprendi com o Silêncio e acabei transferindo para minha pesquisa, escrita e vida é que as coisas não se chegam ao fim e se chegam não é como idealizamos ou esperamos. Estamos em um constante movimento de fazer, desfazer e refazer, ou de unir, desunir e reunir. As formas de organização, as relações sociais e a política em si é um processo de integração, desintegração e reintegração.

Por fim, optei em minha descrição não fazer uso dos nomes próprios dos meus interlocutores, para essencialmente preservar a identidade destes e não expor a algo que de algum modo os possa prejudicar. Utilizo como referência os primeiros habitantes a ocupar o Silêncio, já falecidos, para ajudar a compreender o modo em que o território e a divisão deste são pensados. No restante, faço uso de termos como “moradores”, “associados”, “coordenadores”, “mediadores”, “interlocutores”, para representar o universo da Acornecab. Quando específico, denomino os envolvidos através do cargo que exercem e por números. Ao tratar sobre a comunidade Silêncio faço uma descrição da organização do território por meio de cores das casas, tendo como referência as moradoras vivas mais antigas. Apresento em forma de citação ou em grifo itálico e entre aspas: os trechos de entrevistas, as transcrições das reuniões, e as expressões utilizadas pelos nativos.

1.1 COMUNIDADES DE TERRA FIRME NO BAIXO AMAZONAS

O Rio Amazonas além de ser considerado o maior do mundo em extensão e volume de água³ é um componente significativo para compreendermos a organização e os modos de vida de quem se encontra na região Norte.

A importância social, cultural e ambiental do Rio Amazonas é imensa para as regiões em que atravessa. O regime de suas águas ordena e reordena as atividades sociais e econômicas. A posição geográfica em relação ao Rio Amazonas integra os municípios do estado do Pará em regiões, e divide cada município em duas grandes áreas: terra firme e várzea. No trecho mais estreito e profundo do Rio Amazonas está Óbidos, colonizada por portugueses para ser a guardiã da Amazônia. E através dos diversos furos, igarapés, paranás os negros escravizados trazidos para servir como mão de obra, fugiram e formaram os primeiros quilombos da região.

Uma das primeiras coisas a saber sobre o Baixo Amazonas é o modo que a combinação do regime pluvial (chuvas) e fluvial (inundação) definem as estações do ano na Região Amazônica. O clima na Amazônia: é quente e úmido, com temperaturas sempre elevadas, com média de 25,6°C, máxima de 31°C e mínima de 22,5°C (IBGE, 2010). A pluviosidade se aproxima dos 2.000 mm anuais, porém, com certa irregularidade, durante todo o ano. O clima favorece uma formação vegetal constituída de diversos tipos, que variam bastante em função dos solos e da drenagem hídrica. Destacam-se as florestas de terra firme⁴ e as florestas inundáveis⁵ (várzea, igapó, restinga, manguezais).

Para as populações amazônicas, a maior incidência das chuvas e a subida das águas dos rios e seus tributários caracterizam o tempo de inverno. O inverno é marcado por dois períodos típicos do regime fluvial: a "enchente" (subida das águas) entre os meses de

³ Nasce na Cordilheira dos Andes e deságua no Oceano Atlântico, compreende mais de 6 mil km². Na região da foz, sua descarga é em média 200 mil m³/s, que pode, em época de cheia, chegar a 315 mil m³/s. A largura média do leito principal do rio é de 4 a 5 km com profundidade em torno de 40 a 50m. a bacia hidrográfica do Amazonas passa por vários países da América do Sul, sendo a maior parte em solo brasileiro: "Brasil (63%), Peru (17%), Bolívia (11%), Colômbia (5,8%), Equador (2,2%), Venezuela (0,7%) e Guiana (0,2%)" (GOCH, 2011, p. 132).

⁴ As florestas de terra firme representam mais de 90% da superfície amazônica. Caracterizam-se por serem terras altas, não alagáveis e com solo de baixa fertilidade devido à sua avançada idade geológica.

⁵ As florestas inundáveis representam de 5% a 10% da bacia Amazônica. Dois terços desse total são áreas de várzea, estendendo-se da fronteira do estado do Pará até a desembocadura do rio Xingu. As florestas de várzea são periodicamente inundadas pelas cheias dos rios de águas brancas, no caso o Rio Amazonas. Anualmente, durante a época de cheia, este rio transporta toneladas de resíduos minerais e orgânicos, fertilizando naturalmente o solo, tornando-o rico em nutrientes e, portanto, preferido para a agricultura (PIRES, 1973).

dezembro e abril, e a "cheia" (nível máximo da água), que ocorre nos meses de maio e junho. Nas cheias, pode haver o registro de temperaturas mínimas devido à invasão de massas polares, conhecidos localmente por "*friagem*" (FRAXE et. al, 2007). O período menos chuvoso caracteriza o verão. Nesta estação, o momento em que as águas começam a baixar é conhecido como "vazante", ocorre entre os meses de julho e agosto. Quando as águas estão em seu nível mais baixo, têm-se o tempo da "seca", que ocorre entre final de agosto e início de dezembro como ilustrado na tabela nº1.

Tabela 1– Estações do Ano em Regiões Amazônicas

Regime Pluvial	Inverno		Verão	
Regime Fluvial	Enchente	Cheia	Vazante	Seca
Janeiro				
Fevereiro				
Março				
Abril				
Maió				
Junho				
Julho				
Agosto				
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

As áreas sujeitas à inundação no Baixo Amazonas atingem principalmente as áreas de várzeas, que podem ficar submersas durante cinco meses. Dependendo do porte da enchente (subida das águas superior a 6 metros), há alagações em algumas ruas das sedes dos municípios e das comunidades localizadas em áreas de terra firme. É um período também marcado pela migração sazonal dos que vivem em áreas de várzea para as comunidades de terra firme ou para cidade.

Para fins de ilustração, na foto nº 2 podemos observar a frente da comunidade Cuecé. Em época de cheia e vazante, há um canal do igarapé em que os barcos são atracados perto

das residências, a chamada "*prainha*". Já na seca não é possível atracar os barcos lá, estes ficam no igarapé Grande e o caminho é feito a pé.

Foto 2 – “Seca” e “Cheia” em frente à comunidade Cuecé

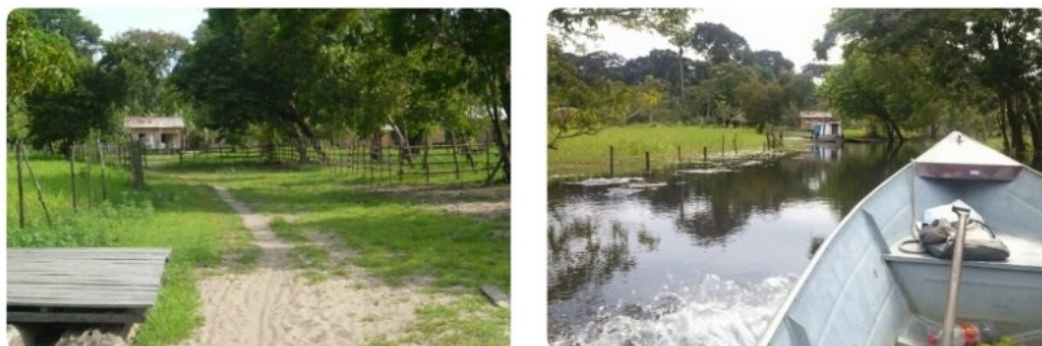


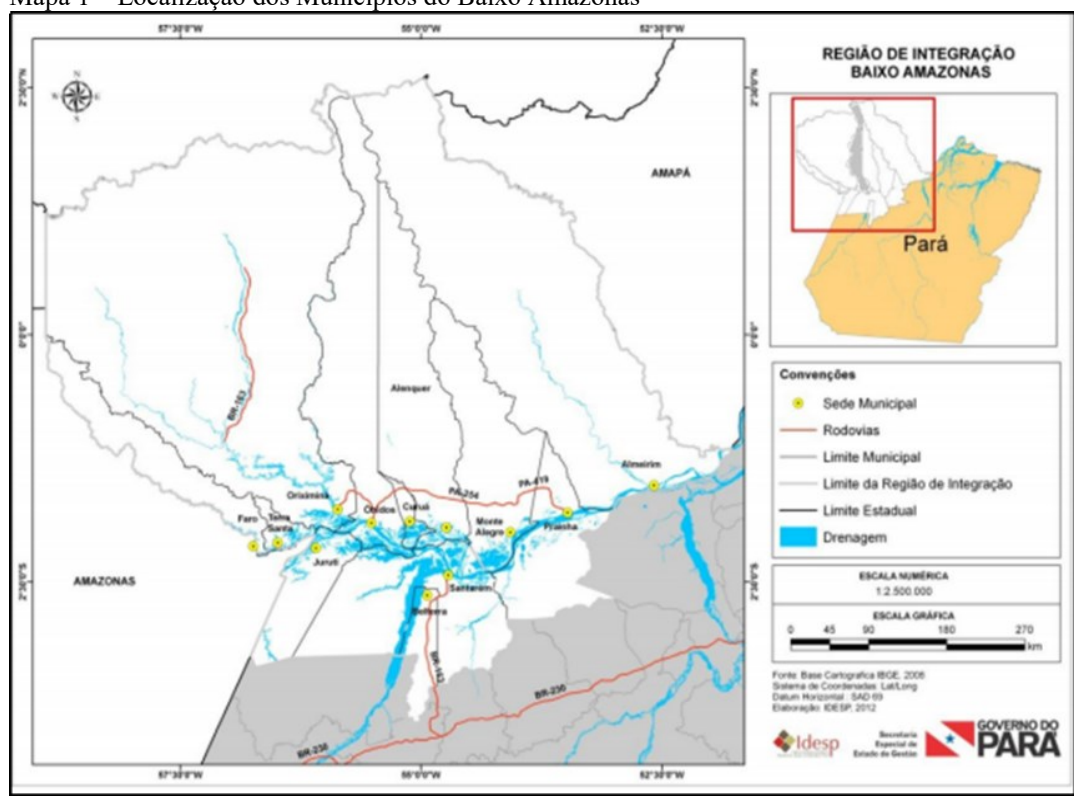
Foto: Arquivo Pessoal (2013).

Além de ser um fenômeno hidrográfico, o período de inundação do rio Amazonas tem um caráter eminentemente social no reordenamento das atividades cotidianas e exerce um importante papel na concepção de seus habitantes sobre o tempo, em que apresentam uma noção de tempo mais ecológica do que cronológica, marcada pela presença/ausência das chuvas, descidas/subidas do rio Amazonas e nascer/pôr do sol (FURTADO, 1993, p. 74).

No período em que fiquei em campo, presenciei algumas situações cotidianas em relação ao reordenamento das atividades e sobre a noção de tempo ocorrida entre o início da vazante e o final da seca. Com a cheia temos a escassez do peixe – principal alimento das comunidades de zonas rurais. Uma das vantagens da cheia é a facilidade e a rapidez do transporte para Óbidos, como também das comunidades de várzea para as comunidades de terra firme. É este ciclo natural que marca também os períodos das festividades religiosas nas comunidades. Em época de cheia as festas ocorrem nas comunidades de terra firme, e em épocas de vazantes ou de seca as festividades são realizadas em comunidades de várzea. No verão o cenário se inverte, há fartura de peixe para prover o grupo doméstico de alimentos, devido aos lagos estarem quase secos, ficando os peixes concentrados e fáceis de serem capturados. As distâncias ficam maiores, pois os trajetos são dificultados, obrigando, muitas vezes, a longas caminhadas em trajetos que na cheia eram breves.

As comunidades aqui pesquisadas integram este cenário amazônico e estão compreendidas na região do Baixo Amazonas Paraense⁶, localizado na porção noroeste do estado do Pará. A região é composta pelos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém e Terra Santa, como ilustra o mapa nº 1.

Mapa 1 – Localização dos Municípios do Baixo Amazonas



Fonte: IDESP (2013).

O Baixo Amazonas é uma região bastante ampla e com características bem próprias a serem consideradas. Ao todo compreende uma área de 315.857 km², que corresponde a (25,32%) do estado do Pará, é considerada a maior região do Pará em extensão territorial, em áreas de florestas, e conseqüentemente, em áreas protegidas (72,66%). Conta com uma

⁶ Tal denominação é utilizada tanto por entidades federais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quanto por entidades estaduais, como a Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (SEIDURB). As duas levam em conta a relação de proximidade espacial, econômica, histórica e social dos municípios. A única diferença é que para o IBGE, os municípios de Placas e Porto de Moz integram a região do Baixo Amazonas, enquanto que para o Estado do Pará, estes municípios integram a Região de Integração do Xingu. Nesta dissertação, considerei o recorte adotado pelo Governo do Estado do Pará. A escolha considerou a relação de proximidade com o município de Óbidos, e a existência de comunidades quilombolas da região, inexistente nos municípios de Porto de Moz e Placas.

população de 678.543 mil habitantes (IBGE, 2010), correspondente a (9%) do total da população paraense.

A região é entrecortada pelo Rio Amazonas o qual o divide em duas sub-regiões com pesos políticos e econômicos diferenciados. Na margem direita está Santarém, um dos municípios mais desenvolvidos em termos de infraestrutura e urbanização. É tido como “subcentro” do Estado do Pará. É o local das sedes de órgãos governamentais, de equipamentos públicos, como hospitais, bancos, universidades, entidades civis, associações e conselhos regionais, que são compartilhados com os moradores dos municípios vizinhos.

A margem esquerda está Óbidos, relativamente isolada dos grandes centros (Manaus e Belém) e ao mesmo tempo muito dependente deles. Como não há indústrias de transformação, alguns alimentos, eletrodomésticos, materiais de construção, automóveis, e outros bens de consumo são importados dos municípios de Manaus, Belém e Santarém por meio de balsas e/ou navios motores. O que torna o custo dos produtos mais elevado. Por isso é comum, o deslocamento até Santarém ou Manaus, ou então, familiares que residem nesses lugares, encaminham o produto desejado via barco.

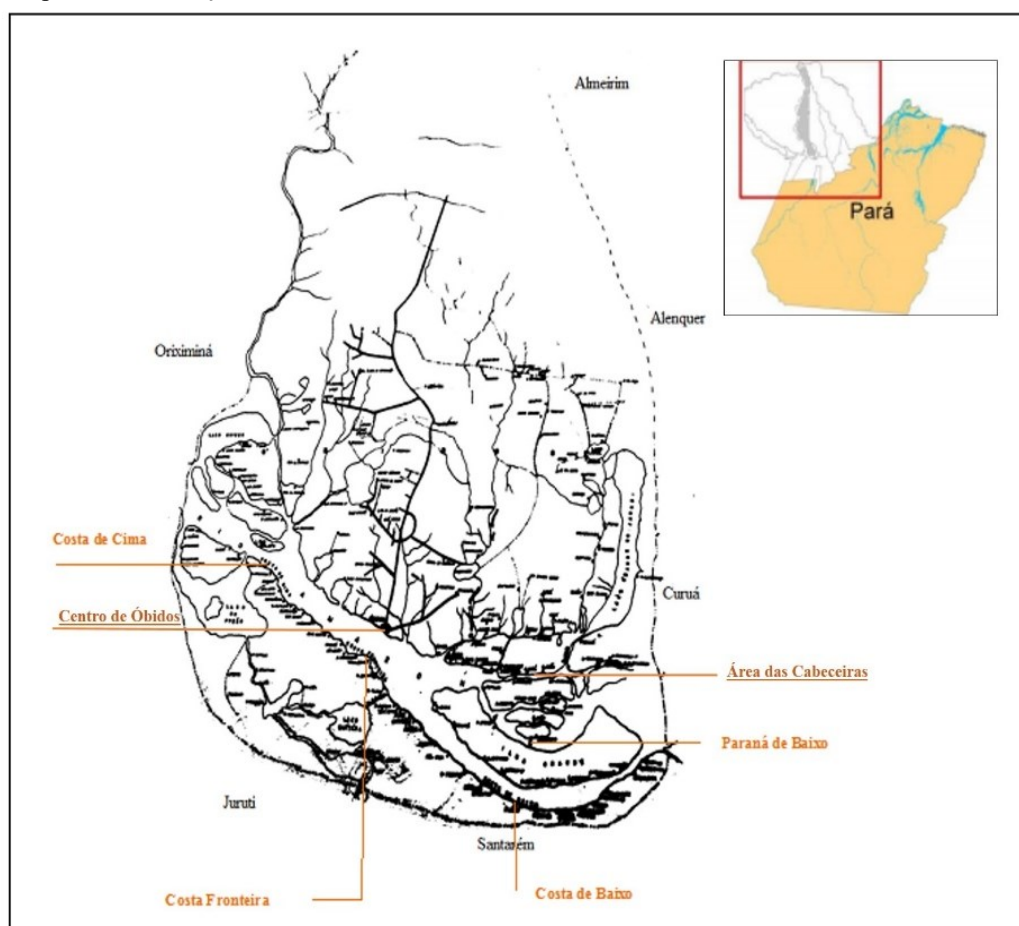
Os municípios pertencentes à margem esquerda são também conhecidos como Calha Norte Paraense⁷. Em geral a atividade econômica desses municípios baseia-se na agricultura de mandioca, milho e melancia, na pesca, na coleta da castanha-do-pará, na criação de gado, e no setor de serviços. Há municípios como Oriximiná que tem sua economia influenciada pelas mineradoras.

Assim como o Rio Amazonas divide a região do Baixo Amazonas, ele também corta o município de Óbidos, em duas grandes áreas: de terra firme e de várzea. Localmente as comunidades aqui estudadas são chamadas de “terra firme” devido a sua localização geográfica. As áreas de terra firme estão situadas à esquerda do Rio Amazonas, e é nelas que estão assentadas a cidade e noventa e dois bairros rurais – chamados popularmente de “*comunidades de terra firme*”. Dentre estes, estão às comunidades da “Área das Cabeceiras”. Nas áreas de várzea, na margem direita do rio, encontram-se cinquenta e duas “*comunidades de várzea*” situadas na Costa de Óbidos e no Paraná de Baixo, destacado em laranja no mapa

⁷ O termo Calha Norte é oriundo de um programa governamental criado em 1985. No nível estadual, a região da Calha Norte Paraense é uma das subdivisões da Política de Recursos Hídricos (Lei nº 6.381/2001), da Política de Macrozoneamento Ecológico-Econômico (2010), e do Plano Integrado da Faixa de Fronteira do Estado do Pará (Dec. 504/2012; SEMA-PA, 2014). Abrange os municípios que estão localizados na margem esquerda do Rio Amazonas. São eles: Faro, Terra Santa, Oriximiná, Óbidos, Curuá, Alenquer, Monte Alegre, Almeirim, e Prainha.

nº 2. A Costa de Óbidos é dividida em três partes: Costa de Cima (sentido rio Amazonas acima, na direção de Manaus), a Costa Fronteira (em frente a cidade de Óbidos), e a Costa de Baixo (sentido Rio Amazonas abaixo, na direção de Belém).

Mapa 2 – Localização da Área das Cabeceiras e Costa de Óbidos



Fonte: Furtado, 1993.

Algumas denominações são dadas para as comunidades que estão próximas entre si, agrupando-as conforme sua localização. Por exemplo, o conjunto de comunidades que integram a Costa de Cima e Fronteira, ou seja, a oeste da cidade de Óbidos, é também conhecido popularmente como "*Amazonas*", pois fica nas margens do Rio Amazonas. Já o conjunto de comunidades situadas no Paraná de Baixo, a leste da cidade, são conhecidas localmente como "*Paraná de Baixo*". Ao menos por onde estive, quando se referiam ao seu local de nascimento ou por onde transitavam dentre estas áreas, costuma-se não especificar a comunidade, mas sim a sua localização frente ao rio ou paranás.

Outro fator importante sobre o Baixo Amazonas é a multiplicidade nos modos de ocupar um território em suas heterogeneidades, complexidades e diversidades que abrangem

os aspectos físicos do cenário amazônico e expandem-se aos seus regimes socioculturais. Contemplam uma diversidade de categorias e grupos étnicos e sociais. Há descendentes de migrantes portugueses, italianos, os ribeirinhos, os caboclos amazônicos, os autodenominados remanescentes de quilombos, indígenas de várias etnias. Há os migrantes das outras regiões do Brasil, em maior destaque, os gaúchos, paulistas e cearenses. Tais fatores estão imbricados no processo colonial e ocupacional da Amazônia em seu todo. Por sua vez, esses processos estiveram diretamente ligados aos programas e ações elaborados pelo Estado, em seus regimes: colonial, militar e democrático.

O modelo de desenvolvimento e organização do espaço amazônico esteve baseado na exploração dos recursos naturais e num conjunto de estratégias e ações que não beneficiavam as populações locais. Até 1980 os programas governamentais desenvolvidos pelo governo brasileiro foram fruto de um "padrão de desenvolvimento que considerou a Amazônia um "vazio demográfico" e que impôs planos, projetos e políticas que não levaram em conta a diversidade étnica, cultural, produtiva e ambiental local" (ASSIS et. al., 2013, p. 102).

Ações e situações essas que interferiram nas condições de vida, na redução dos espaços de trabalho, na moradia e na vida comunitária, pois as terras da Amazônia tornaram-se objeto de cobiça e apropriação desigual por diferentes atores sociais. Deixaram à margem os grupos que se territorializaram nas áreas mais afastadas dos centros urbanos. Grupos que se definem pela relação íntima com a terra e com águas, com o uso sustentável dos recursos naturais. Suas atividades produtivas e sociais acompanham o regime das águas. Dedicam-se, em sua maioria, à agricultura e à pesca de subsistência, têm a família extensa como papel importante na sua organização social e nos vínculos de pertencimento ao território (LITTLE, 2003). Como Almeida (2004) os define, são "terras tradicionalmente ocupadas". Ao longo do processo de redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, aparecem sob variadas categorias, "povos indígenas", "remanescentes de quilombos", "ribeirinhos", "seringueiros", "quebradeiras de coco", "pescadores", entre outros.

O que liga esses diversos grupos e categorias sociais são as relações de parentesco, de compadrio, de amizade, de troca, políticas, de pertencimento territorial, e, sobretudo, o modo de suas interações com a natureza. As comunidades aqui estudadas, que se auto reconheceram e foram reconhecidas como "comunidades remanescentes de quilombo", coexistem, portanto, em nível de vizinhança comunitária, municipal, regional, estadual com esses diversos grupos. Atualmente passam pelos mesmos processos de mobilizações e articulações pela garantia dos seus direitos e compartilham experiências, entraves, problemas

que também são similares. Hoje no Baixo Amazonas são 36.787 famílias assentadas, dezenove comunidades quilombolas tituladas e vinte terras indígenas.

Estamos falando de uma região que foi pioneira na luta pela regularização dos territórios indígenas, ribeirinhos e quilombolas. A “comunidade remanescente de quilombos” Boa Vista de Oriximiná, foi a primeira do Brasil a receber o título de seu território no ano de 1995. Todo o processo de articulação e mobilização desta comunidade influenciou direta ou indiretamente outras comunidades a nível regional, estadual e nacional.

Segundo relatório da Fundação Cultural Palmares, até 2013 foram certificadas, por esta instituição, sessenta e uma "comunidades remanescentes de quilombos" no Baixo Amazonas, abrigando aproximadamente 2.800 famílias. Número expressivo em nível estadual, pois compreende (29%) do total das duzentas e treze comunidades remanescentes de quilombos certificadas no Estado do Pará⁸. No entanto, das sessenta e uma comunidades quilombolas do Baixo Amazonas, apenas dezenove tem seu território titulado. No município de **Óbidos**, ao todo, são dezenove "comunidades remanescentes de quilombos", distribuídas em sete "territórios quilombolas". Destes, apenas a “Área das Cabeceiras” tem seu território demarcado e titulado. Em **Alenquer** a única existente encontra-se titulada que é a comunidade do Pacoval. **Oriximiná** das trinta e uma existentes, nove encontra-se tituladas: Abui, Paraná do Abui, Bacabal, Aracuan de Cima, Aracuan do Meio, Aracuan de Baixo, Serrinha, Terra Preta II, Jarauacá. **Monte Alegre, Prainha e Santarém** possuem respectivamente, cinco, uma e dez comunidades que estão certificadas, mas não tituladas.

1.1.1 A Área das Cabeceiras

O Quilombo Área das Cabeceiras, popularmente chamado somente de “Área das Cabeceiras” é uma denominação recente. Advém do processo de mobilização e titulação do território mediante aplicação do artigo 68⁹ do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. Na época de sua titulação, em oito de maio de dois mil, a “Área das Cabeceiras” integrava seis comunidades, a saber: São José,

⁸ Quanto a distribuição das outras comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares no estado do Pará é a seguinte: 16% encontra-se na (RI) do Marajó, e o restante localiza-se a nordeste do Pará: 30% na (RI) Tocantins; 11% na (RI) Capim; 11% na (RI) Guamá; 2% na (RI) Caeté; 0,5% na (RI) Lago do Tucuri; e 0,5% na (RI) Metropolitana de Belém.

⁹ **Art. 68.** Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

Silêncio, Matá, Cuecé, Apuí e Castanhanduba. Atualmente, encontra-se subdividida em onze comunidades, Centrinho, Serra, Ponte Grande, Vila Nova Castanhanduba e Patauí do São José. Estas cinco últimas eram “colônias” e/ou “centros” (de roça), das comunidades do Cuecé, Castanhanduba e São José. Uma colônia torna-se e é considerada uma comunidade com o aumento do número de famílias vivendo no local e, conseqüentemente, com o aumento no número de habitações e com a presença de algum espaço de domínio público (geralmente, igreja e/ou escola). Ou seja, quando filhos e filhas dos moradores das colônias casam-se e/ou juntam-se com outros moradores das comunidades - principalmente daquelas que estão em seu entorno - e decidem permanecer no local, têm seus filhos, que por sua vez, casam-se com pessoas de fora.

Em 2013, a população da “Área” era de aproximadamente três mil habitantes, distribuídos em setecentas unidades habitacionais. As comunidades maiores em extensão e população são respectivamente: Silêncio, São José e Matá, que contam com aproximadamente setecentos, seiscentos e quinhentos habitantes respectivamente. Castanhanduba, Apuí e Cuecé possuem em média duzentos e cinquenta habitantes cada. Centrinho, Serra, Vila Nova Castanhanduba, Ponte Grande e Patauí do São José têm entre cem a cento e cinquenta habitantes. As comunidades maiores estão divididas em bairros, também chamados de “setores”.

Para se dirigir às comunidades da “Área das Cabeceiras”, é preciso descer pela margem esquerda do Rio Amazonas até a entrada do Igarapé Mamauru¹⁰. Ao passar pela comunidade homônima, continua-se a navegação à direita pelo mesmo igarapé, que recebe o nome a partir desse ponto até a cidade de Curuá, Igarapé Grande - é a via principal de acesso a “Área das Cabeceiras”. Cerca de dez a vinte minutos tem-se visão da comunidade do Jacarepuru. Após aproximadamente trinta minutos, chega-se à primeira comunidade da “Área das Cabeceiras” (no sentido Óbidos), a Castanhanduba. Em seguida, vem o Apuí e o Cuecé¹¹. Para o acesso ao Silêncio e ao Matá, é preciso adentrar no furo à esquerda do Igarapé Grande, chamado de Igarapé do Matá. Este furo dá acesso também à comunidade do São José, porém recebe o nome de Igarapé do São José. É importante ressaltar que as comunidades estão sempre à esquerda do Igarapé Grande. Os pequenos furos desse igarapé é o que ligam as

¹⁰A duração do trajeto da cidade de Óbidos até a comunidade de Mamauru é, em média, de trinta minutos. Em época de seca, chega aumentar o dobro do tempo.

¹¹Os trajetos Castanhanduba/Apui; Apui/Cuecé; Cuecé/Silêncio; Silêncio/Matá; Matá/São José, isto é, entre uma a outra comunidade dura entre 10 a 20 minutos (cheia), 20 a 30 minutos (seca).

comunidades ao Igarapé Grande. O tempo de duração do trajeto completo entre Óbidos a São José varia conforme a estação do ano e o tipo de embarcação. Nas cheias (inverno), os barcos motores – barco de madeira a motor com capacidade média de 30 pessoas – fazem em média todo o percurso em três horas. A "*voadeira*" – barco pequeno de metal com motor - faz na metade do tempo. A "*rabeta*" – canoa e barco de madeira motorizada – e a "*bajara*" – pequeno barco motor - leva de três a quatro horas. Na seca (verão) dependendo do nível baixo da água, a viagem é feita no dobro do tempo.

O acesso à “Área das Cabeceiras” também pode ser feito pelas estradas vicinais que dão sentido a PA-254 e a PA-429 (Curuá-Óbidos). As estradas vicinais que perpassam as comunidades são chamadas popularmente de "*TransQuilombola*". Aberta na década de 2000, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção agrícola, o deslocamento entre as próprias comunidades e dessas com o centro do município. As condições das vicinais são precárias, há falta de conservação e manutenção pelo poder público municipal. Há uma linha de ônibus no verão. O serviço é fornecido por uma empresa da cidade de Óbidos. Com a descida das águas, os trajetos fluviais são mais demorados e as distâncias ficam maiores para pegar a embarcação. É uma alternativa que ainda é pouco utilizada pelos moradores. A linha opera no sentido São José/Óbidos/São José duas vezes na semana com o custo de R\$ 20,00. O trajeto é de cerca de duas horas.

É por meio das vicinais que se tem acesso à Ponte Grande, Vila Nova Castanhanduba, Serra, Centrinho, Patauí do São José. Essas comunidades estão localizadas aos fundos das comunidades, do Castanhanduba (Ponte Grande, Vila Nova e Serra), do Cuecé (Centrinho) e do São José (Patauí). Somente em Vila Nova é possível, em tempo de cheia, chegar por meio de rabetas ou canoas. Serra, Centrinho e Patauí do São José não têm acesso fluvial por se encontrarem longe das margens do Igarapé Grande. Após chegar de barco nas comunidades próximas, o deslocamento ocorre pelas vicinais por meio de bicicletas, carros de boi, e motocicletas.

De forma geral, a organização espacial das comunidades pode ser pensada a partir de três locais: os "centros", os "lagos", e o “espaço comunitário e residencial”, no qual encontram-se as unidades habitacionais, os equipamentos públicos, os bares e mercearias, os campos e clubes de futebol.

Os "centros", também chamados de "*colônias*" são os locais de concentração das roças de mandioca, de milho e das caieiras (carvão), as duas últimas em menor escala. Embora cada comunidade tenha seus "centros", há aquelas que os "centros" são maiores e as

roças são feitas também por famílias de outras comunidades. Como é o caso do Centrinho, famílias do Cuecé, Silêncio e Matá também têm suas roças lá. Os espaços para cada um fazer sua roça são adquiridos por meio de herança, passados de geração para geração. Há casos também de vendas de parte de uma capoeira para outra família. Em caso de invasão de uma roça para a outra a Acornecab é acionada para resolver tal conflito. Um número reduzido de famílias ainda mantêm suas casas de farinha – chamadas de "*barracões*" – nessas colônias. Prática que era mais comum antigamente, devido às longas distâncias entre as comunidades e colônias. O acesso era difícil, por meio de "picos" nas matas fechadas, e raras eram as pessoas que possuíam carros de boi, principal meio de transporte terrestre. As famílias se deslocavam para as colônias e só retornavam quando acabado o roçado, e/ou a plantação de manivas, e/ou a farinha de mandioca pronta. Devido tal fato, alguns moradores migraram para estes locais e começaram a ocupá-los formando núcleos familiares próximos um do outro. Hoje, com a abertura das estradas e com um número maior de carros de boi, os barracões são feitos próximos às casas nas comunidades, e o trajeto centro-casas são realizados no mesmo dia. Costumam sair no amanhecer e retornar no início ou no meio da tarde.

Os "lagos" são os espaços utilizados pelos pescadores, tanto por aqueles que fazem da pesca sua principal fonte de renda, quanto para aqueles que pescam para o consumo familiar. Os pescadores de Castanhanduba, Vila Nova Castanhanduba, Serra e Apuí geralmente pescam no Lago do Castanhanduba. Os pescadores das outras comunidades se distribuem nos Lagos do Cuecé, Taudeau, Matá e São José, independentemente se o pescador é de uma ou de outra comunidade.

No tempo de verão, tentativas de acordos comunitários sobre o uso de instrumentos para a pesca são feitas entre os pescadores com a coordenação da Acornecab. Como o peixe neste período se torna escasso, é proibido o uso da rede de pesca "*malhadeira*", a pesca fica permitida só com o uso de "*tarrafa*". Muitos pescadores são filiados à Colônia de Pescadores Z-19, que tem sua sede na cidade de Óbidos. Entre outubro e março, tem-se o período de defeso. Este período visa à preservação das espécies, pois é o tempo em que os crustáceos e os peixes se reproduzem na natureza. Por isso, fica impedida a caça, a coleta e a pesca esportiva e comercial sob pena de multa. Os pescadores filiados no período de defeso recebem o "Seguro Defeso" entre os meses de dezembro a março, são quatro parcelas de um salário mínimo. Na comunidade Silêncio, há pelo menos seis pescadores filiados a Z-19. O número é maior nas comunidades São José, Matá, Cuecé, Apuí e Castanhanduba. Há muitas "invasões" do lago neste período, principalmente por pescadores residentes do Paraná de Baixo. Os

pescadores associados pagam uma mensalidade de R\$ 5,00, sendo que 30% do valor fica na coordenação do núcleo de base, que na “Área das Cabeceiras” é a comunidade São José.

Quanto ao local das residências, há uma ligeira diferenciação na forma das disposições das unidades residenciais. Em algumas comunidades, como Castanhanduba, Apuí, Cuecé, Matá, São José, e parte do Silêncio a tendência é de uma dispersão mais linear, como nas comunidades de várzea. A partir de uma residência, outras se espriam linearmente à direita ou à esquerda, ou nos dois sentidos concomitantemente. Encontram-se distribuídas nas margens do Igarapé Grande. Com as fortes inundações desde 2009, as casas e os equipamentos públicos vêm sendo transferidos para ruas mais acima da comunidade, que foram abertas nos últimos anos para dar passagem às estradas vicinais e suprir o crescimento populacional. Já no Centrinho, Patauí do São José, Vila Nova Castanhanduba, Ponte Grande, Serra e parte do Silêncio as residências tendem para uma forma circular e para concentração. A ocupação se inicia a partir de uma residência e, em seu entorno, são construídas as casas dos filhos, netos, irmãos, e/ou as residências tendem a ser construídas em torno da escola e da igreja. No entanto, tais padrões não são exclusivos de uma ou de outra comunidade. Em torno das residências, há também os quintais, os barracões de farinha e os sanitários em madeira.

Em cada um desses lugares, além das unidades residenciais, existe uma capela para o santo protetor, o qual é cultuado pelas famílias da redondeza; o "cliper" – salão da igreja onde são realizados festas, bingos e reuniões comunitárias -; os campos de futebol e as sedes dos clubes - onde ocorrem festas e torneios de futebol; bares, pequenos comércios para venda de mercadorias não produzidas pelos moradores locais; escolas e unidades básicas de saúde. Estas duas últimas, compartilhadas por moradores de diferentes comunidades. As comunidades desde 2009 possuem o serviço de energia elétrica. E o abastecimento de água é feito através de poços artesianos.

Os moradores da “Área” são descendentes de africanos que foram escravizados nas fazendas de várzea de Óbidos entre os séculos dezoito e dezenove. Quando refugiados e/ou libertos se instalaram em áreas distantes, pouco ocupadas e de mata fechada. Assim buscaram os caminhos das águas e instalaram-se em meio às florestas de terra firme. Ali por meio de resistência – política e também física – alicerçaram sua cultura material e imaterial. Experimentam uma diversidade de práticas, saberes e vivências, que de maneira geral, são a eles comuns, como por exemplo: a relação e interação com o meio ambiente, o passado remetido a escravidão, as atividades econômicas, as religiosidades e festividades, as relações de “parceria” e de parentesco, entre outros. Não são aspectos característicos só dessas

comunidades, mas de todas aquelas que ao longo do tempo foram sendo chamadas de “povos tradicionais da Amazônia”, “comunidades amazônicas”, “caboclos ribeirinhos”, “ribeirinhos”, “comunidades de terra firme”, “povos da floresta”, “comunidades rurais”, entre outros.

1.2 DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No Prólogo descrevi um pouco sobre a minha inserção no campo de pesquisa e as dificuldades encontradas no processo da escrita, vejamos agora os caminhos percorridos e as escolhas feitas durante minha permanência no campo.

Minha ideia inicial descrita no projeto de pesquisa previa a duração de três meses para a pesquisa de campo, com previsão de prorrogação do tempo caso fosse necessário. Acreditava que conseguiria realizá-la em pelo menos duas comunidades das onze integrantes da “Área das Cabeceiras”. Fiquei em campo quatro meses e treze dias. Quanto à ideia de morar em duas comunidades diferentes logo no início se mostrou que não seria possível, pois a comunidade escolhida, o Silêncio, por si só é grande em extensão, população e em dados, muita coisa ainda necessita ser pesquisada.

Cheguei ao município de Óbidos no dia 11 de julho de 2013 e lá permaneci até o dia 24 de novembro de 2013. A princípio, previa retornar do campo no início de outubro. Prolonguei minha estadia para poder acompanhar a organização, a preparação e a repercussão de três eventos que vinham se mostrando importantes tanto para os coordenadores da Acornecab quanto para os moradores do Silêncio e das outras comunidades da “Área das Cabeceiras”:

- a) o "I Festival Cultural e Esportivo Quilombola do Município de Óbidos (FECESQMOB)" em Comemoração à Semana da Consciência Negra.
- b) o processo de assinatura do convênio entre Acornecab e Banco do Brasil para a construção de unidades habitacionais pelo Programa *Minha Casa Minha Vida*.
- c) e o acompanhamento da construção e reforma da Escola São Benedito, situada na comunidade Silêncio, fruto de um convênio da Prefeitura Municipal de Óbidos com o Ministério da Educação, e em “parceria” com a Acornecab.

Fui ao campo, acompanhada de minha orientadora Miriam, do professor Márnio e da fotógrafa Fernanda, que retornaram um mês após de nossa chegada. Ficamos três dias na cidade, para coletar algumas bibliografias sobre o município, pois há pouco material

disponibilizado pela internet. E também para a compra de mantimentos e outros itens necessários para a permanência no campo.

No dia 15 de julho de 2013, pegamos uma embarcação ao meio dia para a comunidade Silêncio. Ao entrarmos, sentamos e esperamos o barco partir. Causamos certa curiosidade aos passageiros. Logo alguém nos perguntou se falávamos português. Meu sentimento era de ansiedade e preocupação. Não fiz um “pré-campo”, não conhecia ninguém de lá, e não sabia ao certo se a Acornecab, estava operante ou não. Minhas informações sobre o lugar foram concedidas pela orientadora que esteve em pesquisa em 2005, e das poucas notas que saía nos blogs e sites de Óbidos. As chances de darem certo eram as mesmas de darem errado. O nível de ansiedade estava grande. Mas foi diminuindo já nesta primeira viagem rumo ao Silêncio. Sentou ao meu lado o ajudante do barco e ele me perguntou se estávamos indo para o Silêncio estudar a *"cultura do povo"*. Expliquei que a proposta e objetivos da minha pesquisa estavam voltados para a organização social da comunidade num todo e sobre a política quilombola. Nisso mostrou quem era o coordenador geral da Acornecab, sentando a nossa frente e disse que ele estava *"trazendo melhorias para a comunidade"*. Operante estava. Agora era só uma questão de tempo para saber se conseguiria viabilizar meu projeto ou não.

Para atender o meu objetivo geral, ou seja, para eu conseguir descrever o modo como a “política quilombola” se inscreve no cotidiano e incidem nos regimes de sociabilidades locais me concentrei em dois campos de pesquisa: a Acornecab e a comunidade Silêncio.

A escolha do Silêncio se deu por alguns motivos. Primeiramente por ser a mais habitada e estar localizada no centro da "Área das Cabeceiras", o que me permitiu transitar facilmente pelas outras comunidades e escutar mais vozes sobre os assuntos tratados. Segundo porque é onde está à sede da Acornecab e os ocupantes dos principais cargos da atual gestão residem lá: o coordenador geral, o vice-coordenador geral e o coordenador de finanças. Isso facilitou o meu acesso aos representantes e ao acompanhamento do cotidiano e das diversas atividades realizadas por eles. Terceiro, soube na primeira semana que parte da comunidade queria dividir o Silêncio e formar outra comunidade. Tal desejo foi motivado por uma decisão dos coordenadores da Acornecab, então precisava entender o que estava acontecendo. E por fim, escutei de algumas pessoas “de fora” que o Silêncio é visto como uma “comunidade problemática” devido à questão de bebidas, festas, doenças, desinteresse nos estudos, entre outros.

Instalamos-nos na residência do agente de saúde da comunidade e também vice-coordenador da Acornecab. Além dele, morava na casa, sua esposa, quatro filhos, e o seu cunhado. E foi através dessa família que fui conhecendo outras, e assim sucessivamente. Morei mais de quatro meses com eles, onde vivenciei o cotidiano tanto dos núcleos familiares envoltos onde eu morava quanto da comunidade no todo. Conversei com moradores de diversas faixas etárias; acompanhei a produção de farinha, participei das festas e torneios realizados por clubes esportivos da comunidade, igreja e aqueles feitos individualmente, eventos escolares e culturais, caminhadas com os mais velhos, e reuniões promovidas pela prefeitura, pelo sindicato, pela Acornecab e pela Associação de Mulheres da comunidade Silêncio. Todos me receberam de forma muito agradável. Gentilmente me deixaram participar da vida deles. Não houve quem questionou negativamente sobre minha estadia lá, ou quem se negou a algumas horas de conversa.

Na busca em saber um pouco sobre cada família que habita o Silêncio, fiz um mapeamento da comunidade com a colaboração de grande parte dos moradores. Neste mapeamento recolhi as seguintes informações: nome, data de nascimento, filiação, local de nascimento, nome do cônjuge, local de residência após casamento, nome dos filhos, idades dos filhos, local da roça, tipo de construção da casa, apelidos, profissão e o destino dos filhos que se deslocaram para outros lugares. Este mapeamento contribuiu para entender um pouco sobre a história da comunidade, o seu processo ocupacional, e me permitiu fazer uma primeira análise sobre a organização social da comunidade e suas relações sociais.

Quanto ao que se refere às atividades elaboradas ou participadas pela Acornecab, acompanhei:

- a) quatro reuniões realizadas nas comunidades Castanhanduba, São José, Matá e Silêncio, com os associados de cada uma delas;
- b) quatro reuniões de prestação de contas, realizadas somente para os coordenadores e conselho fiscal da Acornecab;
- c) três reuniões sobre o Acordo de Pesca – onde duas foram feitas no Silêncio e a outra no Cuecé;
- d) duas reuniões com os representantes da Arqmob, com o objetivo de organizar o Festival em Comemoração à Consciência Negra;
- e) uma reunião com os funcionários da escola do Silêncio sobre a organização das apresentações culturais e esportivas no Festival;

- f) uma reunião feita pela prefeitura para discutir o PPA (Plano Plurianual) do município de Óbidos para os próximos quatro anos (2014-2017);
- g) duas inaugurações de escola na comunidade do Matá e São José;
- h) uma assembleia geral com todas as comunidades que fazem parte da Acornecab para dar andamento ao projeto habitacional;
- i) IV Fórum Quilombola, realizado em Santarém pela Comissão Pró-Índio com as associações das comunidades remanescentes de quilombos do Baixo Amazonas.

Além de participar desses eventos "mais formais", consegui fazer e manter uma relação próxima com os representantes da Acornecab e suas respectivas famílias. Pude conversar sobre variados assuntos em suas casas, no barracão de farinha, no processo de construção da sede da associação, nas merendas e almoços oferecidos a mim. Como também pude acompanhar as idas e vindas ao centro de Óbidos, feitas pelos coordenadores, geral e de finanças, para resolver problemas de energia elétrica, conversar com os gerentes do Banco do Brasil (agente financiador do projeto habitacional), lideranças externas, secretários municipais e prefeito; e as viagens a outras comunidades que fazem parte da "Área das Cabeceiras" na tentativa de resolver problemas de conflito de terras. As reuniões e algumas entrevistas foram gravadas sob o consentimento do coordenador geral da Acornecab e dos entrevistados.

Cabe ressaltar que realizei entrevistas com lideranças externas à comunidade e funcionários da prefeitura. Fiz pesquisa bibliográfica no museu e biblioteca de Óbidos e coleta de dados quantitativos nas secretarias municipais. Uma ou duas vezes por mês me dirigia à cidade e ficava lá por dois ou três dias para realizar essas atividades, organizar meu diário de campo e o mapeamento da comunidade Silêncio. Como não fiz um "pré-campo" e não teria tempo e oportunidade de retornar antes da defesa da dissertação, esse era o momento de rever e organizar as informações já obtidas, para dar continuidade e focar nas questões que precisavam ser mais bem investigadas.

Desde o início de 2013 até os dias de hoje acompanho alguns sites da imprensa de Óbidos e região, como: "Obidense", "Chupaosso", "Folha de Óbidos", e "Tribuna Calha Norte", no sentido de me manter informada sobre os eventos ocorridos no município e notícias sobre a situação política local. Após eu retornar do campo, mantenho contato telefônico com alguns moradores. Mensalmente alguém de lá me liga ou eu ligo para saber como estão. Nesses telefonemas consegui esclarecer algumas dúvidas que ficaram do campo.

2 O ESTADO E A POLÍTICA DE RECONHECIMENTO

A “luta por reconhecimento” está rapidamente se tornando a forma paradigmática de conflito político no final do século XX. Demandas por “reconhecimento da diferença” dão combustível às lutas de grupos mobilizados sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade. Nestes conceitos “pós-socialistas”, a identidade de grupo suplanta o interesse de classe como o meio principal da mobilização política. A dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política (FRASER, 2006, p.231).

Entre as décadas de 1970 a 1990 observa-se uma nova postura do Estado-Nação por alguns países. Em acordo com dispositivos jurídicos internacionais - como a "Declaração Universal de Direitos Humanos" (1948), elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e a Convenção 169 (1989), realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) - as Cartas Constitucionais características de um modelo ainda conservador, elitizado e excludente passam a se autorreconhecer como Estados democráticos, fraternos, plurais (político, jurídico e etnicamente).

Baseados nos ideais universais de igualdade, justiça e cidadania reconhecem o caráter multicultural de suas sociedades e passam a conceber a diferença entre os "grupos minoritários" não como algo a ser assimilado com vias a uma homogeneidade nacional, estabelecida pelas "classes hegemônicas". A diferença é concebida como direito. Os pertencentes dos grupos até então marginalizados pelos ordenamentos jurídicos, como índios e negros, são vistos como "sujeitos de direitos", por meio de categorias identificatórias a eles atribuídas. Ao atuar como uma forma de defesa contra as mudanças historicamente compulsórias, tais como as políticas de assimilação, de conversão e de branqueamento, as formas de vida, instituições, os costumes e tradições desses grupos devem ser respeitados (MONTEIRO; ARRUTI; POMPA, 2012).

Ao Estado, em sua forma regulamentar, cabe à responsabilidade de desenvolver ações, normas, regulamentos e políticas com a participação dos grupos interessados, para que os direitos destes sejam alcançados e "garantidos em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades previstos na legislação nacional para os demais cidadãos" (art. 2 – Convenção 169). Permite, ao menos na teoria, a manutenção e o fortalecimento de suas identidades, línguas e religiões (Conferência Internacional do Trabalho, Convenção nº 169, 1989, 2011, p.13).

O direito à diferença, ao prever a igualdade dos direitos e oportunidades, o

reconhecimento dos grupos que diferem dos padrões hegemônicos e a participação popular, faz emergir, por um lado, uma "Política de Reconhecimento" (TYLOR, 1994), isto é, as condições de apresentação e recepção das demandas desse sujeito na esfera pública por meio do Estado. Por outro, possibilita a "Luta pelo Reconhecimento" (HONNET, 2003), que é a dimensão de "formação" do sujeito em luta por meio da experiência comum de desrespeito e de sua tradução em uma identidade coletiva.

Sabe-se de antemão que as demandas por reconhecimento, redistribuição e representação (FRASER, 2006) resultam de uma "nova consciência reflexiva dos "outros" (FRASER, 2002) e possuem entraves para sua efetivação, pois se relacionam com as dimensões da justiça social, definida como igualdade de oportunidades. Primeiro, sabemos que os ordenamentos jurídicos já nascem com o "paradoxo da igualdade e diferença" (CHAGAS, 2001) ao buscar a superação de duas principais injustiças. Em geral decorrem dos processos históricos de colonização e escravidão e de ações de Estado visando ao desenvolvimento econômico em detrimento do social (FRASER, 2002). Criam, por um lado, uma política redistributiva que busca dar conta da má distribuição de renda, da exploração, privação, marginalização e exclusão das pessoas no mercado de trabalho. Objetivam equiparar as oportunidades econômicas e sociais a partir de políticas assistencialistas, da reorganização da divisão do trabalho, da transformação da estrutura da posse de propriedade e da democratização dos processos. São ações que privilegiam o indivíduo. Por outro lado, temos uma política de reconhecimento que visa superar a subordinação dos grupos nas hierarquias institucionalizadas, a dominação cultural e o desrespeito sofrido pelos grupos discriminados ou marginalizados da esfera pública e/ou social. Trata-se aqui de (re)valorizar as identidades desrespeitadas, reconhecendo o "sentido de grupo", concebido como coletividade, a partir de suas identidades étnicas (FRASER, 2006).

No entanto, ao se afastar dos extremos e considerar a situação intermediária, observam-se questões que envolvem raça, etnicidade, gênero, sexualidade, classe e culturas desprezadas em virtude da estrutura econômica-política e cultural-valorativa da sociedade. Isso faz com que sejam alvos dos dois tipos de política que o Estado se propõe a elaborar e executar. Porém, não são facilmente conciliáveis, pois "enquanto a lógica da redistribuição é acabar com esse negócio de "raça", "gênero", a lógica do reconhecimento é valorizar a especificidade do grupo" (FRASER, 2006). A justiça social então passa a abranger questões de redistribuição e também de representação, identidade, diferença e participação.

Quando se efetivadas na prática, as políticas de reconhecimento e redistribuição em

suas tentativas de concretização criam uma série de controvérsias, conflitos, antagonismos, ambiguidades, em torno da produção, reprodução e apropriação das questões da igualdade e diferença, do individual e do coletivo, da cultura e da política, da representação e da participação; e, implicam um novo campo de discussão, negociação, interação e mediação entre Estado e sociedade civil.

2.1 POLÍTICA DE RECONHECIMENTO “A LA BRASILEIRA”

No caso brasileiro, a política de reconhecimento hoje adotada é fruto de um período de mobilizações e articulações que se fortaleceram e se proliferaram a partir da década de 1960, com os chamados "movimentos sociais" e "movimentos populares", este último, sob influência da Igreja Católica. Ambos contribuíram com reivindicações pelo reconhecimento à diferença e críticas às práticas políticas do governo brasileiro para com os grupos marginalizados do ordenamento jurídico nacional, tais como negros, índios, ribeirinhos, trabalhadores sem-terra, trabalhadores do campo, mulheres, entre outros. Considerando as especificidades de cada "luta", percebe-se que havia uma demanda comum, a saber, a reforma das políticas sociais¹². Sobretudo, daquelas ligadas ao controle clientelístico da terra, ao direito a terra/territorialidade das comunidades tradicionais, a discriminação racial e questões ligadas ao gênero e à etnia. Tais movimentos surgiram no período da ditadura militar. O caráter excludente da política social e econômica vigente sob esse regime reforçou as desigualdades e desrespeitos sentidos pelos grupos, fato que ocorre desde a colonização do país.

Em relação ao que destaco aqui, vê-se que o Estado Brasileiro, desde a formulação da Lei da Terra, em 1850, até a nova constituinte, em 1988, adotou práticas políticas que contribuíram para a marginalização sociopolítica, desvalorização e exclusão da parcela populacional importante para o desenvolvimento do país: os escravos e seus descendentes (REIS; GOMES, 2000).

Entre os séculos XIX e XX, a territorialização brasileira foi pensada a partir de "lógicas racialistas" (LEITE, 2000), ou seja, com vista a tornar o país "mais branco", ocidental

¹² Políticas Sociais entendidas aqui como ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p. 31).

e impulsionar seu desenvolvimento. Ações de incentivo à entrada e permanência de imigrantes europeus foram criadas e executadas, enquanto o poder público ignorou e não legitimou a posse das terras ocupadas pela população negra, livre ou recém-emancipada. Com práticas de expropriação e controle das terras adotadas pelo Estado, os negros foram "expulsos ou removidos dos lugares que escolheram para viver, mesmo quando a terra chegou a ser comprada ou herdada de antigos senhores através de testamento lavrado em cartório" (LEITE, 2000, p. 335). Pode-se observar que, desde o início, a "territorialidade negra" foi marcada por tensões e conflitos, ora pela própria (não) ação do Estado, ora pelos imigrantes e grandes fazendeiros com poder e legitimidade junto ao poder público. Entretanto, para essa população, "o simples ato de apropriação do espaço para viver passou a significar um ato de luta, de guerra" (LEITE, 2000, p.335). Fortaleceu o sentimento de pertença e coletividade como forma também de criar e recriar estratégias locais para a permanência e manutenção nos territórios onde residiam, tendo a unidade familiar como principal modo de produção da existência.

Isso porque, até por volta de 1930, africanos e seus descendentes foram excluídos da categoria brasileiros, tendo sido denominados "libertos" no ordenamento jurídico nacional (LEITE, 2008). Na constituição promulgada em 1891, dois anos após a abolição da escravidão, não há nada que declare uma política pública para a população de libertos, somente proíbe o trabalho forçado e os maus tratos aos quais os negros estavam submetidos durante a escravidão. Segundo Cardoso e Jaccoud (2005), a partir do Governo Getúlio Vargas, instituiu-se o Estado por meio de um projeto de modernização conservadora que se tornaria hegemônica até meados da década de 1990. Caracterizava-se pela centralização do Estado como indutor de desenvolvimento econômico, regulador de mercado e majoritariamente repressivo e/ou tutelar na relação com a sociedade civil. Tal projeto auxiliou decisivamente na constituição da ideologia da democracia racial, central na noção de unidade nacional que postula "um só povo" como resultado das "três raças", indígenas, negros e brancos, conformadoras do povo brasileiro.

Nas décadas que se seguem, os descendentes de escravos, entretanto, passavam a "figurar nos documentos como indigentes, órfãos, marginais, pobres, trabalhadores nacionais" (ARRUTI, 2006, p.59). Nos textos das Constituições de 1934, 1946 e 1951 há o princípio de que todos são iguais sem distinção de raça perante a lei e que a manifestação do pensamento é livre desde que não haja preconceito de raça e de classe. Porém, neste período, todos os esforços dos poderes públicos são orientados para as elites do país, mantendo-se afastados das

parcelas mais pobres da população brasileira.

Entre os anos de 1950 a 1970, os pobres do país passavam a ser pauta nas políticas nacionais, que propunham sua incorporação a uma situação de estabilidade no trabalho e acesso à proteção social via assalariamento. Sob a hegemonia de um projeto de bem-estar social baseado no desenvolvimento da produção econômica nacional e na ampliação do assalariamento, a proteção social às populações pobres não incorporadas pelo trabalho assalariado continuaria durante o período entre 1930 e 1980, como gestão filantrópica da pobreza, cujas ações eram orientadas pelos ideais da caridade e solidariedade, realizadas predominantemente por instituições privadas e por missões religiosas (CARDOSO; JACCOUD, 2005).

Num momento em que a ideia de "reparação" a uma abolição vista como "um processo inacabado", e da "dívida" da sociedade brasileira para com a população negra, a atuação dos movimentos sociais negros ao nível nacional foi fundamental para o debate sobre a questão territorial e a desigualdade racial no país (LEITE, 2008, p.967-969). De acordo com Gomes (2013, p. 306), a luta dos movimentos sociais negros esteve vinculada a dois grandes desafios do processo democrático brasileiro: "a superação do racismo e o modo como as terras foram distribuídas no país, gerando grandes desigualdades no modo de acesso a elas". Essas questões resultaram numa rearticulação durante a Assembleia Nacional Constituinte e também após a promulgação da Constituição.

Recapitulando, o período de redemocratização do país foi ao encontro das teorias do pluralismo jurídico. As críticas ao positivismo, que historicamente confundiu as chamadas "minorias" dentro da noção de "povo", e a concepção de que o direito produzido pelo Estado não é único, contemplaram o direito à diferença, enunciando o reconhecimento de direitos étnicos (ALMEIDA, 2004, p.10). O Estado moderno conservador passa a se conceber como um Estado democrático e pluralista. Logo no "Preâmbulo" da Constituição Federal de 1988, os constituintes declaram que a nova Carta Magna objetiva,

[...] instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias [...] (BRASIL, 1988).

Entre os avanços institucionais que a Constituinte de 1988 se propôs a estabelecer em direção da consolidação democrática está: a garantia dos direitos fundamentais que dizem

respeito à vida, à liberdade, à propriedade, à moradia, à igualdade na participação dos cidadãos no desenvolvimento econômico do país, a participação nas decisões públicas e a erradicação de qualquer tipo de preconceito e discriminação racial. Nos artigos 215 e 216 da CF de 1988, há o reconhecimento que "viver, criar e fazer" dá-se de forma diferente em cada cultura. A compreensão de mundo depende das formas de expressão de cada grupo, garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais, a valorização e as manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Além disso, prevê o tombamento dos documentos e dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Como resultado desse movimento, as comunidades negras rurais tornaram-se sujeitos de direito, sendo enquadradas na nova categoria identificatória "comunidades remanescentes de quilombos" (CRQs). Após cem anos de marginalização política e social no ordenamento jurídico nacional, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 preceitua:

aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

Esta nova designação refere-se a sujeitos e coletivos detentores de um passado comum, politicamente e socialmente marginalizados no ordenamento jurídico nacional, que "desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar" (O'DWYER, 2002, p.18). A terra, neste contexto, é condição de sua reprodução física e cultural. Como escreve Arruti (1997, p. 22):

Ao serem identificadas como "remanescentes", aquelas comunidades em lugar de representarem os que estão presos às relações arcaicas de produção e reprodução social, aos misticismos e aos atavismos próprios do mundo rural, ou ainda os que, na sua ignorância, são incapazes de uma militância efetiva pela causa negra, elas passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, dando ao termo uma positividade que no caso indígena é apenas consentida. Com efeito, o uso da noção, em ambos os casos, implica, para a população que o assume (indígena ou negra), a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário. [...] Em ambos os casos, trata-se de reconhecer naqueles grupos, até então marginais, um valor cultural absolutamente novo que, por ter origem em um outro quadro de referências, era até então desconhecido deles mesmos.

Assim, a partir do Art. 68 estabelece-se um novo ciclo de discussões acerca da

ocupação dos territórios pelas comunidades negras rurais e da articulação de uma série de políticas governamentais e não governamentais para o atendimento das demandas dessas comunidades, produzindo uma nova relação entre o Estado, as comunidades negras e os demais atores sociais.

No entanto, se a Constituição instituiu legalmente apontamentos para direitos jurídicos, políticos e sociais aos negros, isso não significou que tais direitos fossem imediatamente colocados em prática. Mesmo com o reconhecimento do direito, a situação permaneceu conflituosa e tensa. Nas últimas décadas, observa-se a proliferação do número de comunidades negras rurais que têm acionado o dispositivo do Artigo 68 e os Artigos 215 e 216 (da Constituição Federal de 1988) na luta pela garantia de seus direitos constitucionais. Segundo o "Quadro Geral das CRQs", elaborado pela Fundação Cultural Palmares (FCP), e divulgado em novembro de 2014, há 2.431 certificações de “comunidades remanescentes de quilombos”, e 330 comunidades estão com processo aberto nesta instituição. No entanto, até final de 2014, apenas 154 títulos haviam sido emitidos no Brasil, e mais de 1.400 processos abertos nas superintendências regionais do Incra ou de outros órgãos estaduais (Comissão Pró – Índio, 2014)¹³.

O descompasso entre certificações e titulações é algo proveniente das discussões e de certos antagonismos que surgem com a utilização do termo “comunidades remanescentes de quilombos”, e que se perpetuam até hoje na elaboração e efetivação de programas e políticas públicas para aqueles que estão à espera da efetivação dos seus direitos garantidos pela Constituição.

Vimos como o reconhecimento a diferença aparece no ordenamento jurídico brasileiro, nas próximas páginas desse tópico aprofundo a temática envolta da categoria identificatória, representação e mediação e políticas públicas.

2.1.1 A categoria: os quilombos e as "comunidades remanescentes de quilombos"

Em decorrência da utilização dos termos "quilombo", "remanescentes", "comunidades" no teor da lei, a nova categoria identificatória e o seu significado vem sendo amplamente discutido, questionado, reconceituado e “ressurgido” no Brasil após a

¹³Dados obtidos no Blog da Comissão Pró-Índio, na notícia “20 terras quilombolas tituladas em 2014”. Disponível em: <http://comissaoproindio.blogspot.com.br/2015/02/20-terras-quilombolas-tituladas-em-2014.html>. Acesso em fevereiro/2015.

promulgação do art. 68 (ARRUTI, 1997; ALMEIDA, 2005). Principalmente pelo fato de ter permanecido no imaginário dos operadores de direito e da sociedade brasileira em geral a concepção de quilombo formulado pelo Conselho Ultramarino, cuja definição era: pequenos grupos de escravos fugidos numa localização marcada pelo isolamento geográfico, fora da civilização e do mundo da produção e do mercado, com condições e qualidade de vida precárias (ALMEIDA, 2002).

Almeida (2002, p. 49) observa que o ordenamento jurídico nacional sempre se mostrou inclinado a interpretar o quilombo "como algo fora, isolado, além da civilização e da cultura, confinando uma suposta autossuficiência e negando a disciplina do trabalho". Quando o termo "ressurge" no texto da lei como "remanescentes", uma interpretação errônea compreende estas comunidades como sobras, restos e sobrevivências de antigos quilombos, entendendo-as "como um lugar que encerra uma tradição, um patrimônio histórico" (MARQUES, 2009, p. 344).

Portanto, para compreender o que são as "comunidades remanescentes de quilombos", torna-se necessário se desvencilhar desta concepção negativa do termo. Diversos autores têm abordado a discussão sobre a adequação do termo quilombo para designar as comunidades negras rurais do Brasil. Por exemplo, Arruti (2006) enfatiza o caráter "simbólico e metafórico" do termo que faz referência à resistência cultural e política exercida ao longo do tempo por essas comunidades. Leite (2007) e Cardoso (2008) utilizam o termo "insurgente", tendo em vista que tal categoria nasce de um ato contestatório à ordem jurídica formal definida por um Estado que em nada os favoreceu. Já Almeida (2002), Marques (2009) e O'Dwyer (2002) propõem a "ressignificação" do termo "quilombo" a partir de uma leitura crítica dessa categoria identificatória por meio do método etnográfico, de modo que ela não seja pensada de forma fixa, "frigorificada" em seu passado escravista (ALMEIDA, 2002) e "cristalizada" (GOLDMAN, 2006) por um poder que emana do Estado.

As "comunidades remanescentes de quilombos" devem ser pensadas e estudadas como lócus de produção material e simbólica, considerando as especificidades de cada uma. Não devemos ficar presos no passado escravista, mas discutir o que é e como a autonomia das comunidades negras rurais foi sendo historicamente construída (ALMEIDA, 2002).

Devemos ter em mente, segundo Almeida (2002), três fatores característicos das "comunidades remanescentes de quilombos": a indissociabilidade entre identidade e território, a autonomia derivada de processos sociais e políticos, e a territorialidade específica, cerne de sua afirmação étnica e política. Desta forma, podemos compreendê-las como agrupamentos de

peças, com características étnicas, que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais etc., em torno de um objetivo: a posse da terra e a garantia dos seus direitos sociais, políticos e culturais. Estes agrupamentos são definidos mediante uma identidade coletiva, especialmente enfatizada para reivindicar direitos fundados em fatores primordiais e que podem não ser os mesmos para todas as comunidades. Esta identificação também é fundamental à participação dessas pessoas na vida política e pública como sujeitos de direito (ARRUTI, 2006).

2.1.2 Representação, mediações e participação

Fruto do "processo de formação quilombola" é a constituição de uma extensa rede de outros atores e coletivos sociais constituídos num conjunto de mediações, produções e diálogos entre comunidades, movimentos sociais, academia, ativistas, sociedade civil, políticas locais, agentes do Estado e ONGs.

De um modo geral, essas redes de atores encorajaram a constituição de Associações de Sociedade Civil com estatutos aprovados como a forma mais adequada de lidar com projetos, contratos, bancos, governos e ONGs. No momento em que se definiram os procedimentos para a aplicação do Artigo 68, a constituição de associações passou a ser primordial e obrigatória na "luta por reconhecimento" e na "política de reconhecimento". O primeiro passo para "conseguir o título da terra", é a "união e a organização", como bem ensina a Cartilha "Minha Terra, Meus Direitos, Meu Passado, Meu Futuro" (CPI-SP; ARQMO, 1998). Cartilha esta que embasou muitas comunidades a se mobilizar e se organizar na luta pelos direitos constitucionais.

A posse da terra quando coletiva exige uma personalidade jurídica para que o Governo lhes conceda o título da terra. Torna-se necessário, portanto, a constituição de uma entidade com registro em cartório. Em sua grande maioria, as associações, ao elaborarem a estrutura administrativa e estatutária, embasaram-se no estatuto das associações das "comunidades remanescentes de quilombos" localizadas no município de Oriximiná,

assessoradas pela Comissão Pró-Índio de São Paulo¹⁴. Seu estatuto regulamenta os objetivos, as normas, os direitos, deveres, enfim, toda a estrutura administrativa para os sócios e seus representantes, os coordenadores. Estes, ao assumirem os cargos competentes, têm a responsabilidade de garantir e zelar pela posse coletiva da terra, representar legalmente os associados nas diversas esferas, elaborar e executar projetos e programas da associação, acompanhar e participar da elaboração dos projetos oriundos de programas, governamentais ou não, entre outros.

Objeto de estudo desta dissertação, a Associação Remanescente de Negros da Área das Cabeceiras (Acornecab), foi fundada em maio de 1999, nas vésperas de uma entrega de título que não se realizou devido a entraves burocráticos do governo federal. Quem coordenou todo o processo de mobilização e articulação na luta por seus direitos constitucionais foi a Associação Remanescente de Quilombo do Município de Óbidos, a Arqmob, constituída em 1997. A Arqmob recebeu o apoio da Arqmo, da Comissão Pró-Índio, de lideranças religiosas, da Associação Cultural Obidense (Acob) e do Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará (CEDENPA). Acompanharam e, de certo modo, influenciaram certas decisões que hoje são objeto de questionamentos dos associados. Dentre estes problemas, está a escolha pela titulação conjunta de seis comunidades. Os moradores colocam em dúvida o "caráter coletivo" das ações, práticas e projetos elaborados e adotados pelos coordenadores e pelos moradores num todo e assim surgem discussões e queixas acerca dos modos de participar, representar e legitimar o previsto em seu Estatuto.

Outro leque de questões em torno da representação, mediação e participação, surge com a descentralização das políticas governamentais que a Constituição Federal de 1988 alude. Delega aos governos municipais as discussões, as negociações, o planejamento e a execução das políticas públicas, com a devida participação das comunidades no processo de elaboração, decisão e execução das políticas, através das associações. O Governo Federal - ao fomentar a interlocução permanente com os entes federativos e as representações dos órgãos federais nos estados - Incra, Ibama, Funasa, Caixa Econômica – objetiva descentralizar e agilizar as respostas do Governo para as “comunidades remanescentes de quilombos”. O

¹⁴A Comissão Pró-Índio de São Paulo é uma organização não-governamental fundada em 1978 por um grupo de antropólogos, advogados, médicos, jornalistas e estudantes para defender os direitos dos povos indígenas frente às crescentes ameaças do regime ditatorial vigente naquela época. A partir do ano de 1988 passa a atuar em conjunto com as comunidades negras rurais para garantir seus direitos territoriais, culturais e políticos, principalmente aquelas localizadas no Baixo Amazonas Paraense (fonte: http://www.cpisp.org.br/html/sobre_cpi.html).

processo tornar-se-ia mais democratizante ao supor uma "postura favorável do executivo municipal, uma organização quilombola informada e com livre trânsito entre as instâncias oficiais" (ARRUTI, 2009, p. 109).

No entanto, este é outro entrave da política de reconhecimento adotada pelo Estado brasileiro ao operar transformações no modo como se relacionam com as comunidades e seus modos de existência. Principalmente, porque os processos de construção de sujeitos políticos passam também por uma "educação cívica" e pela constituição de lideranças que representem o grupo numa base política comum (DUARTE, 1993 apud CHAGAS, 2001, p.212).

Infelizmente, boa parte dos "quilombolas" não têm acesso a informações sobre as políticas públicas, e estão localizados distantes das sedes municipais. Neste novo contexto, os coordenadores da Acornecab e demais moradores têm aprendido a lidar com aquilo que até então estava negado aos moradores dessas comunidades. Isso não tem sido fácil, principalmente os esforços para legitimar a representação e a participação das associações quilombolas na esfera institucional – aqui incluindo os órgãos governamentais – e diante dos próprios moradores das comunidades que representam.

Sobre a primeira questão, temos toda a burocracia do Estado e a má vontade da administração pública. Pude observar vários entraves criados por normas menores, internas às agências de Estado responsáveis por executar tais leis, que estabelecem processos demorados e repletos de obstáculos técnicos e administrativos. Por exemplo, a formalidade na solicitação de projetos e recursos para as comunidades; a falta de comunicação entre os órgãos municipais e federais, e destes com os representantes das comunidades; informações desencontradas que impactam negativamente os moradores em relação aos representantes da associação, pois estes "saem" como mentirosos; a elaboração de projetos sem a consulta prévia e discussão com as comunidades, resultando em projetos que não condizem com as demandas e prioridades destas. Como também a invisibilidade dos representantes das associações em visitas, eventos e reuniões públicas que dizem respeito direta ou indiretamente a eles, que, por negligência dos órgãos municipais, estaduais e federais, simplesmente não são convidados ou consultados.

2.1.3 Titulação e propriedade coletiva das terras das "comunidades remanescentes de quilombos"

A demarcação e a titulação das terras ocupadas pelas "comunidades remanescentes

de quilombos" é a principal bandeira da luta pela garantia dos direitos constitucionais, pois o direito à terra está diretamente associado ao direito à preservação da cultura e organização social específica das comunidades. O grupo, e não mais o indivíduo, norteia a identificação dos sujeitos desses direitos. As "terras tradicionalmente ocupadas" (ALMEIDA, 2004) são concebidas também como propriedade coletiva. Entretanto, a aplicação dos artigos constitucionais, ao considerar a junção entre normas de direito agrário e de direito étnico-cultural, constitui uma série de controvérsias, burocracias e antagonismos.

O texto do artigo 68 – ADCT, CF 1988 - ao mesmo tempo "reconhece a propriedade definitiva", determina que o Estado emita os títulos respectivos, porém não detalha os passos para a titulação destas áreas, nem os órgãos estatais que deverão executar esta tarefa (TRECCANNI, 2006, p. 123).

A princípio dois órgãos passaram a ser responsáveis pela titulação: a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). Inicialmente, havia falta de informação e integração tanto dos órgãos quanto dos ministérios; falta de investimento nas pesquisas para o conhecimento histórico-antropológico sobre o assunto e, por último, a falta de recursos para desapropriação de áreas individuais e a falta de critérios para estabelecer a população atingida pela "política quilombola" (LEITE, 2002; TRECCANNI, 2006). Razões que ocasionaram a morosidade dos processos de titulação das comunidades e, sobretudo, criaram situações complicadas para as comunidades tituladas nesse período. Por trás desse debate se tem a falta de clareza se a demarcação e a titulação das terras se enquadrariam numa política especificamente cultural ou de reforma agrária, ou seja, o que se prevê em lei como junção, na efetivação se fragmenta. Outro conjunto de questões abrange o debate sobre a escolha de permanecer individual ou coletivo.

O período até a publicação do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, é marcado por confusões e discussões sobre a qual desses dois órgãos caberia à competência na condução do processo. Cada órgão executou por seus próprios modos até o ano de 1999, quando o governo federal decidiu retirar do Incra a competência pela titulação das terras quilombolas e delegar ao Ministério da Cultura, via a Fundação Cultural Palmares. Esta instituição concedeu 17 títulos até o ano de 2003. Com o decreto nº 4.887, coube ao Incra e a outros órgãos estaduais a emissão de "Títulos de Reconhecimento de Domínio", e a FCP a expedição de "Certificações de Reconhecimento".

O único título expedido pela Fundação Cultural Palmares, no Pará, é o das comunidades aqui pesquisadas, a "Área das Cabeceiras". Na data de 08 de maio de 2000, a

FCP concedeu o "Título de Reconhecimento de Domínio aos remanescentes de quilombos das comunidades de São José, Silêncio, Matá, Cuecé, Apuí e Castanhanduba (Quilombo Cabeceiras) sobre a área denominada Quilombo Área das Cabeceiras" (FCP/nº001/2000). No entanto, o levantamento cartorial, ocupacional, os mapas e a demarcação da área foram realizados pelos técnicos do Incra. A cerimônia de entrega do título estava agendada para o dia 20 de novembro de 1999, mas o Incra não pôde entregar por causa das disputas internas ao governo, que resultaram na mudança das normas relativas aos procedimentos para regularização das terras quilombolas.

Os procedimentos para a titulação - ainda não regulamentados por lei - teve como base a "Cartilha Minha Terra, Meus Direitos, Meu Passado, Meu Futuro", elaborada pela Comissão Pró-Índio de São Paulo e pela Arqmo, no ano de 1998. Segundo Treccani (2006, p.122), esta "cartilha foi muito utilizada nas comunidades para ajudar nas discussões sobre a implementação do art. 68 do ADCT, pois ensinava, passo a passo, como fazer para conseguir o título da terra, detalhando como se dava a tramitação do processo no Incra".

Retomando ao decreto presidencial 4.887/2003, observamos o que Arruti (2009, p. 103) chamou de "ruptura com a "afinidade eletiva" entre o "negro" e a "cultura" no trato dado ao tema das relações raciais por parte do Estado brasileiro". Com o intuito de dar "maior objetividade na busca pela superação dos entraves jurídicos, orçamentários e operacionais para a promoção da melhoria da qualidade de vida das comunidades por meio da efetivação das políticas públicas" (SANTOS, 2009, p. 05-06), houve um deslocamento institucional de uma atribuição exclusiva da Fundação Cultural Palmares (Ministério da Cultura) para uma atribuição partilhada entre 23 órgãos da administração pública federal. Cujas ações estariam articuladas no Programa Brasil Quilombola e deveriam ser coordenadas pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Seppir (Presidência da República), mas que tem no Incra (Ministério do Desenvolvimento Agrário) o principal de suas ações. Assim, deixa-se de "ser um tema exclusivo da política cultural para serem reconhecidos como uma parcela da população nacional que deve ser atendida de forma diferenciada pelo conjunto das políticas públicas redistributivas" (ARRUTI, 2009, p.79).

2.1.4 As Políticas Públicas: Reconhecer e Redistribuir

Através da política de Estado, que é a do reconhecimento inscrita no caso brasileiro na Constituição Federal de 1988, temos um conjunto de políticas públicas, projetos e

programas que foram elaborados e executados ao longo desses anos por governos federais, estaduais e municipais na tentativa de efetivar os direitos desses grupos. Percebe-se que ao longo do governo de Fernando Collor de Mello - Itamar Franco (1991-1994) e do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/1998, 1999-2002) há um cenário confuso em respeito tanto da categoria “comunidades remanescentes de quilombos”, quanto da política de regularização e titulação coletiva das terras – marcado pelo dissenso entre as competências dos órgãos governamentais.

A partir do Governo do Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2006, 2007-2010), os direitos sociais, políticos e étnicos das "comunidades remanescentes de quilombos" e as políticas públicas até então executadas pelo Governo Federal foram, portanto, aglutinadas em um novo projeto político, o Programa Brasil Quilombola (PQB). A base legal prevê a garantia dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal – Direito à preservação de sua própria cultura; o artigo 68 do ADCT – Direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos; a Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) – Direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais, dentre outros.

Elaborado em 2003 e lançado em 12 de março de 2004, tem como objetivo "consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas". Em outras palavras, visa a garantia da igualdade racial, a defesa e reparação dos direitos humanos e as condições dignas de cidadania para que homens e mulheres quilombolas tenham sua contribuição histórico-cultural reconhecida (SANTOS, 2009, p. 06). O PQB possui quatro eixos de atuação: acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local e inclusão produtiva, e direito e cidadania. Cada eixo conta com objetivos e ações. Abaixo descrevo brevemente algumas delas.

- a) *Acesso à Terra*: consiste na execução e acompanhamento dos trâmites necessários à regularização fundiária das áreas quilombolas, visando a garantia da reprodução física, social e cultural. Suas ações: a Certificação de Reconhecimento (FCP/Minc) e o processo de regularização fundiária (Incra/MDA);
- b) *Infraestrutura e Qualidade de Vida*: versa sobre a destinação de obras e construção de equipamentos públicos, notadamente as ações vinculadas à saúde, educação e assistência social. Procura atender demandas das comunidades respeitando e valorizando as especificidades culturais de cada uma. São ações

desse eixo: Saneamento Básico e Acesso à água para consumo e produção - é vinculado ao "Programa Água Para Todos" e é de competência da FUNASA (Ministério da Saúde). Habitação - atrelada ao "Programa Minha Casa Minha Vida", coordenado pela Caixa Econômica Federal e pelo Ministério das Cidades. Acesso à energia elétrica - por meio do "Programa Luz para Todos", do Ministério das Minas e Energia. Ações relativas à saúde - por meio da "Política Nacional de Atenção Básica" e do "Sistema Único de Saúde" (Ministério da Saúde). Educação de qualidade - através do "Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO)", do "Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE – Campo)" e do "Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)", todos vinculados ao Ministério da Educação. Além da Inclusão Digital, por meio do Programa "Telecentro.br", iniciativa do governo federal, no âmbito do "Programa de Inclusão Digital".

- c) *Desenvolvimento Local e Inclusão Produtiva*: o eixo trata da construção de modelos de desenvolvimento local, baseados nas características territoriais e na identidade coletiva, visando à sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política". Ações: Superação da Miséria e Insegurança Alimentar, ligado ao "Programa Segurança Alimentar e cadastro único", vinculado ao "Programa Brasil sem Miséria" e ao Ministério de Desenvolvimento Social. Pretende estimular o Etnodesenvolvimento por meio da "Assistência Técnica e Extensão Rural Quilombola (ATER)", referente à "Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural" (MDA). Enfatiza Práticas Produtivas Sustentáveis a partir do "Programa Brasil Local - Economia Solidária", no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE).
- d) *Direitos e Cidadania*: o eixo objetiva o estímulo à participação ativa dos representantes quilombolas nos fóruns locais e nacionais de políticas públicas, promovendo o seu acesso ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município. Dentre as ações citadas estão: o "Programa Nacional de Documentação das Trabalhadoras Rurais", que trata da garantia de registro civil de nascimento com foco nas comunidades tradicionais. Assistência jurídica às

famílias quilombolas e a realização de estudos e emissões de pareceres sobre impactos ambientais em comunidades quilombolas. A garantia de proteção aos defensores dos direitos humanos que se encontram em situação de risco e/ou vulnerabilidade, pelo "Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos". Prevê ainda ações em defesa da vida, realizadas em articulação com a ouvidoria da SEPPIR, visando a proteção de lideranças ameaçadas por conflitos agrários.

Embora os avanços obtidos a partir do Governo Lula, podemos observar na composição dos eixos que as ações governamentais incluem as comunidades quilombolas na pauta mais larga de uma “política afirmativa”, além de integrá-las nos programas redistributivos universalistas, como o “O Programa Fome Zero” (2003) e o "Plano Brasil Sem Miséria" (2011)¹⁵. Ao apresentar suas políticas no “Programa Brasil Quilombola”, o Estado justifica sua intervenção e propõe em suas ações o combate à pobreza, à degradação dos recursos naturais, ao êxodo rural e enfatiza o etnodesenvolvimento. Objetiva, assim, melhorar a qualidade de vida e a capacidade produtiva das comunidades quilombolas. Porém, são ações que focalizam a redução da desigualdade econômica, ficando em segundo plano, novamente, o reconhecimento da pluralidade étnica da sociedade brasileira.

Desta forma, observamos que, ao mesmo tempo em que a política do Estado prevê a posse coletiva da terra pelos moradores das comunidades, executa políticas redistributivas que reforçam o caráter individual das unidades familiares, o que gera antagonismos em suas ações e no cotidiano destas. Em outras palavras, o Estado elabora projetos e programas criando e visando os “direitos” desses coletivos, mas estimula também uma série de embates relativos à adequação dessas políticas aos modos de existir das comunidades.

¹⁵O “Plano Brasil sem Miséria” foi criado em 2 de junho de 2011, por meio do Decreto nº 7.492, com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. Os eixos e ações são similares aquelas que foi elaborado para o Programa Brasil Quilombola. Vejamos, “o Plano se organiza em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades” (Fonte: <http://www.brasilsemmiseria.gov.br/apresentacao>).

2.2 IDENTIDADE, ETNICIDADE E TERRITORIALIDADE

Nas últimas décadas, estudiosos das áreas das humanas vêm discutindo e refletindo sobre a construção social do sujeito, como também sua desconstrução e resignificação na contemporaneidade. Na antropologia, a problemática sobre o sujeito encontra-se no desenvolvimento de uma reflexão crítica em torno do conceito de identidade.

Com o abalo de um mundo pós-colonial, onde há acesso maciço aos transportes e comunicação, bem como circulação rápida de informações, ideologias e imagens, e ainda com as questões da agência e da política, instauraram uma nova forma de ser/estar no mundo, bem como uma nova forma de se repensar a relação entre lugares e identidades. O próprio conceito de identidade se torna insuficiente para responder em sua forma essencialista as novas questões colocadas pelo mundo contemporâneo (HALL, 2000; AGIER, 2001, BHABHA, 1998). Tem-se assim, um sentimento de perda de identidade, que é compensado pela procura ou criação de novos contextos e retóricas identitárias.

O conceito de identidade torna-se, desta forma, um conceito “sob rasura” (HALL, 2000), o que significa que o mesmo não é bom para se pensar em sua forma original, mas que deve ser refletido de uma forma descentrada e desconstruída. Hall propõe, portanto, uma reconceptualização do "sujeito" no interior do paradigma, na rearticulação da relação entre sujeitos e práticas discursivas. A identidade seria para Stuart Hall um conceito estratégico e posicional que opera através da exclusão, da construção discursiva de uma exterioridade constitutiva e da produção de sujeitos marginalizados, na superfície exilados do universo simbólico ou do representável.

Agier (2001) ressalta que muitos de nossos “sujeitos de pesquisa” construíram seus movimentos sob o discurso essencialista de identidade, colocando a antropologia diante de novos quadros de sociedade e de expressão dos sujeitos. Sahlins (1997), Wagner (1975) e Agier (2001) já apontavam para a merecida atenção a um novo objeto da antropologia: os grandes movimentos identitários, um movimento de “retorno”, “busca” de raízes. Movimentos estes que ao descodificarem seus processos tornam possível enxergar inovações, invenções e uma grande abertura para o mundo presente.

Esta nova forma de pensar a identidade, tanto para Hall (2000) como para Agier (2001) e Bhabha (1998), mostra que todo tipo de declaração identitária, sendo ela individual ou coletiva, seria múltipla, inacabada, instável e experimentada, de forma que fosse muito mais uma busca do que um feito (AGIER, 2001).

Para Agier (2001), a antropologia das identidades seria constituída de maneira contextual, relacional, construtivista e situacional. Sua abordagem contextual colocaria que não há definição alguma de identidade em si mesma, que processos identitários não existem fora de um contexto. A relacional colocaria em ênfase a busca de um “abrigo virtual”, um pensar em si em relação ao outro. Segundo esta concepção, o meio urbano é que colocaria em pauta o pensar dos novos conceitos identitários. Uma abordagem construtivista da identidade enfatizaria a realidade constituída pelas representações dos atores, ressaltando a necessidade de alguns grupos de edificar, neste ou naquele contexto, fronteiras simbólicas identitárias, sendo o processo de edificação ele próprio um momento de criação cultural. O autor ainda destaca que, ao se misturar identidade e cultura, ou determinantes sociológicos de identidade e trabalho da criação cultural, permite-se recolocar em questão a ilusão de uma transparência, o que o autor chama de “*continuum natural*”. Já a necessidade de uma abordagem situacional colocaria como ponto de atenção as interações e situações reais que os atores se engajam para formular suas identidades, não as representações já formuladas a priori da cultura, tradição ou figura em nome das quais se supõe que agem. A situação colocaria em questão a fragmentação.

Levando em consideração os aspectos destacados acima, percebe-se facilmente que o caminho da cultura à identidade não é de forma alguma único nem transparente, muito menos natural. Ele é social, complexo e contextual (AGIER, 2001), e ainda estratégico e posicional, não assinalando um núcleo estável do que passa do início ao fim sem mudança (HALL, 2000).

A partir da década de 1970 - principalmente após a publicação do livro *Los Grupos Étnicos y sus Fronteras* (1969), de Frederick Barth, a identidade não é mais algo substancial, mas, construída pelos grupos em relação. Mais do que uma essência definida a priori, trata-se de processos de exclusão e inclusão que constroem os limites entre os reconhecidos como pertencentes a um determinado grupo ou não, num processo contrativo de estabelecimento de fronteiras. Deste período até hoje, acompanha-se a proliferação de pesquisas antropológicas, empregando a teoria da etnicidade para estudar a organização social e cultural com grupos indígenas e comunidades negras rurais.

Barth (1976) propôs a formulação de que a etnicidade está diretamente relacionada à organização dos grupos étnicos, ou seja, são os próprios grupos que realizam sua auto atribuição, identificação e organizam o pertencimento e interação entre as pessoas. Para tal, definem processos de exclusão e inclusão que possibilitam marcar os limites entre os

considerados de dentro ou de fora, em uma relação de fronteiras contrastivas. Para Barth, segundo O'Dwyer (2002), o processo de constituição das identidades precisa levar em conta somente as diferenças consideradas significativas para os membros dos grupos étnicos.

No entanto, a etnicidade também se tornou uma noção imprecisa na definição de seus conteúdos e de seus limites. Assim como afirma Arruti (2006), ao mesmo tempo a teoria pode ser utilizada para apreensão do fenômeno de autoidentificação de grupos rurais negros como "comunidades remanescentes de quilombos", permitindo que a categoria não seja aplicada como um "rol fixo e restritivo de características históricas e culturais"; ela não se adéqua totalmente para análise de tais comunidades, pelo fato de Barth "não dar conta da passagem entre o fenômeno de adstrição étnica [necessariamente local] do grupo [o etnônimo] e a sua adesão a categoria genética e englobante de quilombola, de caráter jurídico-administrativo" (2006, p.40). Ou seja, Barth desconsidera que a categoria identificatória pode emanar de um fator externo aos grupos étnicos, como é o caso do Estado Brasileiro que elaborou e atribuiu o termo "comunidades remanescentes de quilombo" para identificar as comunidades negras rurais.

Considerando a imensa diversidade cultural e fundiária do Brasil e a constituição pelo Estado Brasileiro de categorias identificatórias aos "grupos minoritários", alguns antropólogos têm sugerido, para solucionar a questão, uma teoria da territorialidade (OLIVEIRA, 1999; LITTLE, 2002; ALMEIDA, 2004; ARRUTI, 2006).

A abordagem considera a conduta territorialial como parte integrante de todos os grupos humanos. A territorialidade é definida por Little (2004, p. 04) "como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território"". Portanto, conclui o autor, que "qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos".

Para Oliveira (1999), o processo de territorialização privilegiaria os "mecanismos arbitrários e de arbitragem" considerando os parâmetros do Estado-nação. Para o autor, é "a intervenção da esfera pública que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados" (OLIVEIRA, 1999, apud ARRUTI, 2006, p. 41). Segundo Arruti, esta noção de territorialização indicaria

o movimento pelo qual um objeto político-administrativo se transforma em uma coletividade organizada, implicando: a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora, a constituição

de mecanismos políticos especializados, a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e a reelaboração da cultura e da relação com o passado (2006, p. 41).

Mas, adverte o autor que o processo de territorialização opera tanto por efeito quanto por antecipação, ou seja, embora o "objeto político-administrativo" só possa ser criado por intervenção do Estado, não podemos desconsiderar que tais coletividades estejam organizadas anteriormente a tal objetivação,

o desafio parece ser, portanto, reintegrar a análise dos grupos étnicos e a teoria da etnicidade às considerações acerca dos processos macro-contextuais (nos quais o Estado ocupa um papel incontornável) que escapam ao contexto de definição local e contrastivo das "fronteiras", mas sem fazer com que toda análise antropológica retorne a uma perspectiva na qual o Estado é o centro (ARRUTI, 2006, p. 42).

Diante disso, Arruti (2006, p.44) sugere como solução para o problema a etnogênese. Pensada através das diferenças entre as análises sobre política de reconhecimento (TYLOR, 1994) – que são as condições de apresentação e recepção das demandas desse sujeito na esfera pública – e luta de reconhecimento (HONNET, 2003) – que é a dimensão de "formação" do sujeito em luta por meio da experiencição comum de desrespeito e de sua tradução em uma identidade coletiva. Conclui o autor que o processo de formação quilombola precisa levar em conta tanto o reconhecimento do grupo na esfera pública quanto a própria auto-identificação do grupo. Este processo é composto de um modelo quadripartido (ARRUTI, 2006):

a) *Nominação:* consiste no movimento no qual os descendentes de escravos passam a ser considerados sujeitos de direito na sociedade brasileira.

b) *Reconhecimento:* versa sobre o reconhecimento da situação de desrespeito pelo Estado e este passa a adotar uma postura que objetiva sanar a condição de marginalização de tais coletividades;

c) *Identificação:* a constatação de desrespeito de um coletivo, que passa a se autodenominar como quilombolas com vistas a garantir e conquistar seus direitos;

d) *Territorialização:* o movimento de reorganização social, política, cultural e territorial das comunidades ao mesmo tempo em que o "Estado" fixa e delimita o espaço territorial.

Pretendo aqui observar essa composição do "processo de formação quilombola" nas comunidades remanescentes de quilombos do município de Óbidos, tomando como lugar dessa investigação a comunidade do Silêncio, que integra a “Área das Cabeceiras”, formada por onze "comunidades remanescentes de quilombos".

3 A PRESENÇA NEGRA NO PARÁ SOB O REGIME DA ESCRAVIDÃO

O estudo pioneiro sobre a presença negra na Amazônia é de autoria de Vicente Salles “*O negro no Pará, sob o regime da escravidão*” publicado em 1971. Antes dessa obra, poucos autores haviam estudado a história do Pará sob a ótica da escravidão dos negros africanos e sua importante influência ao desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

A invisibilidade, ou podemos ainda falar em “esquecimento” é dada pelo princípio de que a escravidão ali não foi significativa, por ter recebido um quantitativo de escravos, muito inferior a outras regiões, como no Sudeste e no Nordeste brasileiro, por exemplo. Ou seja, os estudos sobre a presença africana no Brasil eram relevantes apenas nos lugares onde existia grande número de escravos e onde havia uma economia agroexportadora monocultora. Outro motivo advém do imaginário que a Amazônia era tão somente terras de índio e de florestas, baseada socioeconomicamente no extrativismo. A escravidão negra, embora presente era tida como periférica em relação à utilização da mão de obra indígena.

Salles (1971) procurou desfazer este imaginário utilizando como referência os relatos e dados estatísticos dos cronistas que perpassaram o Grão-Pará e Maranhão durante o período colonial. O historiador e antropólogo transcende a ideia que o escravo africano foi apenas força de trabalho. O compreende como produtor de cultura, ou melhor, sujeito de práticas culturais agindo e interagindo num contexto de lutas e vicissitudes.

A obra de Salles ganhou maior visibilidade em 1988 com a publicação de sua segunda edição, no mesmo período em que se intensificaram os estudos sobre as comunidades negras rurais em todo o Brasil. Hoje, contamos com inúmeros trabalhos produzidos nas últimas três décadas, em variadas temáticas da antropologia, sociologia e história. O Pará é um dos estados que possui maior número de terras tituladas e comunidades certificadas como “remanescentes de quilombo”. Se há algo que podemos afirmar é o fato de que não é mais possível ignorar a importância da presença negra, o seu legado e contribuição para a formação social amazônica.

3.1 COLONIZAÇÃO E A ESCRAVIDÃO NO GRÃO-PARÁ¹⁶

A colonização portuguesa na Amazônia ocorreu no ano de 1616, com a fundação do Forte do Presépio, sob o comando do capitão Francisco Caldeira Castelo Branco, dando origem ao povoado de Santa Maria de Belém do Pará (SALLES, 1971).

Em 1626 houve a criação do Estado Grão-Pará e Maranhão com a posse do primeiro governador e Capitão-General Francisco Coelho de Carvalho, que permaneceu neste governo por dez anos (1926-1936). Era um governo independente e as ordens eram recebidas diretamente de Portugal. O motivo pelo qual levou a Coroa Portuguesa separar seu território em dois estados foi devido às dificuldades de comunicação marítima e a falta de um caminho terrestre alternativo entre os governos do Maranhão e do Pará com o governo geral na Bahia, sede do Estado do Brasil. E pelo empenho da coroa na expulsão dos franceses, holandeses e ingleses que insistiam em ocupar o enorme território desde a segunda metade do século XVI (OLIVEIRA, 2011, p. 01-03). Anos mais tarde, em 1637 temos outro marco com a subida do Capitão Mor Pedro Teixeira a Calha do Amazonas, dando origem ao que hoje conhecemos como Baixo Amazonas.

Os fundamentos da política da colonização e dominação portuguesa na Amazônia consistiram em três ações principais: a construção de fortificações militares para garantir o domínio português nas regiões invadidas por outros estrangeiros; a introdução de missões religiosas e aldeamentos indígenas, com o objetivo de capturá-los, pacificá-los e impedir alianças com as nações europeias; e a expansão territorial (FURTADO, 1993, p. 92; TAVARES, 2008, p. 60). Segundo Furtado, esta política resultou,

nos primeiros núcleos coloniais da Amazônia transformados nos atuais centros urbanos da região, e na formação de uma sociedade cabocla de caráter agro-pesqueira, cujos hábitos revelam, de um lado, o processo histórico, econômico, social e cultural pelo qual passou a região e, de outro, as características e influências do meio ambiente no qual se desenvolveu (1993, p.92).

Óbidos, hoje conhecida como a cidade mais portuguesa do Pará, teve sua fundação em 1697. Sessenta anos antes, Pedro Teixeira, Capitão-Mor da Coroa Portuguesa, em

¹⁶**Grão-Pará** é o nome que o atual estado do Pará era conhecido no períodos colonial e imperial. O nome Pará tem origem no termo Pa'ra, que significa "rio-mar" na língua tupi-guarani, pois era assim que os indígenas se referiam ao braço direito do rio Amazonas, que é vasto a ponto de não se poder ver a outra margem, dando a impressão de se tratar de um mar, não de um rio (Fonte: IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/historico>).

expedição a Quito no Peru navegando pelo Rio Amazonas avistou “certo trecho onde o rio diminuía numa garganta de terra”. Local considerado estratégico para o “estabelecimento fortificado que regulasse a subida e descida pelas águas do grande rio” (REIS, 1979, p.14). Jesuítas que o acompanhavam alertaram a Corte Portuguesa de uma possível invasão dos holandeses e da necessidade da construção de um Forte para combater invasões e fiscalizar e cobrar dízimos a Coroa Real. O alerta, considerado importante, foi aproveitado somente em 1679, com a expedição ao Rio Amazonas, de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, na época governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Este ficou preocupado e mandou construir imediatamente uma fortaleza. No entanto, só depois de dezoito anos com o seu retorno em companhia dos Capuchos da Piedade para o aldeamento dos índios Pauxis que se inicia a construção da fortificação.

Os Capuchos da Piedade percorreram vários rios incorporando milhares de indígenas ao sistema de aldeamento com objetivo de catequizá-los e fornecê-los como escravos para os colonos. Os anos transcorridos até 1750 marcaram as fases de "descimentos" de grupos indígenas para aumentar o povoado em torno da fortaleza. Segundo Furtado (1993, p. 95),

foi crescendo uma população variada de índios catequizados, mercadores portugueses e colonos, cuja amalgamação possibilitou, mais tarde, a formação de núcleos que se espalharam na calha amazônica, constituída, de uma população mestiça, a qual muitos dos primeiros cronistas viajantes se referiam como "tapuios".

Em 1762, havia três centenas de moradores. Frei São José, no seu *Visistas Pastorais*, descreve os indígenas vivendo na penúria e mal alimentados (QUEIROZ, 1961, p. 138 apud ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 43). Viviam exclusivamente de uma economia sustentada pelos recursos da fauna e da flora regionais e da pesca.

De acordo com Furtado (1993, p. 114), a decisão de implantar um Forte numa área em que o Rio Amazonas se faz mais estreito se reveste de "três faces que caracterizaram o processo de ocupação humana na Amazônia: a de defesa, economia e religiosidade, que se conectavam para um fim comum: o da soberania portuguesa no norte do Brasil”.

Nesta primeira fase da “Conquista do El Dourado”, o negro africano não teve participação nas mediações do Grão-Pará e Maranhão. Houve desde o início condições desfavoráveis para sua introdução. Não só os recursos dos colonos eram escassos, como o negro mal se adaptaria no tipo de atividade econômica mais rentável, o extrativismo. O caminho natural foi portanto a escravização do gentio (indígenas), via de regra pacífico e

numeroso. Eles vieram depois e se destinaram ao trabalho da lavoura, a fim de substituir a mão de obra indígena que não se adaptava ao trabalho no campo (SALLES, 1977, p. 12-16).

A ocupação portuguesa floresce na metade do século XVIII em razão da política pombalina. Sebastião José de Carvalho, Marquês de Pombal, foi encarregado pelo governo colonial para fazer reformas na estrutura social e econômica do Grão-Pará. Mendonça Furtado, irmão de Pombal, foi o responsável por executar as seguintes ações: Tratado de Limites entre Portugal e Espanha (1750); criar a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará; estimular a agricultura de exportação (1755); declarar a liberdade dos indígenas; estimular a miscigenação entre índios e portugueses; expulsar os missionários religiosos e introduzir os escravos africanos para servir de mão de obra (TAVARES, 2008, p. 61).

O que motivou a chegada dos africanos na região do Pará foi o conflito entre agricultores portugueses e jesuítas acerca da utilização do trabalho indígena. Enquanto os primeiros queriam submeter os índios ao trabalho escravo, os segundos achavam que os trabalhos desses gentios deveriam ser brandos (ACEVEDO; CASTRO, 1998). Os jesuítas resolveram levar este conflito à corte portuguesa e trouxeram a notícia sobre a proibição de uso do trabalho indígena nas fazendas, nas lavouras ou em qualquer atividade em que não fossem considerados livres. A proibição foi regulamentada pela lei de 06 de junho de 1755, que determinava a irrestrita liberdade da população indígena na região amazônica.

Marquês de Pombal ao criar a Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão¹⁷ objetivava solucionar dois problemas advindos do período colonial: suprir a crise de mão de obra e impulsionar a economia de exportação na região. A Companhia era detentora da exclusividade do comércio negreiro no Estado. Houve durante sua existência (1755-1778), o emprego de dezoito embarcações a serviços da “rota negra”, realizando quatro, cinco ou até seis viagens anuais entre praças africanas e os portos de São Luís e Belém (BEZERRA-NETO, 2001, p. 26).

O trabalho escravo foi empregado principalmente na lavoura cacaeira. Mas outras atividades foram beneficiadas com a mão de obra africana, como por exemplo: a construção e reformas das fortificações militares, o cultivo de cana-de-açúcar, tabaco, café, algodão, arroz,

¹⁷ A Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão foi uma empresa privilegiada, de caráter monopolista, criada com o objetivo de autorizar e explorar o comércio de importação de escravos africanos para desenvolver a agricultura e fomentar a atividade comercial [fonte: <http://pt.scribd.com/doc/18193820/Apostila-Historia-Do-Brasil>].

a criação de gado bovino, e, em menor escala, nas atividades domésticas (FUNES, 2000, p. 470).

Segundo Bezerra Neto (2001, p.28), durante a vigência da Companhia, "foram introduzidos na Amazônia um número de escravos superior a 25.365 africanos desembarcados nos portos de Belém e São Luís". Deste total, foram distribuídos 10.616 escravos para o Maranhão e 14.749 para o Grão-Pará. Porém, Belém, além de receptor, redistribuía um terço do total de escravos para o Mato Grosso, ficando efetivamente no Grão-Pará um total de 9.832 africanos. Quanto à origem africana, houve o predomínio de escravos vindos do porto de Bissau (9.229), de Cachêau (8.362) e da Angola (7.774).

Como a demanda de escravos era maior que a oferta concedida pela Coroa, esta determinava que a venda fosse prioritariamente para os lavradores e senhores de engenho, com vias a favorecer e fomentar a economia em terras amazônicas. Privilegiavam as áreas de várzea localizadas nas vizinhanças dos centros comerciais de Belém e Santarém, por causa da posição geográfica, que favorecia o melhor escoamento da produção e exportação através dos Rios Amazonas e Tapajós (BEZERRA-NETO, 2001, p. 55).

Com o fim da Companhia em 1788, o tráfico negreiro ficou sob o encargo de empreendimentos particulares. De acordo com informações extraídas de Salles (1971), nos anos posteriores à Companhia, entre 1778-1792, houve um aumento na média de importação de escravos. No período de vinte e dois anos da existência da Companhia, foram introduzidos 9.832 escravos, perfazendo uma média anual de 446. Nos quatorze anos posteriores cerca de 7.606 escravos foram trazidos para o Grão-Pará, aumentando a média para 545 anuais.

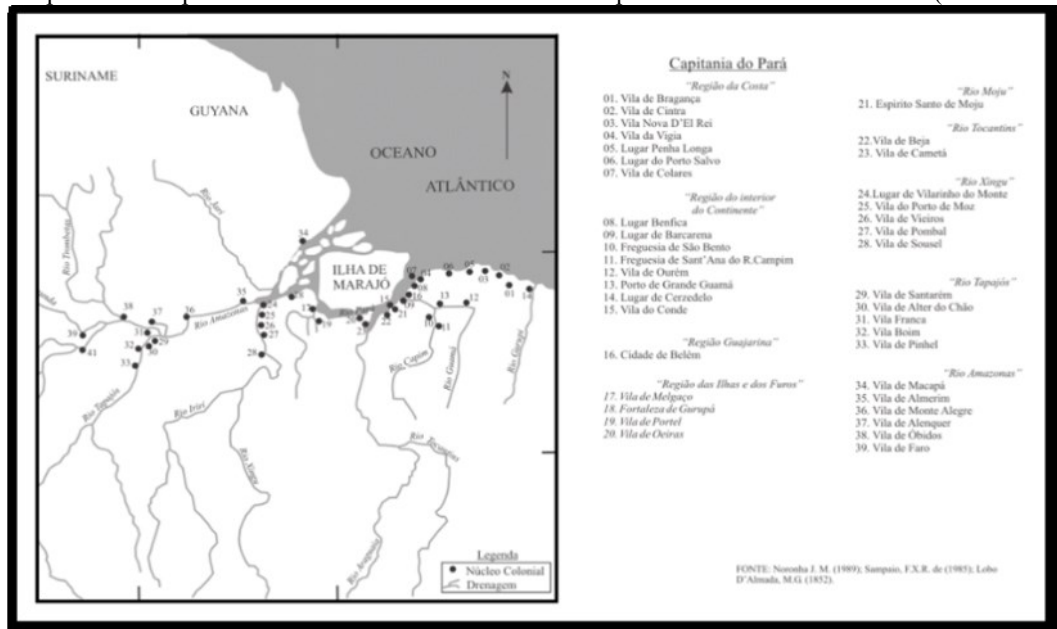
Entre os anos de 1792 a 1820 a média duplicou para 1.137 escravos anuais, há um notável incremento do tráfico negreiro, 30.717 escravos ingressaram no Grão-Pará. Entre os anos que se seguiram até 1834 com a proibição de escravos africanos na Amazônia, não se têm registros dos escravos importados e contrabandeados. Ao todo desde o início da importação em 1755 até o ano de 1820 ingressaram 48.155 escravos (BEZERRA-NETO, 2001).

Com a proibição do tráfico negreiro, a demanda de escravos na economia amazônica foi suprida pelo tráfico interno, conhecido como tráfico interprovincial. Este perdurou até as vésperas da abolição. Em alguns dados acoplados por Bezerra Neto (2001, p.113), o Pará importou ao todo, neste período, 262 escravos. Sendo que 172 eram oriundos do Rio de Janeiro, 51 do Amazonas, 10 do Maranhão, 09 do Pernambuco, Ceará e Bahia e 20 não consta a localidade de origem. Exportou, por sua vez, 185 escravos, distribuídos para o Rio de

Janeiro um total de 97, Amazonas 55 escravos, Maranhão 26, Pernambuco, Ceará e Bahia 05, e 02 escravos não consta o local de chegada.

Existiam poucos censos relativos ao quantitativo e distribuição da população escrava no Grão-Pará entre os períodos de 1755 a 1823. No entanto, podemos observar a partir dos dados arrolados por Baena e Salles contidos nos livros de Acevedo; Castro (1998) e Bezerra Neto (2001), que as regiões de concentração de escravos no Grão-Pará ocorreram nas margens do Rio Amazonas, Rio Marajó, Rio Tapajós e o Rio Xingu. Nas mediações de Belém, na região do Baixo Tocantins, pelo arquipélago do Marajó, no Baixo Amazonas, pelo Nordeste Paraense, na zona fronteiriça com o Maranhão, como ilustra o mapa nº 3.

Mapa 3 – Principais núcleos coloniais do Grão-Pará na época do Diretório Pombalino (1757-1798)



Fonte: TAVARES, 2008, p. 63.

No Baixo Amazonas, os escravos africanos foram trazidos por volta de 1780 para servir de mão de obra nas construções das fortificações militares, nas fazendas de cacau e na criação de gado nas vilas de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Faro e Santarém. Alteraram o movimento lento de ocupação até então, sob a pressa e demanda crescente da política econômica colonial da fase pombalina que tornou o cacau o principal produto exportado do Grão-Pará.

Incentivos foram dados pelo governo para ocupação e incorporação de terras firmes e de várzeas para o empreendimento do cultivo de cacau em forma de propriedade sesmarial. Assim com o desenvolvimento das plantações de cacau, houve o crescimento da população

escrava na região através de fundos para aquisição de escravos (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p.47).

Os plantéis da região não eram grandes. No final do século XVIII, existiam nas freguesias das vilas de Santarém, Óbidos e Alenquer 20 proprietários rurais que haviam adquirido ao todo 233 escravos. Segundo recenseamento realizado em 1788, 130 escravos estavam distribuídos em 11 sesmarias localizadas em Santarém, 40 escravos distribuídos em 4 sesmarias em Óbidos e 63 escravos distribuídos em 5 sesmarias em Alenquer. A média para cada sesmaria era de 5 a 13 escravos. Porém, alguns se sobressaíam, como é o caso do senhor de escravo Manoel Correa Picanço, de Santarém, que detinha 43 cativos; João Paes Pedroso, possuidor de 21 escravos na Vila de Alenquer; e Constantino Manoel Marinho, nas mediações do Igarapé Mirim, situado nos municípios de Óbidos e Faro, era proprietário de 18 escravos (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Embora Reis, no livro *História de Óbidos* (1979) afirme que “a contribuição africana não teve proporções impressionantes, ou se apresentou com força para perturbá-la” (p.94), os dados compilados por Baena (1839, p. 282-371 apud ACEVEDO; CASTRO 1998, p.49) mostram que às vésperas da Independência do Brasil, havia, na região do Baixo Amazonas 3.657 escravos, representando 13% do total da Província do Grão-Pará. Desse total, 1.294 estavam localizados na vila de Óbidos, ou seja, 35,40% do total de escravos da região e 30,2% do total da população de Óbidos.

Santarém e Óbidos tinham os números mais significativos, com mais de 1.200 escravos, em seguida, Alenquer, com 440, Monte Alegre com 290 e Faro 93 escravos. Com o fim do tráfico negreiro em 1834, a população escrava em Óbidos em 1872 era de 769 cerca de (7,9% do total de sua população no período). Número que poderia ter sido mais expressivo, pela não definição dos livres.

Como afirma Salles (1971, p.80) o “negro não se conservou puro”, os senhores de escravos incentivavam o casamento entre índios e negros, para obtenção de cafuzos, e assim aumentavam o número de pessoas escravizadas. As terras eram distribuídas em extensos latifúndios, o que praticamente não tinha valor, a riqueza era medida pela quantidade de escravos, sejam eles indígenas ou africanos. Os negros escravizados até mesmo depois de livres não eram considerados cidadãos, haviam leis rígidas que os proibiam de circular em ambientes públicos, de comercializar, ter acesso à educação. Sofreram muitos maus-tratos e castigos, os senhores de escravos do Pará ficaram famosos pelo seu rigor em punir os negros escravizados.

Os maus-tratos sofridos e as histórias dos mocambos - segundo a denominação regional para quilombos – estão registradas também na história oral dos moradores da “Área das Cabeceiras”. São relatos sobre fugas das fazendas, enfrentamentos com as expedições punitivas, enfim, sobre a difícil vida dos mocambeiros (ANDRADE, 1995, p. 49). Lembranças que foram passadas de geração para geração, como nas duas narrativas extraídas do Relatório “Área das Cabeceiras: terra de remanescentes” de Eurípedes Funes (1999),

Minha avó contava que quando eles iam fugi da casa do sinhô deles a canoa tava amarrada numa corrente comprida. Olha, fugiram meia noite, embarcaram dentro da canoa, iam pra “barra e vento”, era o nome de uma terra, ela contava. Aí, a canoa cheia de gente ia embora, não soltaram a corrente, aí quando deu madrugada, galo canto, caiu dentro um frio, ai ele disse tamo na costa do barro e vento, com esse ventinho, foi nisso que o galo canto. Diz: olhe canto o galo da casa do meu sinhô. Mas num disse que nós tamo na costa do barro e vento? Quando o tempo clareo o sinhô deu com aquela marmota. Olha, puxou a muxinga de couro de peixe-boi, arreou que retalhou todo as costas dos preto. Agora foram busca rolo de tucumzeiro, cortaram, com aquele rolinho daqui assim, a finada minha avó contava, (o senhor) dizia: ‘Jacaré tem catinga no rabo? (os escravos respondiam): Tem meu sinhô. (O senhor) Então rolava o pau. (Os escravos): Já rolei meu sinhô. Agora ela contava, que eles (os senhores) butavam almofada cheia de alfinete, tudo de ponta pra cima, uma daqui, outra daqui, daqui, outra da costa. Que era pra não dormi a noite inteira. Por que se cochilasse pra costa, tá, se cochilava pra frente, tá, se cochilava pra cá, tá na testa. Eles passaram, ela contava, malvadeza na casa do sinhô (Mária Glória Pereira em entrevista concedida a Funes, 1999, p.13).

Ah! Esses negro da escravidão, diz que passaram coisas ruins. Mas eu falo diz, por que eu não conheci a escravatura. Eles contavam que a vida era difícil. Que era uma vida ruim, que quem era escravo só não pode passá bem. Eles sofriam, sofriam mesmo como o cão no inferno. Eles diziam que a escravatura tinha sido muito ruim pra eles. Eu já lhe digo assim: trepavam no espinho, butavam arco na bunda, pintava. Era uma coisa horrível naquele tempo. Avalia que Deus é pai não padraсто (...). Os senhores da escravidão eram muito rico, tinham muito escravo para ele trabalharem. Que eles coitados num ganhavam nada, que ganhavam era muito martírio. Quando veio a Cabanagem eles andaram matando. (Matando quem?) Os senhores. Eles se escondiam pela casa, se escondiam por toda parte, eles mataram, e depois de acabarem com eles, que eles vieram pra cá, os pretos, que eles maltratavam os pretos. A avó Martinha nasceu aqui no Brasil. Os parentes dela, a mãe, a avó eram da África (Roxinha em entrevista concedida a Funes, 1999, p. 14).

As Câmaras Municipais redigiam e aplicavam medidas severas aos negros escravizados. Em Óbidos, no ano de 1832, José Manoel Bentes, Presidente da “Câmara Municipal da Villa de Óbidos, enviou ao Presidente da Província do Pará algumas posturas para serem aprovadas, para posteriormente serem incorporadas nas normas que regiam a vila na época. Dos sete artigos, três se referiam exclusivamente à proibição de escravos frequentarem alguns locais e os horários para circulação, bem como à punição ao descumprimento das normas. Por exemplo, era proibido o ajuntamento de mais de cinco escravos em qualquer hora do dia sob pena de oito dias de cadeia; as tavernas ou “casas

públicas” que se achassem com ajuntamento de escravos teriam multa de trinta mil reis e os escravos receberiam cinquenta açoites; todo o escravo que fosse encontrado depois das oito horas da noite sem a cédula de identificação, que continha o nome do escravo, dia, mês e ano, era recolhido à prisão e castigado a arbítrio do seu senhor. Os escravos eram castigados na Praça em frente à Igreja Matriz de Óbidos (REIS, 1979).

3.2 A “FORMAÇÃO DOS MOCAMBOS” NO BAIXO AMAZONAS

A formação dos quilombos ou mocambos no Baixo Amazonas ocorreu nas primeiras décadas de expansão do cultivo de cacau em 1812. Sobretudo pelas condições oscilantes da produção cacaueteira a nível nacional, afetadas "pelas variações de preços, pela concorrência do mercado internacional, e ainda a nível interno, pelas pesadas relações de credor e devedor, somados aos precários níveis tecnológicos e as não menores dificuldades com a mão-de-obra" (ALDEN, 1979, p. 44 apud ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 48).

A fuga individual ou coletiva geralmente ocorria em época de festas e, mais especificamente, no período das cheias, dezembro a junho (FUNES, 2000, p. 11-12). Conhecer o meio ambiente tornara-se fundamental para o sucesso das fugas. E era neste período que retornavam a cidade depois de fugidos em busca de ferramentas, como destacado no relato de um subdelegado de polícia de Óbidos,

Ocação em que eles cruzão os districtos desta villa, consta que elles fazem esses descimentos por ser o tempo mais oportuno pella facilidade, que dá as enchentes dos rios para se proverem de pólvora, armas e do mais que lhes é necessário. É nesta época justamente que se multiplicão as fugas de nossos escravos por observações que se tem feito, se tem conhecido que elles tem proteção estabelecida dentro desta villa (Governo do Estado do Pará, 1854 apud FUNES, 2015, p. 23).

Segundo Funes (1999, 2015), as autoridades governamentais tiveram pouco sucesso em suas expedições punitivas, empreendidas desde o início do século XIX. Foram se formando na margem esquerda do Rio Amazonas, mocambos que na opinião do governo do Pará, deveriam ser destruídos, “em razão dos graves prejuízos que sofrem os lavradores daqueles distritos com a fuga de seus escravos” (Governo do Estado do Pará, 1847 apud FUNES, 2015, p. 23).

Outro fato que se destaca na formação de quilombos no Baixo Amazonas data do período da Cabanagem (1835-1840), no qual os segmentos mais oprimidos do Grão-Pará (escravos, índios, mestiços) se rebelaram junto com alguns integrantes da elite local contra o

governo regencial, objetivando melhores condições de vida para os cabanos e a independência da província.

Assim, formaram-se nas cabeceiras do Rio Curuá, Erepecuru e Trombetas, localizados entre os municípios de Oriximiná, Óbidos, Alenquer, os primeiros quilombos do Baixo Amazonas. Eram áreas onde a captura dos escravos fugidos era difícil e possibilitavam tanto o plantio de produtos necessários à subsistência, quanto o pequeno comércio por meio de intermediários (regatões) ou diretamente nas cidades da região. Segundo Acevedo e Castro (1998, p. 43), as cachoeiras do rio Curuá foram a alternativa inicial para orientar a fuga da primeira geração de escravos levados para trabalhar nos cacauais de Alenquer, Óbidos e Santarém. De acordo com Funes (2000, p. 18), os quilombos "cresciam em razão da reprodução natural de sua população e da chegada de novos fugitivos da escravidão, por iniciativa própria ou cooptados pelos quilombolas, quando de suas visitas às vilas".

As relações entre os quilombolas e a população branca oscilaram, portanto, entre a hostilidade – manifesta nas inúmeras expedições punitivas – e o intercâmbio comercial. A posição dos quilombolas na sociedade da época não foi, portanto, marginal. As mercadorias por eles produzidas chegaram a ter significativa importância no comércio local, como é o caso da cultura do tabaco e da castanha (ANDRADE, 1995). Todas essas relações comerciais eram efetuadas no porto de Óbidos.

A diminuição das expedições punitivas, após abolição da escravatura, e as epidemias de malária e varíola contribuíram para o movimento dos negros nos rios Trombetas, Curuá e Erepecuru e no deslocamento de antigos quilombos para áreas de terras firmes (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 81).

Dentre estas práticas, a instituição familiar tornou-se a base da organização social dos mocambos e uma garantia de sua reprodução e unidade, o domínio do parentesco "percorre desde a distribuição e uso de terra, o trabalho até as trocas culturais – cerimônias e festas – e, no social, a coesão e a identidade" (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 121), ou seja, permeia um sistema complexo de significados mágicos, religiosos e políticos.

Com a ruptura da propriedade escrava, e com o domínio espacial nos antigos quilombos, as condições de sobrevivência dos negros no Baixo Amazonas derivaram a exploração agro-extrativista do território sob o seu controle. De acordo com Funes (2000, p.21) "o escravo, até então ocupado em atividades agropastoris e serviços domésticos, se viu diante de uma nova realidade, onde, além da agricultura, devia caçar, pescar e praticar o extrativismo para garantir a sobrevivência". Destaca-se a produção agrícola da mandioca, a

pesca, a juta e os castanhais através do modo de produção familiar e do sistema de parceria chamado "puxirum", um sistema de produção regulado pelo tempo da natureza na divisão entre verão e inverno.

3.3 A HISTÓRIA LOCAL DA ÁREA DAS CABECEIRAS

A história da “Área das Cabeceiras” está diretamente associada à escravidão negra do Baixo Amazonas. A ocupação se deu por intermédio de negros escravizados fugidos ou libertos das fazendas localizadas no Paraná de Baixo. O Paraná de Baixo, e as Costas de Óbidos (Cima, Fronteira e de Baixo) são áreas de várzea, localizadas na margem direita do Rio Amazonas. Essas áreas por serem mais propícias à agricultura foram escolhidas pelos colonizadores portugueses para a concentração de fazendas de cacau e criação de gado. Utilizavam, inicialmente a mão de obra indígena, e por volta de 1780, por meio da política pombalina, intensificou-se o uso da mão de obra escrava.

Com as áreas de várzea ocupadas pelos fazendeiros, as áreas de terra firme por estarem distantes, pouco ocupadas e de mata fechada, tornaram-se a rota de fuga e de instalação de escravos fugidos e/ou libertos. Esse é o caso do Silêncio, por exemplo. Teve aqueles que seguiram por mais tempo o curso das águas e se instalaram nas mediações de Oriximiná e/ou Alenquer. Houve também aqueles que após o regime escravistas retornaram e/ou permaneceram nas áreas de várzea de Óbidos. Como é o caso da comunidade Nossa Senhora das Graças, localizada no Paraná de Baixo, em vias de receber o título de “comunidades remanescentes de quilombos”.

De acordo com Little (2006, p. 06-07), a memória coletiva é um importante meio pelo qual os povos se localizam num espaço geográfico, sendo que um dos focos dessa memória coletiva é a "localização de origem de um dado grupo social dentro de uma dinâmica que Lowenthal (1990, p.23) descreve como o "culto das origens".

Embora já houvesse alguns poucos escravos refugiados ou libertos dispersos no território da “Área das Cabeceiras”, e algumas poucas famílias descendentes de portugueses vivendo naquela região, a referência comum e principal, ou "culto das origens", é atribuída a Cabeceira do São Paulo (atual bairro do Silêncio), com a chegada da Sra. Ana e seus filhos nas Terras das Cabeceiras após a abolição da escravidão. O nome “São Paulo” dado a Cabeceira, foi escolhido por terem finalizado a construção da casa "embarreada" no dia de

São Paulo – 29 de junho. Em homenagem ao santo, um dos filhos de Sra. Ana que sabia escrever, pôs na parede da casa: "Cabeceira de São Paulo, vila do Estado do Pará".

Assim conta, a Sra. Ana Maria Ribeiro Nazaré, neta de “Mãe Ana”, para Eurípedes Funes em 1999, vejamos seu relato,

Fugiu da escravidão, foi quando caiu a liberdade. Eles “saiu” da casa dos senhores deles, vieram procurá o rumo deles, o destino deles, foi lá pro São Paulo. Era soturno. Ela mandou embarrea a casa, a casa grande. Meus tios tudo sabia ler e escrever. Então ele escreveu na parede “Cabeceira de São Paulo”, vila do Estado do Pará. Pedro Manoel Moreira era meu tio, filho de Ana. A casa foi feita para Mãe Ana e Miligilda, que tinham filhos. (FUNES, 1999, p. 16).

Por tal feito, a expressão “Di Polo” e/ou “Di Paulo” – forma que pronunciavam São Paulo na época – foi acrescida ao nome de “Ana” e de seus descendentes. A Sra. Ana Di Polo até os dias de hoje costuma ser lembrada como "Mãe Ana", "Velha Ana", a "Chefe da Cabeceira".

Ela foi escrava do Sr. João Ribeiro, um dos fazendeiros do Paraná de Baixo. Sua história está registrada na memória dos moradores da “Área das Cabeceiras”, e em dois textos publicados. Um deles elaborado por Eurípedes Funes em 1999, “Área das Cabeceiras – Terras de Remanescentes: Silêncio, Matá, Castanhanduba, Cuccé, Apuí e São José”. Funes escreveu este relatório para entregar ao Incra, como forma de “comprovar” o passado escravista das pessoas que lá habitam. O autor entrevistou vinte quatro moradores das comunidades da “Área das Cabeceiras”, todos já falecidos. De forma sucinta, ele nos fornece um relato breve sobre as lembranças das fugas da escravidão, dos primeiros a ocupar o lugar, dos momentos sofridos nas fazendas do senhor de escravos, das festividades religiosas, do parentesco, e das trocas econômicas. Um outro relato mais detalhado sobre a “Mãe Ana” e de como os antepassados viviam entre a virada do século XX está no livro “Puxirum” (2002) de autoria de Idaliana Marinho de Azevedo. Nele há uma transcrição da entrevista realizada em 1988 com Raimundo Pereira de Azevedo (1884 – 1989), mais conhecido como Raimundo Di Polo. Nos seus 104 anos, meses antes de seu falecimento narra a história da chegada de sua “Mãe Ana” na terra das Cabeceiras. Vejamos,

Minha mãe, Ana. Meu pai era Mateus. Mas meu pai bastardo. Era meu pai de batismo. Moravam no Paraná, na casa deles mesmo. Minha mãe era escrava de João Ribeiro. Foi o tempo que nós fomos crescendo...crescendo...então minha mãe mandou chamar, ele foi: *Manoel... Sinhora...Vai lá na terra firme, vai lá te informar com o seu Benedito dos Santos* (que morava aqui no Silêncio, tinha uma casa lá, ele e o irmão dele, finado Cipriano). *Te informa lá com ele, para ele te mostrar um*

pedaço de terra para fazer uma casa. Isso era mata, mata, mata, mata. Era mata virgem quando nós se passemos para cá. Minha mãe olhe, eu vou levar o Manoel, Raimundo (eram os irmãos de seu Di Polo, já falecidos, eram os mais velhos) pra me ajudar. Vou convidar o Eugênio dali também para nós fazer um roçado mais depressa.

[...]

Era um terreno da finada de nome Martinha. O marido era Inácio. Era a mãe do João Douce, Manoel, Antonia, Maria Inácia. Era uma família grande. Tinha mulher e homem. O terreno era dela. Ela então deu para minha mãe fazer casa lá perto. Minha mãe não gostava de fuxico. Ela estava lá na casa do João Ribeiro como escrava. O nome dela era Ana. O nome da mãe dela era Pertunilia. Essa Pertunilia é que era mesmo escrava deles. Pertunilia era minha avó. Agora o marido é que eu não sei porque nós não perguntava, nós não indagava porque naquele tempo não tinha esse negócio de casamento. Eles vinham de lá solteiro, aí eles iam tendo os filhos, até com os próprios donos deles. Essa Pertunilia veio na coluna que veio um tal Marajó disque, pois um Wenceslau, um tal de Silvino. Todos esses eram escravos. Eles vieram da África. Eles vieram diretamente da África para cá. Eles traziam eles de lá... eles vieram nessa arrumação. Veio umas diversas pessoas. Chegavam aqui eles ia vendendo assim (Di Polo em entrevista para Idaliana Azevedo em 1988; AZEVEDO, 2002, p.105-107 – grifo da autora).

Segundo esse trecho narrado pelo Sr. Di Polo, a Sra. Ana nasceu em terras brasileiras, porém sua mãe é nascida em terras africanas. Não se sabe o local de origem e qual data que Dona Pertunilia foi trazida para o Brasil, e seus deslocamentos em terras brasileiras até chegar no município de Óbidos. Como também, não sabemos quantos anos aproximadamente a Sr. Ana tinha ao chegar na Terra das Cabeceiras. Supõe-se em outros trechos da entrevista do Sr. Di Polo, que “Mãe Ana” veio para o Silêncio entre 1890 a 1900. Porém, não há como saber a exatidão de datas conforme a noção do “tempo cronológico ocidental”. O modo em que “marcavam o tempo” estava mais relacionado com outras situações vivenciadas. Por exemplo, ao ser questionado por Idaliana sobre a idade que o Sr. Di Polo chegou nas Cabeceiras, ele responde:

Eu estava com quinze anos. Minha mãe dizia, mas não dizia a data que eu tinha nascido. Ela dizia que eu tinha nascido em janeiro. Era eu e um rapaz por nome Antonio e outro por nome João Cardoso. Nós era três criaturas que tinham nascido num só dia (Di Polo, 1988 apud AZEVEDO, 2002, p. 107-108).

Outro fato que merece destaque é a rede de solidariedade formada entre os antigos negros escravizados nas fazendas do Paraná de Baixo. Rede essa que permanece até os dias de hoje. As únicas informações sobre Sr. Benedito dos Santos e Sr. Cipriano que obtive foi que ambos foram escravos e morreram por causa da epidemia de febre ocorrida na região por volta de 1915-1920. De acordo, com um morador do Silêncio, Seu Cipriano teve uma filha de criação, chamada Zelina, que, por sua vez, foi mãe de criação de muitos meninos no Silêncio, entre esses, o pai do atual coordenador geral da Acornecab. Já Dona Martinha, senhora que

cedeu o terreno para “Mãe Ana”, morava nas proximidades onde atualmente é o Cuecé. Sua liberdade foi concedida na pia batismal. Sua mãe era escrava, e foi seu pai que comprou mãe e filha, logo após esta nascer. A família de Martinha deslocou-se para a “Área das Cabeceiras” no período da Cabanagem, por medo das revoltas e mortes que estavam ocorrendo na época (FUNES, 1999, p. 15).

Assim avós e bisavós, de muitos dos atuais moradores destas comunidades foram chegando e juntando-se a outros que ali já se encontravam, muitos dos quais quilombolas, ou descendentes destes e de famílias escravas, que após obterem a liberdade pelos meios “legais”, haviam se deslocado para as mediações do Silêncio. Configurou-se uma movimentação populacional, significativa, que de forma harmoniosa aumentou o contingente de moradores destas localidades, expandiu-se as comunidades, forjando o deslocamento de moradores de uma área para outra, constituindo a configuração espacial, o sentido de territorialidade, e de pertença.

Sobre o processo de ocupação da comunidade Silêncio observa-se que cada nova família que se instalava ocupava um ponto diferente do território.

O Sr. Raimundo Di Polo, classifica o território das “Cabeceiras” em quatro áreas em suas lembranças dos moradores entre a década de 1900 e 1910. A primeira, denominada “Cabeceira do São Paulo”, como vimos marca o início da história da ocupação da área.

No *São Paulo*, Ana Maria da Conceição e Emelegilda (filha de dona Ana), Teolentina (filha de Martinha) que esteve um tempo com su Mateus, João Beira d’Água (irmão da Teolentina); Manoel Ribeiro (meu irmão), Constâncio (cunhado do Manoel Ribeiro); Severiano (onde estou morando), Caetano (onde hoje mora Enedino meu filho), Benedito dos Santos (onde Basília mora); Maria Terça (onde mora a Maria Moutinho); Lourenço (onde mora seu Manoel). Do *outro lado da Cabeceira do Matá*, ficava a Maria Joana, Gentil Luiz Baranda. No *Silêncio*: na ponta era Jovina Baraúna, aqui donde é a casa do Albino, era um tal, mas isso eu não vi, eu vi falarem assim, era um tal de Rosa que morava lá e então lá na frente, lá mais em cima, era a casa da Geralda que morava lá – era a mãe do João Garcia, depois vinha Cipriano e Izidoria na casa grande, depois Bello lá no fim. Bello era o pai do Secundo, isto era soturno, dava medo.

[...]

Pra *costa do Matá*, morava a velha Antonia, a Mercedes essa gente do Baraúna. Juvenal Baraúna lá onde seu Wilson tem casa agora. Tudo isso aí era dele. Lá mais embaixo era do Luís Soares, dessa família Soares, que morava lá. Lá mais embaixo era a velha Antonia, de lá ia a dos outros, era um tal de Manoel da Gama, Raimundo da Gama, dessa família Gama, lá na ponta era, meu Deus! Não sei o nome do homem que morava lá, era o que me contavam, lá na ponta morava a Teolinda, companheira do Antônio Lisbão (Entrevista concedida a Idaliana apud AZEVEDO, 2002, p. 110 e 111) (grifo meu).

Muito dos nomes acima citados não obtive maiores informações por não ter mais descendentes destes vivendo no local. No entanto, algumas observações podem ser feitas, já que os que hoje vivem no Silêncio descendem, principalmente, de cinco antepassados em comum, a saber: *Mãe Ana, Severiano, Delfino, Izidoria e Felinto Marinho*. Cada um desses ocupou um ponto diferente do território, construíram suas casas longínquas uma das outras.

Sabe-se que, logo após a chegada de “Mãe Ana”, o Sr. Delfino dos Santos, filho de Seu Antonio dos Santos, este último foi escravo em uma fazenda no Paraná de Baixo, teria comprado grande parte de um terreno do Sr. Felinto Marinho. Seu Delfino era irmão do Seu Severiano, que já estava ocupando o lugar nas mediações no *São Paulo e Cabeceira do Matá* (também conhecido na época como Matá de Baixo). Seu Felinto era descendente de portugueses que se instalou nas terras do Sr. Juvenal Baraúna (*Costa do Matá*). Juiz na cidade de Óbidos, criador de gado e principal comerciante na vizinhança. Revendia, comercializava alimentos não produzidos no local, além de remédios, tecidos, redes, mercadorias chamadas localmente de “despesas”. O Sr. Felinto era “o único rico da área”, diz um dos netos do Sr. Delfino. Na ausência de dinheiro para pagar a despesa, os moradores da região utilizavam parcelas de suas terras.

O cara ia lá e dizia: "Seu Felinto, eu preciso de uma despesa, mas eu não tenho o que lhe pagar". (Felinto por sua vez dizia): "Traga o documento da tua terra". A pessoa entregava o documento da terra, e se não pagasse, [ele] ficava com a terra. E foi assim que ele ficou com toda a terra. (Neto de Delfino em entrevista concedida em outubro de 2013).

A dona das terras onde o Sr. Delfino e sua família se instalaram era de Dona Maria Baraúna (filha de Jovina, apontada por DiPolo como uma das primeiras moradoras), que, morrendo sem deixar herdeiros e com dívidas de “despesas” adquiridas do Sr. Felinto, teve suas terras tomadas como forma de pagamento. O Sr. Felinto, por sua vez, as teria revendido ao Sr. Delfino, que as repassou na medida em que seus filhos foram casando.

Uma vez a terra adquirida, seja lá por qual for o mecanismo, esta foi sendo transmitida por geração, sobretudo quando as gerações seguintes se casavam e constituíam família. O casal iria residir nas terras do cônjuge cujos pais tinham mais disponibilidade de terras. Tanto o Sr. Felinto quanto o Sr. Delfino tiveram muitos filhos, sendo aqueles considerados “legítimos” (filhos da esposa), os “filhos de fora” (com outras parceiras) e os “filhos de criação” (geralmente afilhados ou sobrinhos). Os dois deixaram como principais herdeiros, o Sr. Wilson e o Sr. Albino, respectivamente.

Não tenho como afirmar como era o tipo de relação entre o Sr. Felinto e o Sr. Delfino, mas tudo indica que eles eram muito próximos e os que possuíam maior quantidade de terra e posses, frente as outras famílias que lá viviam. Cada um na época chefiavam um território. Do lado direito do Igarapé do Matá, era o Sr. Delfino que comandava e do lado esquerdo, o Sr. Felinto. Além da maior parte das terras, a amizade e o posto de chefia também foram herdados por seus filhos, o Sr. Wilson e o Sr. Albino.

O Sr. Wilson e Sr. Albino falecidos na década de 1990, estão muitos presentes nas lembranças dos moradores do Silêncio. Eram chamados de “patrão” ou até mesmo de “capitalistas”. Os dois produziam juta¹⁸ com a mão de obra dos seus vizinhos, muitos desses, irmãos, sobrinhos, primos e compadres. Eram donos de mercearia, criadores de gado, faziam e compravam farinha de outras famílias para revender no comércio de Óbidos. Além do mais, tinham amizade com o Haroldo Tavares, um dos principais políticos de Óbidos. Na época em que eram vivos, os moradores votavam conforme o voto deles. Fruto dessa amizade ou “em troca de”, Seu Albino conseguiu para o Silêncio, um colégio e a sede de um clube de futebol, que foram instalados ao lado de sua casa.

A ocupação das terras também passa por relações de amizades, que fazem a terra circular, ou da necessidade de construção de escolas, posto de saúde, torre de telefone, igreja, etc. Outros vendem suas terras quando decidem tentar a sorte em outra cidade. Tudo isso faz e refaz os terrenos usualmente ocupados pelas famílias. Em outras palavras, na forma local de uso da terra, esta não é tida como algo imutável, com perímetros e limites muito fixos. Ao contrário, é algo que aumenta/diminuiu ao sabor dos eventos vividos pelas pessoas, família ou mesmo comunidades.

A “Mãe Ana” deixou muitos descendentes. No Silêncio, aproximadamente 25% do total das famílias que lá vivem, descendem da “chefe das Cabeceiras”. Um outro exemplo, é a comunidade Centrinho. O Sr. Raimundo da Silva em busca de um pedaço de terra, se instalou num local de concentração de roças familiares, os chamados “centros”. “Beleta”, apelido de Raimundo, é filho do Seu Di Polo, logo, neto de “Mãe Ana”. Lá o Sr. Raimundo Beleta teve muitos filhos, que por sua vez, foram casando, e permanecendo nas terras deixadas por seu pai. A escola da comunidade Centrinho, leva o nome de “Raimundo da Silva”, como forma de

¹⁸A juta é uma planta herbácea (*corchorus capsularis*) de família das Tiliáceas, utilizada para a obtenção de fibras têxteis com as quais se fabrica o tecido do mesmo nome. A juta é usada na produção de telas, cordas, oleados, lonas, sacos, forração de tapetes e, em combinação com outros têxteis, na confecção de veludo, assim como em cortinas, entretelas, solas de alpercatas, reforços de capas de livros. Fonte: <http://www.portalamazonia.com.br/secao/amazoniadeaz/interna.php?id=94>

homenagear aquele que propiciou o crescimento de um “centro”, do Silêncio e do Cuecé, em uma comunidade.

Durante a pesquisa de campo procurei os mais antigos moradores do Silêncio para uma conversa sobre os primeiros moradores da comunidade e sobre o que sabiam do passado escravista de seus antepassados. Era unânime o relato da chegada de “Ana Di Polo”, como a primeira habitante do lugar, e no dizer dos moradores, “*foi com ela que surgiu essa história de quilombo*”. Em seguida me recomendavam a leitura do livro “Puxirum” de Idaliana Marinho Azevedo publicado em 2002. O livro tornou-se referência entre eles sobre a história da comunidade. Eu insistia em saber um pouco mais sobre a história de cada um, mas costumavam dizer que eles não eram os mais antigos, e não sabiam bem certo a história. Os mais antigos que ali vivem são netos, bisnetos e trinotos de negros escravizados. Os relatos são muito velados a respeito das lembranças que possuíam das histórias narradas por seus antepassados. Limitavam em dizer que seus avós sofreram muito e eram maltratados pelos fazendeiros, e que não sabiam bem ao certo como e porque escolheram as Terras das Cabeceiras como destino.

O que é muito presente na narrativa das lembranças dos atuais moradores giram em torno das dificuldades nas ferramentas que possuíam para suas atividades na agricultura de mandioca. Na época tinham que caminhar longas distância a pé para chegar no local das roças, carregavam as manivas em “paneros”, o forno era de barro. Outro ponto destacado, era as viagens para a cidade de Óbidos para vender a farinha ou então fazer as chamadas “despesas” (compra de mercadorias que não tem no local). A viagem que hoje dura cerca de três horas, na época levavam em torno de 12 horas e somente poucas famílias iam até o centro da cidade, e traziam mercadorias para serem revendidas para moradores que não tinham condições financeiras para o deslocamento. As florestas, a abundância dos frutos, peixes e das distâncias entre uma casa e outra devido a mata fechada, as rezas, as festas no “capoeirão”, as parcerias para o trabalho na roça, fazem parte de suas memórias.

A vida era sofrida, numa época em que, segundo mencionaram, não havia política pública alguma. Não havia luz, estradas ou outros bens estruturais necessários. Ainda assim, eles se apoiavam mutuamente e festavam sempre que tinham o trabalho realizado.

4 A COMUNIDADE SILÊNCIO

Para quem não teve ainda o prazer de conhecer a comunidade Silêncio, a primeira imagem que pode surgir desta, devido ao seu nome, é uma comunidade pacata, tranquila, em que as casas são bem espaçadas uma das outras, cercada de florestas, em que cada um vive no seu canto. Não há muito ruídos, e há pouca interação entre os moradores. Pois bem, essa imagem já “cai por terra” ao chegar no flutuante (foto nº 3) na beira da cidade de Óbidos e pegar uma das três embarcações¹⁹ que fazem o trajeto Silêncio/Óbidos/Silêncio.

Foto 3 – Flutuante e Barco Romarinho



Foto: Castro, Fernanda (2013)

¹⁹O barco motor é o meio de transporte coletivo, com capacidade média de quinze a trinta passageiros. O serviço é fornecido por alguns proprietários locais. Há linhas de segunda a sábado. No entanto, nem todos os dias saem barcos em todas as comunidades. Por exemplo, no Silêncio, os barcos fazem a linha para Óbidos nas segundas, quartas e sextas-feiras. Quando é preciso ir e/ou voltar, nos outros dias, pega-se a embarcação da comunidade do Matá ou do São José. O custo da passagem é de R\$ 15,00 ida e volta, e R\$ 7,00 só ida ou só a volta. O horário de saída das comunidades varia de acordo com a estação. No Silêncio, os barcos costumam sair, no inverno, às duas horas da madrugada com previsão de chegada às cinco horas em Óbidos. No verão, os barcos saem por volta da meia-noite para chegarem também às cinco horas. Os proprietários dos barcos gostam de chegar cedo para garantir o lugar perto do flutuante na beira de Óbidos, pois facilita o embarque/desembarque das pessoas, dos sacos de farinha, das mercadorias compradas, entre outros. Independente da estação, o horário para o retorno à comunidade é ao meio-dia, com previsão de chegada às 14h30 ou 15h30.

Os barcos vêm e voltam sempre cheios, tanto de pessoas quanto de mercadorias. Enquanto levam sacos de farinhas para serem revendidas na cidade ou encaminhadas aos seus parentes em Manaus, retornam com as famosas “despesas”. "Fazer uma despesa" tem o significado não só o de fazer compras, sejam elas de alimentos para serem consumidos na semana ou mês, sejam de roupas, sapatos ou materiais de construção e eletrodomésticos; mas também o de colocar crédito no celular, sacar o dinheiro do Bolsa Família e do salário quando servidores públicos, ou o simples pagamento da passagem. É difícil ver uma pessoa que não volta com uma "despesa" para casa. Há também aqueles que não conseguem ir ao centro de Óbidos por causa das atividades na agricultura, escola ou falta de dinheiro e pedem para seus parentes ou "considerados" sacar dinheiro ou comprar algo que está faltando em casa.

Foto 4 – Na parte interna do barco rumo ao Silêncio



Foto: Castro, Fernanda (2013).

Deitados em suas redes ou sentados nos bancos das laterais do barco motor, esse é um dos momentos que colocam a “conversa em dia”, fazem piadas e brincadeiras uns com os outros, combinam as visitas a serem pagas ou recebidas no trabalho da roça, comentam sobre as serestas e festas que passaram e as que estão por vir. Nestas idas e vindas os coordenadores da Acornecab planejavam suas atividades e como também atualizavam os moradores sobre suas atividades.

Ao chegar à comunidade, os moradores são recepcionados por crianças, adolescentes e jovens, em suas posições de filhos, netos, sobrinhos ou primos, que lhes esperam com carrinho de mão ou carro de boi para levar as despesas para a casa.

Foto 5 – O desembarque no Silêncio



Foto: Castro, Fernanda (2013).

Observa-se de antemão inúmeras casas, pessoas em seus barracões fazendo farinha, as crianças correndo de um lado para o outro, os bares e muitas vezes os próprios barracões de farinha ao som do arrocha e forró, reunindo os familiares e “considerados” para o descasque da mandioca. Sem contar os animais como, cachorros, gatos, patos, galinhas e porcos que complementam esse cenário.

O Silêncio atualmente é a comunidade com maior extensão territorial e número de habitantes da “Área das Cabeceiras”. Está localizada entre as comunidades do Cuecé, Centrinho e Matá. Em 2013, havia 694 habitantes. Dentre estes, 351 (50,6%) homens, e 343 (49,4%) mulheres, distribuídos em cerca de 200 unidades habitacionais. Mas esse número pode ser ainda maior ao considerarmos a ligação que permanece com os familiares que vivem na cidade de Óbidos e principalmente em Manaus. Fato que ultrapassa os limites territoriais e se estende a outros bairros dessas duas cidades.

Digo isso, pois é interessante destacar o sentimento nutrido pelos nascidos e/ou criados no Silêncio equivale à relação de filhos (naturais e criados) para com sua mãe (terra-água). Os residentes se reconhecem ou se autodenominam como "filhos da comunidade em que nasceram". Sendo assim, são "Filhos do Silêncio"²⁰. Costumam deixar claro ainda, se

²⁰É algo característico da região. Considerando a composição geográfica, ocupacional, histórica e política interna do município, observa-se que este sentimento de pertença e seu reconhecimento como "Filhos de Óbidos" se fragmenta no plano local. Ou seja, assim como os residentes da cidade e os que estão fora dos limites do

nasceram e/ou se criaram na comunidade onde atualmente residem. Em meio a conversas, fazem afirmações como, "*nasci e me criei aqui....*", ou "*sou filha do Paraná de Baixo, mas me criei aqui* (no Silêncio). Um sentimento de pertença ao território onde nasceram e de orgulho do seu valor histórico e de luta, principalmente para aqueles que ultrapassaram as suas fronteiras. Por outro lado, nem sempre há uma concordância no pertencimento à comunidade Silêncio, os limites entre as comunidades do Silêncio e Matá são contestadas por algumas famílias, que se identificam como pertencentes a comunidade do Matá.

Mas antes de aprofundarmos sobre os “barulhos do Silêncio” nas próximas páginas, preciso esclarecer o motivo da denominação dada a comunidade. Esta é devida ao imperante silêncio no início da ocupação da área, as casas eram afastadas uma das outras, com o acesso difícil entre estas por causa da mata fechada, dificultando a frequente realização de visitas, encontros e festas. Ao perguntar aos moradores mais antigos sobre o nome do local, a resposta "*porque era silêncio mesmo*" era acompanhada de lembranças sobre aquele período, comparado ao momento presente, onde a frase "*de silêncio, o Silêncio agora só tem no nome*" é utilizada.

Grande parte da população total da comunidade é composta de crianças e adolescentes (27%) com idade igual ou inferior a dez anos, (26%) com idade entre 11 e 20 anos; (26%) tem entre 21 a 40 anos, (15%) tem entre 41 a 60 anos, e (7,6%) tem acima de 61 anos, conforme tabela nº 2.

Tabela 2 – População do Silêncio em 2013

<i>Idade</i>	<i>Feminino</i>	<i>Masculino</i>	<i>Total</i>	<i>(%)</i>
<i>0-10</i>	99	90	189	27%
<i>11-20</i>	78	99	177	26%
<i>21-30</i>	51	43	94	14%
<i>31-40</i>	42	38	80	12%
<i>41-50</i>	23	32	55	8%
<i>51-60</i>	21	25	46	7%
<i>61-70</i>	17	14	31	4%
<i>71-80</i>	10	6	16	2%
<i>81-</i>	2	4	6	1%
<i>TOTAL</i>	343	351	694	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

município se reconhecem como "Filhos de Óbidos", os residentes das comunidades do meio rural se reconhecem ou se autodenominam como "filhos da comunidade em que nasceram".

Observa-se que a partir dos vinte anos de idade há uma redução considerável na percentagem da população total. Muitos adolescentes e jovens migram principalmente para a cidade de Óbidos ou para Manaus com o objetivo de estudar e trabalhar em casas de familiares ou "casas de família", devido ao ensino ser considerado melhor pelos pais dos alunos e contribuir para a renda familiar. Depois de formados, muitos não retornam e permanecem motivados pelas oportunidades de trabalho e constituição de laços matrimoniais. Mesmo longe geograficamente, seja por poucos ou por longos anos, circulam pelo Silêncio. Isto é observado nas comunicações telefônicas e relações de trocas de mercadorias, ajudas monetárias, assistências domésticas entre os familiares que migraram e os que permaneceram; tratamentos de saúde; na realização de festas e torneios de futebol.

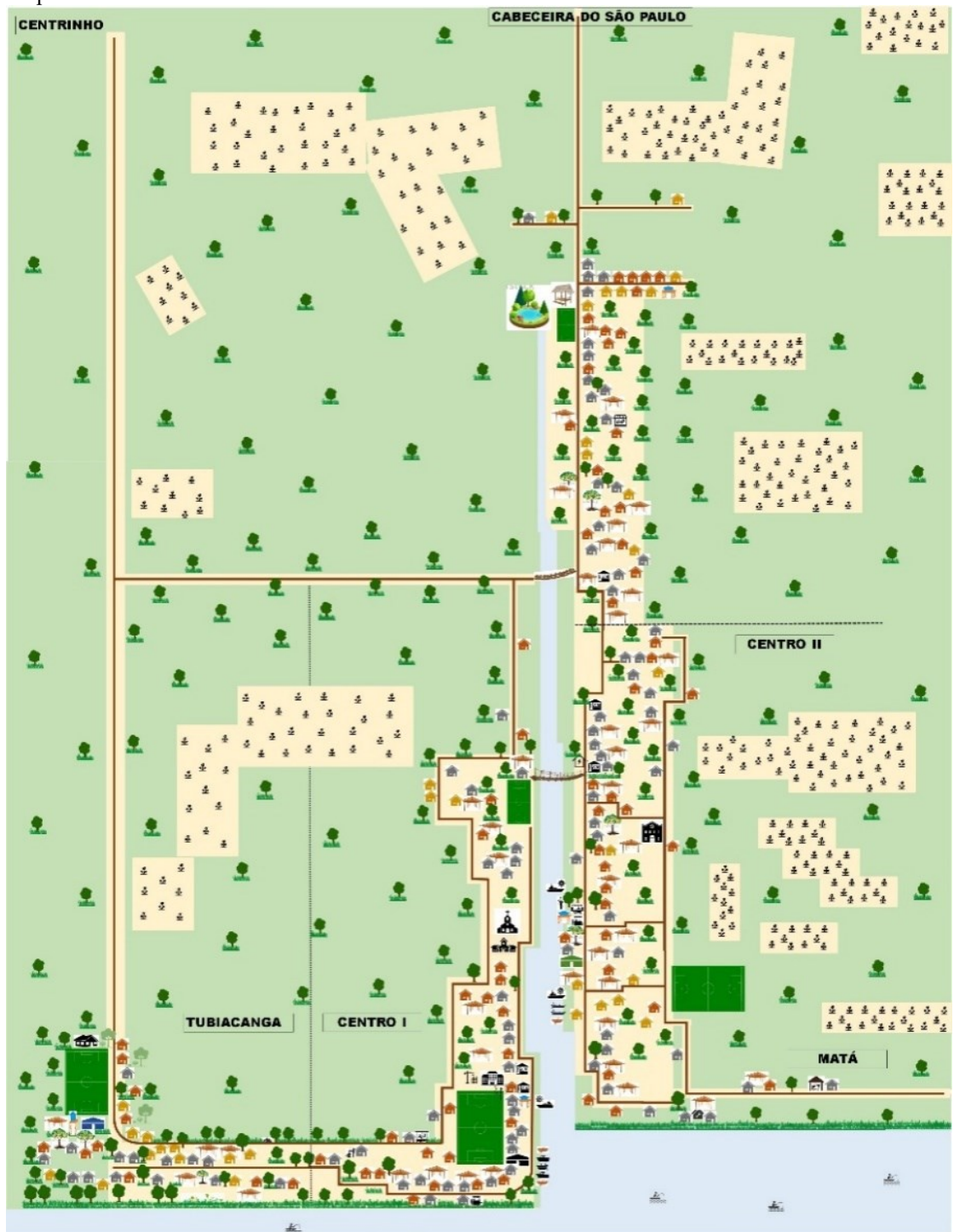
A comunidade Silêncio é composta, por quatro "bairros" ou "setores": Cabeceira do São Paulo, Centro I, Centro II, e Tubiacanga. Um pequeno furo de igarapé divide territorialmente em época de cheia a comunidade em duas grandes áreas, e esta é subdividida em quatro. Do lado direito do Igarapé do Matá localiza-se o Centro I e o Tubiacanga. Do lado esquerdo há o Centro II e a Cabeceira do São Paulo, como mostra o mapa nº 4. O que liga um lado ao outro é uma ponte (foto nº 6), em época de cheias. Na seca o trajeto pode ser feito por terra.

Foto 6 – A ponte



Foto: Arquivo Pessoal (2013)

Mapa 4 – Comunidade Silêncio



Legenda:

- | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|-----------------------------------|-----------------------|---------------------------|-----------------------------|------------------------------------|
| Casa de Taipa | Casa de Madeira | Casa de Alvenaria | Barracão de Farinha | Rocas de Maniva | Embarcações Silêncio-Obidos | Divisões entre bairros de Silêncio |
| Sede do Acorneccab | Sede Clube Tubiacanga | Sede Clube Botafogo | Sede Clube São Paulo | Campo de Futebol | Lavatório Público | Caixa D'Água |
| Escola Municipal São Benedito | Capela Nossa Senhora da Conceição | Cliper Nossa Senhora da Conceição | Assembleia de Deus | Obras novo prédio escolar | Torre de Telefone | Casa de Força |
| Bar - Mercadoria | Restaurante | Bar | Matadouro - Açugue | Padaria | Barbeiro/ Cabeleireiro | Oficina |
| Cozinha | Banho Professores | Barracão de Lazer | Parque Wilson Marinho | | | |

Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Há três tipos de construção de casas na comunidade Silêncio: palha, madeira e alvenaria. Os cômodos das casas variam conforme o tipo de construção.

Nas casas de palha há dois cômodos, um deles a cozinha e o outro uma sala com televisão que ao anoitecer vira um quarto. Os membros da família esticam suas redes na hora de dormir, pois em geral, nesse tipo de construção não há camas.

As casas em madeira estão divididas em seu interior em três cômodos: cozinha, um ou dois quarto e uma sala. Nestas o quarto é equipado com uma cama e a sala com televisão.

As casas de alvenaria são maiores, além de possuir uma cozinha e sala, possui entre dois a três quartos. As janelas são em madeira e há uma porta em madeira que separa as áreas do quarto e da sala, com a cozinha. Os quartos não costumam ter portas, às vezes colocam uma cortina no lugar desta. Em alguns quartos têm cama e em outros, redes.

Nas casas de palha toda a família dorme junto. Nas de madeira e de alvenaria há o quarto do casal e dos filhos. Estes ainda podem ser divididos por gênero (quarto das meninas e quartos dos meninos) ou por idade.

O acesso aos quartos nos três tipos de construção é restrito aos moradores da casa. É perceptível que não gostam quando alguém visite esse espaço. Quando eu ia pegar alguma coisa no meu quarto, e se uma criança fosse atrás me acompanhar, algum dos moradores da casa alertava a criança para não ir junto e pediam para que ela me esperasse na cozinha.

Os banheiros ficam do lado de fora da casa. Há uma “patente” que fica mais aos fundos, um chuveiro cercado por quatro paredes de madeira que fica ao lado ou nos fundos da casa. Em 2013 começaram a construir os banheiros em alvenaria, fruto de um projeto do governo federal. Nem todos estavam construídos, pois as obras foram suspensas, devido a um problema de licitação entre a empresa subcontratada e a prefeitura. Somente no Centro I e no Tubiacanga estavam prontos. Na casa em que eu morava, os moradores pouco ou nem utilizavam o banheiro de alvenaria. Os banhos eram tomados ao ar livre ou no chuveirão, pois os banheiros em alvenaria eram muito quentes por causa das telhas em *brasil*.

Mas em todas elas, independentemente do tipo de construção, há uma cozinha do lado de fora como um anexo, sem paredes, com cobertura, na sua maioria, de palha. Onde há um forno de barro, uma pia, uma mesa, cadeiras, bancos e também redes.

O espaço da cozinha, principalmente este do lado de fora, não se limita ao preparo das refeições, sendo também um espaço de socialização, onde se recebem vizinhos, amigos, principalmente na parte da noite. Embora quase toda casa tenha uma televisão, é costume uma

família visitar a outra para assistir à novela juntos, ou então jogar um dominó. Sempre é servido um cafezinho para quem chega.

Durante o dia temos a circulação de pessoa, em outra extensão da casa, os barracões de farinha. São nos barracões de farinha que as parcerias são reforçadas, que os comentários das festas nos finais de semana são realizados, é onde a conversa e o “cafezinho” rolam soltos. Sendo um momento de integração entre homens e mulheres nas suas variadas faixas etárias.

Não são todos os moradores que possuem barracão de farinha. Por isso é compartilhado entre familiares ou por seus “considerados”, isto é, pessoas que consideram como amigos, possuem afinidades. Ao todo são quarenta e um barracões de farinha. Destes, cinco estão localizados no Tubiacanga, dez no Centro I, dez na Cabeceira do São Paulo e dezesseis no Centro II. É comum quando estão descascando a mandioca alguém passar pelo barracão e parar para cumprimentar, conversar e ficar para ajudar no descasque da mandioca.

No dia em que a foto nº 7 foi tirada, por exemplo, o cunhado e um sobrinho do dono do barracão estavam queimando sua farinha no forno, enquanto um casal de amigos levou suas mandiocas para descascar e preparar a farinha deles. O primeiro caso ocorreu porque o forno do barracão da sogra (que é a mãe do dono deste barracão) estava estragado e foram torrar a farinha lá. E no segundo caso, se não fazem neste barracão, fazem a farinha no barracão da mãe da amiga. Os filhos do dono do barracão estavam ajudando o seu tio e o primo. Já na “roda do descasque” estava a sogra da dona da mandioca e a mulher, a sobrinha e outro cunhado do dono do barracão.

Foto 7 – Barracão de farinha



Foto: Arquivo Pessoal (2013).

Entre a casa e o barracão de farinha, ou entre uma casa e outra, temos o quintal, também chamado de “*terreiro*”. Somente poucas casas do Centro II têm muros envolta da casa, no restante, as casas não são cercadas. Nos “*terreiros*” há árvores frutíferas, canteiros de temperos, como cheiro verde, pimenta, salsinha, chicória, urucum, bem como plantas medicinais. Como por exemplo: a Salva de Marajó (*Salvia officinalis*): utilizada para dores estomacais e cólicas menstruais; a Mangarataia (Gengibre - *Zingiber officinale*): utilizado para gripes; tosse; rouquidão; o Capim santo ou cheiroso (*Cymbopogon citratus*): para prisão de ventre e dores estomacais; o Jucazeiro (*Libidibia férrea*): depois de ralado é utilizado para curar inflamação, e para banhos de assento.

Muitas plantas também estão em frente as casas como forma de proteção contra mal olhados e inveja, como por exemplo: o Pinhão-Roxo (*Jatropha gossypifolia*), Pinhão-Peão Pajé, Catinga de mulata (*Tanacetum vulgare*).

Nos “*terreiros*” há também os galinheiros e chiqueiros. Animais domésticos, galinha, pato, porco circulam entre os “*terreiros*”. Cada casa tem uma forma de marcação dos seus animais, seja colocar pedaços de fitas nas patas ou arrancar penas. A circulação desses produtos fica dentro da comunidade.

Há no Silêncio pequenas mercearias que revendem produtos industrializados e alimentos não produzidos no local, como arroz, feijão, macarrão, massa de tomate, sucos. Somente duas mercearias não são integradas aos bares. Os bares/mercearia se concentram no Centro I e no Centro II, há apenas um bar na Cabeceira do São Paulo e nenhum no Tubia. Os moradores também adquirem bens e produtos através dos *prestamistas*, isto é, pessoas de fora da comunidade passam vendendo diversos produtos como: roupas, utensílios para casa, produtos de higiene e beleza. São chamados assim porque vendem por prestação, então todo mês passam para cobrar de seus clientes e aproveitam para vender mais dos seus produtos.

O bairro Centro I concentra os principais equipamentos públicos da Comunidade. Entre eles, a Capela Nossa Senhora da Conceição e o seu Clíper (salão) e a Escola Municipal São Benedito.

Quando estava no Silêncio a Capela estava sendo reformada. A realização dos cultos eram feitas no Clíper aos domingos pela manhã. A cada domingo uma equipe litúrgica é responsável pelo culto e por levar prendas para a realização de um bingo após a celebração. São quatro equipes, sendo uma de cada bairro. O dinheiro desses pequenos bingos era utilizado para pagar as despesas com as obras da reforma. A religião predominante na comunidade é a católica, do total de seus moradores, apenas um pequeno grupo de aproximadamente quarenta pessoas não comunga a mesma religião, são conhecidos como evangélicos, protestante ou mesmo “crentes”, essas pessoas professam o pentecostalismo da Assembléia de Deus que está localizada no Centro II.

A Escola, assim como a Capela, estava em obras. A escola oferece turmas do 1º ao 9º ano. As aulas são ministradas por professores do Silêncio e de comunidades vizinhas, a maioria destes estava finalizando seus cursos de graduação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). O período matutino é cursado pelos alunos do 6º ao 9º ano, e no vespertino do 1º ao 5º ano. Os alunos que estudam de manhã na escola geralmente ficam responsáveis por fazer o almoço para seus pais e irmãos que estão na roça e na parte da tarde ajudam em outras tarefas ou frequentam o Programa Mais Educação²¹, que consiste num programa do governo federal para a ampliação da jornada escolar. E as crianças que estudam no período da tarde na escola frequentam o Mais Educação na parte da manhã que tem como

²¹O programa é composto por sete macrocampos, referentes ao acompanhamento pedagógico; ao meio ambiente; ao esporte e ao lazer; aos direitos humanos e à cidadania; à cultura e às artes, à inclusão digital; à saúde, à alimentação e à prevenção. Iniciou em 2013 e quem fez a seleção dos alunos foi a própria escola. Foi criado para aquelas escolas que não atingiram o IDEB.

sede o Clube Botafogo. A noite o Governo do Estado oferece aos moradores o programa SOME – Sistema de Organização Modular de Ensino – que consiste no ensino médio em módulos. A cada semestre há blocos de disciplinas lecionadas por professores que se deslocam até a comunidade. Isso contribuiu para a ampliação do ensino. Pois só continuava os estudos aqueles que conseguiam alguma casa para morar e trabalhar na cidade de Óbidos ou em Manaus.

Quanto a infraestrutura para cuidados com a saúde, ela é ainda precária. As unidades básicas de saúde são por polo. Na área aqui estudada, há uma na comunidade do Matá e outra no São José que atende todas as restantes. Os serviços são realizados por uma enfermeira – que atende semanalmente - e um auxiliar administrativo. A enfermeira faz atendimentos de primeiros socorros, aplicação de vacinas, e exames de colo de útero. Enquanto estive na comunidade os únicos remédios que a unidade possuía era para micoses. E não se teve presença de médicos e dentistas da prefeitura no local, o atendimento é realizado no município de Óbidos. Em cada comunidade há também um agente de saúde, que faz visita aos moradores, faz acompanhamento com idosos e mulheres grávidas, e agenda e comunica os horários para vacinas e exames. De vez enquanto passa um "dentista" nas comunidades. Ele atende em uma casa, arranca dentes, faz "chapa" e coloca ouro nos dentes. Mas quando adoecem, ou nos dizer deles, quando estão “*desmentidos*”, procuram ajuda do "curador". No Silêncio há um morador do Centrinho que faz consultas no Centro II aos domingos pela manhã, e têm outros que preferem se consultar com outro curador no município de Curuá.

São comuns em cada bairro os campos e as sedes dos clubes de futebol. Quase todos os dias, quando o “*sol baixa*”, por volta das dezessete horas, há uma movimentação em sentido aos campos. As meninas e mulheres do Tubia e do Centro I se reúnem no campo do Tubiacanga. Enquanto os meninos e homens dos dois bairros jogam no campo do Centro I. Geralmente se tem jogo no Centro I não tem no Tubiacanga e vice-versa. O povo que não está jogando costuma ir assistir aquele que joga. Já o pessoal da Cabeceira e do Centro II costumam jogar no campo do Centro II. Mas isso não impede que algumas pessoas se dirigiam até o Centro I ou Tubia para completar o time e vice-versa. Os times são compostos por gênero e em diferentes faixas etárias, entre 10 a 40 anos. Crianças, adolescentes e adultos jogam juntos, não há uma divisão por idade, se joga bem entra no time. Os jogos durante a

semana servem de treino para o final de semana. Pois, nos finais de semana há torneios entre os times do Centro I e do Tubiacanga contra os times do Centro II e Cabeceiras.

Os torneios entre bairros são parte da programação das “*brincadeiras*”. Este é o nome dado para as festas promovidas pelos donos dos bares ou por alguém da comunidade. As “*brincadeiras*” têm início nas sextas-feiras a noite com a “*seresta*”. Um músico da cidade de Óbidos é contratado para abrilhantar a noite e fazer o baile. No sábado de manhã acontece os jogos e na parte da tarde mais som ao vivo. Tem vezes que as “*brincadeiras*” são aos domingos durante o dia todo. Nessas brincadeiras costuma-se formar “*banças*”²², em que há a junção de alguns moradores dos diferentes bairros que fazem a “*coleta*” de dinheiro para a compra de cervejas. Percebe-se que nesses momentos ocorre uma integração entre os moradores, não ficam só com os seus vizinhos de bairros. Juntam-se com parentes ou os “*considerados*” – termo utilizado para designar amigos. Os times vencedores ganham prêmios que pode ser tanto em dinheiro quanto em caixas de cervejas.

Há também os torneios maiores em que os quatros bairros se juntam para formar um único time feminino e masculino. Esses torneios fazem parte da programação das Festas de Santo e dos Clubes de Futebol que ocorrem em todas as comunidades rurais de Óbidos, sejam elas localizadas em terra firme ou de várzea; assim como nas cidades vizinhas. Algumas das vezes se deslocam até Manaus. O calendário das festas de Santo e de Clube leva em conta o regime das águas e chuvas do Rio Amazonas. No período da “*cheias*”, as comunidades de várzea (ribeirinhas) começam a ficar submersas, os eventos festivos se iniciam nas comunidades de terra firme. Já quando as águas começam a baixar, entre a “vazante e a seca” é a hora do povo de terra firme visitar e festas nas comunidades ribeirinhas.

Coexiste um sistema de troca, conhecido como “*pagar*” e “*ganhar visita*”. Membros da coordenação da igreja e da diretoria de clubes de futebol juntamente com seus fiéis e/ou torcedores vão às festas e/ou torneios de outras comunidades ora “ganhar visita” ou “pagar visita”. Um sistema de troca em que se espera que a comunidade visitada retribua com a presença nas festas que serão realizadas futuramente pela comunidade visitante.

No Silêncio todo ano ocorre no mês de abril, no Sábado de Aleluia a “*Festa do Clube de Futebol Botafogo*”, localizado no Centro I. E no mês de maio, a “*Festividade de*

²²Banca, é um termo utilizado para designar uma relação social envolta de uma mesa ou similar, por exemplo, uma banca pode ser de jogo de cartas ou dominó, e/ou de bebidas em que grupos são formados para revezar o pagamento das cervejas, e há também a banca do curador, em que os consulentes vão em busca de atendimento para suas doenças; banca de farinha, onde a massa é preparada e peneirada, ou simplesmente pode significar uma roda de conversa entre parentes ou “considerados”.

Nossa Senhora da Conceição” promovida por uma Comissão Organizadora dos moradores do Silêncio em prol a Capela da Igreja Católica. São festas que são citadas pelos locais como a “*tradição*”. Em vários momentos da minha pesquisa mencionavam que eu deveria ter chegado antes ou voltar nessa época para conhecer a verdadeira “*tradição*” do Silêncio.

A Festa do Clube do Botafogo é organizada pela Diretoria do Clube com colaboração dos moradores do Silêncio. É uma festa que ocorre desde 1951. Um dos idealizadores tanto do clube quanto da festa foi o Sr. Albino dos Santos. Ele em parceria com o prefeito da época conseguiu a construção da sede, que é a única em alvenaria. Todas as outras são em madeira. E é o único clube que realiza uma festa grande, as outras quando fazem são “*brincadeiras*”. A festa ocorre no Sábado de Aleluia, se inicia na parte da manhã com jogos entre times do Silêncio com outras comunidades. Em seguida começa o torneio de duplas, em que um fica no gol e o outro chuta a gol. Os vencedores ganham prêmios que vão de mamote, cerveja e dinheiro. E na parte da tarde acontece os shows.

A Festividade de Nossa Senhora da Conceição se inicia com o Círio Fluvial. Cada ano a Festividade têm um tema e uma outra comunidade recebe no dia anterior a imagem de Nossa Senhora da Conceição para no dia seguinte retornar a comunidade do Silêncio. Em 2013 o tema foi: “Que a Virgem Conceição, tornai-vos geradores de Fraternidade”. E quem recebeu a imagem foi a comunidade Cristo Rei, localizada no Paraná de Baixo.

Os proprietários de embarcações do Silêncio e de outras comunidades são convidados para fazerem parte do cortejo religioso. O dia do Círio coincide com o Dia das Mães, e estas ficam responsáveis pela programação litúrgica do dia.

No decorrer da semana é realizado novenas. Em que cada bairro convida uma comunidade da “Área das Cabeceiras” para juntos serem responsáveis pela liturgia. Depois das novenas tem a chamada “*seresta*”.

A festa se encerra no sábado seguinte com leilões de oferendas, desfile das “Miss” (meninas com mais de doze anos) e das “Bonecas” (meninas com idade entre seis a doze anos) e encerra com uma Festa Dançante. A “Miss” e a “Boneca” do Silêncio disputam com a “Miss” e a “Boneca” escolhida de outra comunidade, no mesmo esquema de “pagar e ganhar visita”. Se elas vieram do Cuecé, por exemplo, na festa do Cuecé, quem disputará a “Miss” e a “Boneca” da festa dessa comunidade será a Comunidade Silêncio.

Os patrocinadores da festa são os moradores do Silêncio que têm comércio e ou são proprietários de embarcações.

A comissão organizadora é composta por membros de todos os bairros e são divididos em grupos: liturgia, ornamentação, procissão, oferenda e bingos, cozinha, leilão, bar, barraca, cultura, e grupo de apoio.

No calendário da Igreja Católica a festa litúrgica a Nossa Senhora da Conceição é no dia oito de dezembro. Mas no Silêncio a festa ocorre em maio, pois em dezembro as águas ainda estão baixas. Outra explicação dada é a celebração do Dia das Mães.

Estas duas festas em particular reúnem muita gente, tanto porque os moradores do Silêncio passam o ano *ganhando muita visita* quanto os “Filhos do Silêncio” que moram em outras paragens retornam para visitar a comunidade e celebrar junto com seus parentes e amigos.

Em contraponto a “tradição” temos o que chamam de “cultura”: a Folia de São Benedito, também conhecida como Auê São Benedito, Cordão São Benedito, e/ou Marambiré.

A primeira inserção da Folia foi através de uma promessa do Sr. Wenceslau, logo após a libertação dos escravos. O pedido era para o santo proteger os então libertos escravos dos “homens brancos”, para que eles não voltassem a sua condição de cativo. Muitas informações desse início se perderam com o passar do tempo. Sabe-se que na década de 1950 o filho do Sr. Severiano dos Santos (um dos primeiros habitantes do Silêncio) assumiu o posto de primeiro capitão, chamados pelos locais de “*fronteiros*”. Este fez uma promessa quando estava em Manaus para se curar de uma grave enfermidade, esse senhor pediu ao santo que lhe desse saúde e em troca assim que retornasse ao Silêncio ele daria continuidade a folia: “*mandar rezar uma ladainha*” para o santo e “*fazer ele passear ao menos um dia*”.

A *Esmolação* é o marco inicial da Folia de São Benedito, é o momento em que os foliões saem em cortejo pela comunidade levando o santo para “passear” e “visitar” as casas dos moradores da localidade. Ao visitar as casas entoam hinos, rezas e benzem a casa, a família e a merenda que será servida pelo dono da casa. Na despedida, beijam a imagem e dão o donativo para o Santo. Após as visitas das casas que ocorre durante vários dias, é realizada a Cerimônia do Mastro. Um tronco de árvore é escolhido e enfeitado e na sua extremidade superior leva uma bandeira pintada com a imagem de São Benedito, depois de preparado dar-se início ao seu levantamento. Antes disso, os foliões dançam em seu redor e cantam músicas da folia. O mastro é levantado próximo a casa da “dona do santo”, proprietária da imagem, e lá acontece a liturgia, as chamadas novenas, durante uma semana. O encerramento da Folia ocorre com a Derrubada do Mastro e a Festa da Ramada, o baile (VIEIRA,2008).

Em 1988, a Folia é “resgatada” com novos integrantes sob a coordenação deste senhor. O incentivo veio da Sra. Idaliana Marinho junto com alguns pesquisadores que estavam estudando o Marambiré na comunidade de Pavocal em Alenquer. Formaram um novo grupo para apresentação no primeiro Encontro Raízes Negras, e continuaram se apresentando em vários eventos culturais do município. A Folia foi aos poucos se transformando em um "símbolo cultural" daquelas comunidades negras localizadas na margem esquerda de Óbidos. Aparece como a "cultura" dos antepassados, que deve ser lembrada e festejada.

Mas, é opinião corrente que "*a cultura está acabando*", pois o "*Marambiré está morrendo*". Seu suposto fim deve-se à morte dos "*fronteiros*", e ao desinteresse dos jovens na continuidade de tais práticas. Os jovens, dizem os mais velhos, estão interessados na "tradição", nas "Festas de Santo", e nas "Festas de Clube". Vejamos um relato de um morador que ilustra a forma que a Folia era realizada,

O Marambiré tá morrendo. De primeiro todo ano tinha festa com mastro, com direção. Era mesmo que uma direção de um clube. A festa do São Benedito era assim: tinha o presidente que fazia a festa e após entregava para o outro. E o outro ia fazer no próximo ano. Na hora que derrubava o mastro me lembro que lá na ponta do mastro, tinha uma bandeira. E por exemplo, foi você que pegou. Daí você ia fazer a festa no outro ano. Porque você tinha pego a bandeira, você era a responsável. Daí você tinha que ir esmolando de casa em casa fazendo aquela. Quando vinha, já vinha com as oferendas tudo e aí chegava aqui enfeitava o mastro com frutas que era para o dia da festa da derrubada do mastro. Daí vinha os foliões cada um dava um golpe e pegava uma fruta e esmoalhavam comiam tudo. E acabou que quem pegava a bandeira ficava responsável para fazer a festa de novo. Então isso acabou, não existe mais. Você diz assim quando foi a festa do Marambiré? Não teve mais, não teve organização (entrevista concedida em novembro de 2013).

Atualmente, o "Auê" é realizado pelo menos uma vez por ano, com a coordenação do agente de saúde e vice coordenador geral da Acornecab. Porém, não tem a mesma estrutura e participação como aquela no passado. O motivo do festejo é a visita de uma “Filha do Silêncio” – que residiu por muitos anos na comunidade e mora hoje em Manaus. Em meados de outubro sempre retorna ao Silêncio para cumprir sua promessa. Na ocasião da foto nº 8 o Auê São Benedito iniciou-se com a saída do Santo da casa de uma moradora do Tubiacanga com o destino à casa da “pagadora de promessa” no Centro II. Lá fizeram a entrada do Santo em seguida entoaram hinos e rezas. Após levaram o Santo para passear na Cabeceira do São Paulo, em todo o trajeto os hinos eram cantados. Chegando lá fizeram a benção da casa, da mesa com as merendas que seria servidas para os foliões e por fim, se despediram com o beijo no Santo. O “Auê” também é realizado quando a comunidade é convidada para participar de

algum evento. Nestas ocasiões apresentam os cânticos e danças com a participação de moradores de todos os bairros.

Foto 8 – Auê São Benedito



Foto: Arquivo Pessoal (2013)

O processo de fabricação de farinha de mandioca, isto é, desde a derrubada até a farinha torrada, concentra a rotina diária dos moradores. Inicia-se logo de manhã cedo, por volta das seis horas da manhã. Os locais das roças variam de uma família para outra. Por exemplo, tem famílias do Tubiacanga que tem roças no “centro” localizado na Cabeceira do São Paulo, têm outros que possuem no próprio Tubia. Há famílias que têm na comunidade Centrinho. Os moradores do Centro II em geral têm roças nos terrenos atrás de suas casas. Têm famílias que possuem apenas em um lugar, têm outras que possuem em mais de dois locais. Há casos em que os filhos mais velhos ganham um pedaço do campo dos seus pais para fazerem sua própria plantação.

O caminho para as roças é feito por carro de boi, bicicletas, a pé e motocicletas. Um dos filhos (ou em alguns casos filhas e/ou netos) fica encarregado de buscar o boi no campo e montar o carro. Enquanto os pais organizam as “merendas” e as ferramentas. Dependendo do

local da roça o trajeto pode levar entre uma a duas horas nos carros de boi. Além de ir colher as mandiocas para a produção da farinha, em cada época é necessário fazer algumas atividades que estão relacionadas com o regime das chuvas e águas do Rio Amazonas.

No verão – nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro – concentra-se a atividade de “derrubada e queima”, isto é, a preparação do campo para o plantio. Nesta fase são os homens acima de 16 anos que ficam responsáveis pelo serviço. É comum a realização do “*puxirum*” entre grupos de homens - também chamados de “*peões*” – para fazerem este serviço que é considerado o mais difícil no processo de produção de farinha. O “*puxirum*” é formado por 8 a 15 homens, e consiste no mesmo sistema de “*pagar e ganhar visita*”. A pessoa que trabalha durante quatro a cinco horas no roçado de um vizinho tem o direito de ser retribuído com as mesmas horas de trabalho em seu roçado. Aqueles que não possuem roças, fazem “bicos” e cobram R\$ 30,00 por dia. A diária é paga também para aqueles que não querem trocar o dia e estão com “*precisão de dinheiro*”. O “*puxirum*” é feito nas outras fases também, mas somente nesta há o pagamento em dinheiro de diárias. O roçado é feito entre os meses de agosto e novembro. Com um mês de roçado já pode fazer a “*queima*”. Mas esta é feita principalmente no mês de novembro. Se a roça não estiver bem queimada, eles fazem o “*vaque*”, que significa roçar baixo. Caso tenha chuva em novembro, a plantação é iniciada. Nas fases seguintes, como carpir a roça, plantar, colher mandioca há uma presença maior de mulheres do que homens. Sendo que as mulheres geralmente vão acompanhadas com outras mulheres parentes ou não e de seus filhos adolescentes. Como diz um informante: “*muitos homens fazem o roçado e depois deixam por conta das mulheres*”.

A plantação ocorre no inverno quando as águas estão subindo e no período de chuvas, entre os meses de dezembro e fevereiro. Enquanto os homens cavam as mulheres cortam a maniva e plantam. Após a plantação tem a fase da “*capina*”, como ilustrado na foto nº 9, que ocorre em dois momentos e é feito por homens e mulheres. Por exemplo, se as manivas foram plantadas em dezembro a primeira capina será em fevereiro e a segunda em julho e/ou agosto.

Foto 9 – A “Capina”



Foto: Arquivo Pessoal (2013)

Existe vários tipos de manivas e cada uma têm sua característica. Por exemplo, a *Coraci* é uma mandioca que dá mais batata; a *Santarém* é mais aguada e sai muito tucupi, entre outras. E há algumas superstições em torno delas e do trabalho na roça: “*Se a maniva entrar dentro de casa não da mandioca*”, outro exemplo, é o falecimento de algum parente, quando ocorre não podem ir na roça durante uma semana, pois a plantação pode morrer.

O tempo estimado para saber se a mandioca pode ser arrancada ou não é de sete meses a um ano. Quando a mandioca é arrancada, corta-se a raiz da maniva e replanta no mesmo local. Isso é uma das garantias para que tenha mandioca durante o ano todo.

Entre dezembro e fevereiro, compreende o período de muitas chuvas, isso faz com que a mandioca fica muito aguada deixando a farinha leve. Como consequência tem que produzir mais para completar os cinquenta quilos dos sacos para serem vendidos.

As mandiocas arrancadas são colocadas no carro de boi e levadas aos barracões de farinha. Há nos barracões um ou dois fornos, uma “banca” – mesa em madeira utilizada para ceivar a mandioca com a ajuda de um motor para virar massa e depois peneirar, uma prensa utilizada para secar e peneirar a massa.

Quando as mandiocas chegam nos barracões, é feito o “*descasque*” – conforme foto nº 10 – em seguida deixam de molho de um dia para o outro para amolecer a mandioca. O “*descasque*” se inicia logo após o almoço e no restante da tarde se concentram nesta tarefa.

Foto 10 – O “descasque” da mandioca



Foto: Arquivo Pessoal (2013).

No dia seguinte é *ceivada*, ou seja, a mandioca vai se transformando em massa. Depois é colocada na prensa (foto nº 11), a água que vai saindo da prensa é chamado tucupi (usado para veneno para matar formiga) e só é retirada no dia seguinte.

Foto 11 – A “prensa”



Foto: Arquivo Pessoal (2013).

No terceiro dia então, depois de retirar a massa da prensa, é colocada na *banca* para peneirar. A massa fina vai para o forno e a parte que fica em cima da peneira, chamada de *crueira*, é colocada no sol para depois poder servir de comida para os animais.

Foto 12 – Mãe e filho torrando a farinha



Foto: Arquivo Pessoal (2013).

No forno primeiro é passado o sebo do gado. Após é feito a escalda (com a faca de pau). Se a massa está pesada utiliza-se o remo. Depois de cerca de uma a duas horas, a massa passa pela peneira de novo para a retirada dos bagos grosso. Em seguida, devolve-se o que passou na peneira para o forno novamente. A farinha só é retirada quando ela está dura, o que leva em média quatro a cinco horas. Quando a farinha não está bem amarela, acrescenta-se o corante. Depois de pronta a farinha é ensacada e pesada. Separa-se o que vai ficar em casa para servir de alimentação e o restante é vendido.

Alguns produtores de farinha escoam sua produção no município ou encaminham para Manaus via barco para consumo próprio dos seus parentes ou para ser revendido por este último. Há um senhor na comunidade que é um atravessador, ele compra as farinhas produzidas por seus vizinhos e as revende. O preço do saco de farinha oscila bastante. Na época de cheias e vazante conseguem vender por R\$ 180,00 e/ou R\$ 120,00. Já na seca e no início da enchente o preço cai e vendem por R\$ 80,00 e/ou R\$ 50,00.

Além da farinha produzem em menor escala, a farinha de tapioca e o biju – quitute feito para consumo doméstico. Nada é desperdiçado, as cascas de mandioca servem de alimento para os gados e a “*crueira*” – são utilizadas para fazer bolos, mingaus, como também para alimentar animais doméstico, como porcos e galinhas.

Outra atividade de suma importância é a pesca. Há no Silêncio dez homens que vivem basicamente da pesca. O restante pesca para o consumo próprio e de sua família. O peixe e a farinha são os principais alimentos da dieta diária dos moradores.

A pecuária na comunidade é desenvolvida como atividade econômica apenas por uma família do Centro I. Mas alguns moradores possuem um gadinho utilizado para puxar carros. Esse carro é de grande importância, pois dentro da comunidade é o principal meio de transporte, para carregar seus produtos dos roçados, produtos variados e para locomoção por terra para outras comunidades vizinhas.

Como o Silêncio é relativamente grande tanto em território quanto em quantidade de pessoas, vou citar como exemplo o bairro Tubiacanga, que é o menor bairro entre os quatro, mas que ilustra bem o modo de organização do território da comunidade e como este está vinculado com as relações de parentesco. Meu objetivo não é fazer uma análise teórica das relações de parentesco, mas sim descrever de forma ilustrativa aspectos destas que merecem ser aprofundadas em outra ocasião.

No início da década de 1990 lideranças religiosas externas sugeriram a divisão em bairros e/ou setores para organizar as equipes litúrgicas e de catequese, os moradores daquela parte do Silêncio escolheram chamar de Tubiacanga.

O nome Tubiacanga é inspirado no nome de uma cidade fictícia da novela Fera Ferida exibida na Rede Globo entre os anos de 1993 e 1994 que tinha como “tema central a vingança e a cobiça” e era o local onde “coisas mágicas aconteciam”²³. Nesta época no Silêncio não havia luz elétrica, a luz funcionava por meio de um motor durante três horas por dia no período da noite. Eram raras as casas que possuíam televisão, então era costume se reunirem para assistir as novelas. Alguns moradores ganharam apelidos devido aos personagens desta novela e até hoje são conhecidos como o delegado, o prefeito, entre outros.

Esta parte do Silêncio teve como uma das primeiras habitantes, *Izidoria*. O que se sabe dela é que ela teve pelo menos dois filhos, Antonio TaSeguro e Margarida. O primeiro teve pelo menos quatro filhos e a segunda pelo menos dois. Digo isso porque mais de setenta por cento de quem vive hoje nessa área são descendentes de Izidoria.

No mapa abaixo podemos observar através de um esquema de cores das casas como o bairro Tubiacanga estava ocupado no ano de 2013.

Mapa 5 – Mapa de Casas Tubiacanga



Fonte: Elaborado pela autora (2018).

²³ Fonte da informação: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/fera-ferida/fera-ferida-inicio.htm>

Residem na casa rosa e na roxa mais forte, as irmãs - filhas de Antonio TaSeguro. Na casa verde escura mora a prima delas – a filha de Margarida, e na casa azul uma das sobrinhas da casa verde. Nas casas amarelas residem parente de mais longe ou famílias do Paraná de Baixo. Essas terras foram doadas pelas irmãs para Acornecab fazer um loteamento para abrigar as famílias que não tinham lugar para fazer suas casas. E as casas em branco é de uma família que veio há anos do Paraná de Baixo, os filhos delas casaram com pessoas da comunidade e algumas residem nas casas amarelas. Nos tons de rosa, roxo e verde mediano residem os filhos e/ou filhas delas. E nos tons mais claros, os netos e netas.

Como podemos perceber são três matriarcas que ao seu redor foi se formando uma família extensa. Escolhi utilizar o termo “casa” embora todos ali sejam parentes, cada casa tem suas particularidades, e são essas que são julgadas por pessoas de “fora” como “*problemas*”.

A explicação de alguns filhos e noras sobre a escolha de residirem no Tubia deve-se pelo fato que elas doaram suas terras para eles, enquanto muito dos pais de seus parceiros não tinham terras para serem doadas. Costuma-se usar a expressão “amigado” quando duas pessoas resolvem morar juntas e tem seus filhos. Poucos são casados oficialmente. Tanto homens quanto mulheres têm filhos com diferentes parceiros que podem ser da própria comunidade ou de comunidades vizinhas. Faço aqui uma breve descrição para dar uma ideia.

A dona da casa roxa teve seis filhos com quatro parceiros diferentes. Na maior parte de sua vida criou seus filhos sozinha com a ajuda de sua mãe. Ela tentou morar com um dos pais dos filhos, mas segundo ela não deu certo, pois ele bebia muito. Atualmente mora com quatro netos, três filhos de sua filha já falecida que vivia na casa em frente a dela, e uma neta que a mãe dela se “amigou” e foi morar em uma comunidade do Paraná de Baixo. Três de seus filhos residem no Tubiacanga: uma mulher e dois homens. Dois deles fazem farinha no barracão dela.

A filha (casa roxa) têm cinco filhos de três diferentes parceiros. Ela vive com o pai dos dois mais novos. A família dele é do Centro I. As duas filhas mais velhas dela moram na cidade de Óbidos, local que foram para estudar e trabalhar. E a do meio é a que cuida da casa e dos irmãos pequenos enquanto os pais estão na roça.

Um dos filhos (casa roxa) casou-se com uma moradora oriunda do Centro II. Eles têm quatro filhas. Duas moram em Manaus, eles criam a neta filha de uma delas. Outra mora em Óbidos. E a caçula e a filha dela moram com eles. Moram com eles também dois filhos da irmã dele que faleceu.

O outro filho (casa roxa) só teve uma filha que por sua vez é “amigada” com um morador da cidade de Óbidos, residem junto com ele e sua mulher, que veio do Centro I.

A dona da casa rosa por sua vez, teve onze filhos com três parceiros diferentes. Sendo que nove são filhos do Sr. Albino dos Santos; e uma é filha de um dos pais de uma filha da dona da casa roxa. Ou seja, as duas irmãs tiveram filhos com o mesmo homem. A dona da casa roxa era uma das *“fêmeas de Albino”*, nunca morou com ele e nem com outro homem. Ela é mais velha do que a dona da casa roxa. Ela vive com dois netos. Uma das filhas delas que morava atrás de sua casa faleceu e atualmente reside o genro, e as filhas do casal. Nas outras casas ao lado da sua moram quatro filhos: três mulheres e um homem.

O filho homem é o mais velho entre todos. Ele se amigou com uma moradora do Centro II. Mas ambos tiveram filhos antes de morarem juntos. Os dois tem seis filhos juntos, quatro moram com eles ainda. E também mora o irmão de sua esposa.

Quanto as filhas da dona da casa rosa, a mais nova é “amigada” com um bisneto da casa verde. Os dois tem duas filhas. Ela é professora na escola e ele está trabalhando na construção da nova escola. As outras duas filhas da dona da casa rosa também trabalham na escola, uma é merendeira e a outra também professora. Elas se “amigaram” com pessoas das comunidades de terra firme e têm filhos só do casal.

Muitas mulheres na posição de irmãs, sogra-nora, cunhadas, tia-sobrinha e primas não se falam por motivos variados. Por exemplo: porque o cachorro comeu os ovos do galinheiro; ou porque não queria que seu filho se “amigasse” com a escolhida dele, ou porque tiveram filhos com o mesmo parceiro. Mas isso não as impede de fazerem trocas de plantas e alimentos e até de se comunicar. E quem faz esta ligação são as crianças e adolescentes, ou seja, os filhos e ou netos. Dizia um dos filhos da casa onde eu morava, que *“só no olhar já dá para perceber”* se as pessoas se dão bem ou não. E sempre me alertava que eu deveria prestar atenção no olhar, pois segundo ele, as pessoas *“falam pelo olhar”*. Elas frequentam os barracões de uma ou outra, ajudam a descascar mandioca, vão na casa de uma e outra conversar com os outros moradores e até conversam entre elas, mas perguntando e respondendo através de outras pessoas.

A ligação entre as donas das casas roxa e rosa e seus descendentes não é a mesma que a dona da casa verde e seus descendentes. Não se tem uma preocupação em relação ao grau de parentesco entre eles. Afirmam apenas que são parentes, mas não sabem bem ao certo de que forma. Utilizam como referência a relação dos pais de ambas.

Assim como é no Tubia, no Centro I vivem os descendentes do Sr. Delfino, principalmente os filhos e filhas, netos e netas do Sr. Albino. No Centro II vivem em maior concentração os descendentes do Sr. Severiano e parte dos filhos não legítimos do Sr. Albino. E na Cabeceira do São Paulo vivem os descendentes de “Mae Ana”.

Esse é o Silêncio. É uma comunidade que a maior parte das famílias são chefiadas por mulheres. A organização do território tem forte relação com o parentesco. As crianças e adolescentes têm um papel central na comunicação entre uma casa e outra.

5 “A POLÍTICA QUILOMBOLA”: PROJETOS GOVERNAMENTAIS, REPRESENTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Foto 13 – Assembleias, Reuniões e Eventos



Foto: Arquivo Pessoal (2013).

O capítulo tem dois objetivos. O primeiro deles é fornecer um relato sobre o processo de mobilização das comunidades negras rurais de Óbidos em “comunidades remanescentes de quilombos”. O segundo, proponho fazer uma descrição de como as políticas governamentais vêm sendo apreendidas e vivenciadas pelos próprios moradores das comunidades. Isto é, como estes sujeitos articulam e efetivam a representação, a participação e o reconhecimento, ao nível interno e externo; como se efetivam as relações, os diálogos, os discursos e os interesses das lideranças comunitárias com os diferentes organismos vinculados às políticas quilombolas.

Para escrever o capítulo utilizo como material: as transcrições das reuniões comunitárias, da assembleia geral e de prestação de contas; a transcrição e/ou anotações no diário de campo acerca das entrevistas concedidas com mediadores, lideranças e coordenador geral; o mapeamento da comunidade Silêncio; o estatuto e livro de Ata da Acornecab.

Os depoimentos e demais falas dos moradores, mediadores e coordenadores estão colocados entre aspas e em *itálico*. Denomino os envolvidos através do cargo que exercem e por números.

5.10 PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO EM TORNO DO ART. 68 NAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DO BAIXO AMAZONAS

O processo de articulação e mobilização das "comunidades negras rurais" do Baixo Amazonas em torno da categoria identificatória e de direito como "comunidades remanescentes de quilombos" é fruto da atuação de agentes de mediação, tais como padres da Prelazia de Óbidos, Associação Cultural de Óbidos (Acob) e da Comissão Pró-Índio de São Paulo. Foi uma mobilização construída "de fora" para "dentro".

Cada instituição contribuiu para a organização, o reconhecimento e a titulação das comunidades negras rurais do município de Óbidos. A atuação da igreja, na formação de lideranças comunitárias que posteriormente vieram atuar nos movimentos sindicais e negros. A Associação Cultural Obidense em estudos sobre a escravidão e fugas no Baixo Amazonas e na realização de encontros com a participação de descendentes de negros escravizados nas mediações de Óbidos, Oriximiná e Alenquer. E, por fim, a Comissão Pró-Índio nos encaminhamentos para a organização em associações comunitárias, na demarcação e na titulação do que veio a se chamar, "Área das Cabeceiras".

5.1.10 Movimento Catequético

Denominado por meus interlocutores como "movimento catequético", na década de 1960 a igreja católica iniciou por todo o país um movimento de resistência às ações e políticas públicas da ditadura militar brasileira. Orientados pelos documentos do Conselho Vaticano II e da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), os padres vieram à Amazônia, já na década de 1970, mobilizados por "um novo jeito de ser igreja". Com base na Teologia da Libertação, tinham como preferência a "opção pelos pobres" e pela defesa dos seus direitos, organizando-os em Comunidades Eclesiais de Base²⁴ (CEBs). Dentre as suas ações "políticas", constava a mobilização de trabalhadores rurais em torno da reflexão da política

²⁴Segundo fragmento retirado do livro "CEBs: gente que se faz gente na Igreja": "A comunidade eclesial de base enquanto comunidade, integra famílias, adultos e jovens numa íntima relação interpessoal na fé. Enquanto eclesial, é a comunidade de fé, esperança e caridade: celebra a palavra de Deus e se nutre da eucaristia, ponto culminante de todos os sacramentos; realiza a palavra de Deus através da solidariedade e compromisso com o mandamento novo do Senhor e torna presente e atuante a missão eclesial e a comunhão visível com os legítimos pastores, por intermédio do ministério de coordenadores aprovados. É de base por ser constituída de poucos membros em forma permanente". (Informação contida no "Blog Comunidades Eclesiais de Base". Disponível em: cebase.blogspot.com.br/2008/03/comunidades-eclesiais-de-base.html?m=1).

agrária excludente do governo, organizando-os para enfrentarem o avanço do capital no campo (COSTA, 2008; MAUÉS, 2010; CORREA, 2012).

Sabe-se que houve pelo menos três movimentos em Óbidos entre as décadas de 1950 a 1990, que procuraram fortalecer, sobretudo, a formação de lideranças e da catequese. O primeiro deles ocorreu no final dos anos 1950 em decorrência do desmembramento da Prelazia de Santarém²⁵. Os padres²⁶ constituíram uma equipe de formação de líderes comunitários, sendo a Sra. Idaliana Marinho de Azevedo, uma das formadoras que veio a atuar nas comunidades da “Área das Cabeceiras”. Esta equipe se propunha a conhecer possíveis lideranças comunitárias, para em seguida, capacitá-los o ensino do Evangelho em catequeses, como também nas celebrações dominicais. Coube também a este período, a construção e organização de capelas, a formação de grupos litúrgicos, o pagamento do dízimo, e o calendário das festividades religiosas.

No Silêncio, tal presença resultou na troca do santo padroeiro da comunidade. A comunidade passou, por incentivo de um catequista, a cultuar também Nossa Senhora da Conceição, que se tornou a padroeira da comunidade, festejada anualmente no mês de maio. Até então, o santo comemorado era São Benedito.

No final dos anos de 1970, é feita uma "nova" formação de lideranças. Agora passavam um mês na cidade de Óbidos, onde também aprendiam a ler e escrever. Segundo a Sra. Idaliana em entrevista concedida em outubro de 2013, o objetivo era "*formar leigos para assumir um trabalho consciente nas comunidades*" (informação verbal). As campanhas catequéticas e alfabetizadoras tinham como tema a saúde e o esporte. É neste período que temos a formação de clubes de futebol nas comunidades, que a partir daí participam de torneios em Óbidos, assim como organizam seus próprios torneios entre as comunidades. No caso do Silêncio, este movimento é acompanhado por uma transferência das capelas para a beira em defronte ao Igarapé Grande para facilitar o acesso dos comunitários e de comunidades vizinhas nos períodos festivos. Em 1997, vê-se também outro importante

²⁵“A Prelazia de Óbidos foi criada em 10 de abril de 1957 pela Bula Cum sit animorum do Papa Pio XII, tendo sua área desmembrada da então Prelazia de Santarém. Foi criada por sugestão de Dom Floriano, então Bispo Prelado de Santarém e confiada pela Santa Sé aos cuidados dos Frades da Ordem Franciscana Menor. Com o desmembramento da Prelazia de Óbidos, os franciscanos da Província de Santo Antônio, com sede na Bahia, se retiraram de Santarém e estabeleceram-se em Óbidos”. (Informação contida no site Diocese de Santarém. Disponível em: <https://www.diocesedesantarem.org.br/historia-diocesana>).

²⁶A presença dos padres franciscanos e da congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição foi marcante na história do município de Óbidos: estruturaram a igreja no Oeste do Pará, fundaram neste município as primeiras escolas da Calha Norte, hospitais, aeroportos, "atividade catequética", "formação de leigos", entre outros.

movimento, o das "Santas Missões Populares", com a visitação de Missionários e Missionárias pelas comunidades católicas do interior, reforçando o compromisso de ser Igreja viva e atuante.

A participação dos padres franciscanos em Óbidos, na reflexão sobre a questão da "luta pela terra", não se mostra tão influente como parece ter sido o caso em Oriximiná. Neste município, após a troca dos padres da ordem franciscana pelos verbitas, deu-se início ao processo de mobilização das comunidades negras rurais em CEBs, que influenciaram na organização dos sindicatos dos trabalhadores rurais, associações quilombolas, sobretudo, aquelas comunidades atingidas pela Mineração Rio do Norte (CORREA, 2012). Desde 1983, padres de Oriximiná coletavam depoimentos dos moradores das comunidades cuja população era majoritariamente negra e se identificava como descendentes de escravos fugidos. Em 1988 aconteceu em Oriximiná um encontro para a preparação da Campanha da Fraternidade, cujo tema foi a "Fraternidade e o Negro", indicando ser esta população objeto das ações da Igreja.

Já no município de Óbidos, todo esse processo de mobilização e articulação da igreja deu maior visibilidade e assistência às comunidades rurais, até então deixadas à margem das ações do poder público municipal. O prefeito Haroldo Tavares, em suas gestões entre os anos de 1960 e de 1980, reservou terras no perímetro urbano de Óbidos para abrigar as pessoas das comunidades de terra firme e de várzea atingidos pelas fortes cheias. Em suas gestões promoveu e incentivou campeonatos de futebol como meio de integração entre as comunidades e a cidade. E construiu escolas de ensino fundamental e de postos de saúde no "interior", quer dizer, nas comunidades ribeirinhas, negras ou não.

Mas, o que importa destacar é que a presença e atuação da igreja nas comunidades da "Área das Cabeceiras" contribuiu, sobretudo, para a formação de "líderes comunitários" e para a constituição de uma rede de mediadores externos, que se fizeram presentes em todo o processo da luta pela terra e pelos seus direitos constitucionais. No Silêncio, os "cabeças" e/ou "as pessoas de frente" no processo de reivindicação de reconhecimento como comunidade quilombola e de titulação da "Área das Cabeceiras" foram todos catequistas. Cada um, em sua época, participou da formação de "líderes e/ou dirigentes comunitários", desenvolvendo as atividades de coordenadores da igreja no local.

Cada personagem é ligado a um descendente dos primeiros ocupantes da área, e conseqüentemente, estão enraizados territorialmente em cada um dos lugares do Silêncio e ou do Matá. No entanto, a trajetória social não se restringiu só ao contexto religioso e local, integraram um campo de discussão bem mais amplo, participando de diversos encontros

sindicais e do movimento negro, tornando-se lideranças representativas em nível municipal, regional, estadual e nacional em alguns casos. Por exemplo, participaram do Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1986 e 1987. Um desses catequistas se mudou para a cidade de Óbidos para assumir a direção dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e depois tornou-se vereador, a partir de agora conhecido como o interlocutor 1. Atualmente faz mediação entre a Acornecab e políticos locais, estaduais e federais. Outros participaram de eventos do movimento negro entre as décadas de 1980 e 1990 e encontram-se hoje nas coordenações das Associações Quilombolas de Óbidos, como é o caso do interlocutor 2. Há quem continua nas coordenações das capelas, e há aqueles que se tornaram professores e diretores escolares, como a interlocutora 3.

Com veremos a seguir, a grande maioria que participou desse movimento catequético se envolveu na luta pelos direitos constitucionais como “comunidades remanescentes de quilombos” e nas coordenações da Arqmob e Acornecab.

No tópico seguinte ao descrever sobre o reconhecimento da categoria quilombola e o processo de titulação das terras da “Área das Cabeceiras”, utilizo como referência trechos de entrevistas realizadas por esses três líderes comunitários que ganharam sobretudo representatividade externa com a contribuição do movimento catequético.

5.1.2 "Raízes Negras": da descoberta do direito ao reconhecimento "quilombola"

No ano de 1987, pessoas ligadas a Associação Cultural Obidense (ACOB)²⁷, iniciaram uma série de "gravações" em busca da *"história e do retrato da população"* de Óbidos. Através de uma recomendação de um entrevistado, foram visitar a "comunidade remanescente de quilombo" do Pacoval, localizada no município de Alenquer, com o intuito de buscar mais informações sobre os antigos escravos de Óbidos. Segundo a idealizadora do projeto, a Sra. Idaliana Marinho de Azevedo, *"foi lá que percebemos que as nossas raízes eram mais profundas"* (entrevista concedida em outubro de 2013). Na entrevista que a Sra. Idaliana realizou com o Sr. José Santa Rita, descendente de escravo que trabalhava nas fazendas nas mediações de Óbidos, ela teria perguntado se ele conhecia os *"parceiros do*

²⁷A Associação Cultural Obidense foi fundada em 1983 fruto da turma pioneira de Licenciatura em Letras da Unidade Avançada José Veríssimo, estando a frente a Sra. Idaliana Marinho de Azevedo. A finalidade era implantar o Museu Integrado de Óbidos, o que se concretizou em 1985, que objetivava recuperar o patrimônio, preservar e dinamizar a cultura regional e manter um núcleo museológico (fonte: www.obidos.net.br/index.php/obidos/museu-integrado).

*Trombetas*²⁸". Ao que ele respondeu que tinha conhecimento da existência de pessoas parecidas com eles, mas não os conhecia. Foi aí, diz a Sra. Idaliana, "*que nasceu praticamente tudo*".

No segundo momento do projeto houve a realização de entrevistas no próprio Silêncio com os descendentes dos primeiros moradores. Especialmente "Di Polo", filho de Mãe Ana, a quem é atribuída o início "*desta coisa de quilombo*". Na lista dos antigos que poderiam resgatar a memória local, estavam o Sr. Ananias, o Sr. Manoel Francisco e o Sr. Raimundo Chula, também conhecido como João Beira D'água. Em seguida, a pesquisa se estendeu a um "puxirum" de conversa nas comunidades negras em Oriximiná.

Meses depois ocorre em Oriximiná em janeiro de 1988, um encontro de lideranças de comunidades negras do município, promovido por Padres da Diocese de Óbidos. O objetivo era fazer uma preparação para a Campanha da Fraternidade, que naquele ano tinha como foco o preconceito racial a valorização da cultura negra. Neste encontro idealizaram uma reunião entre os moradores das comunidades de Óbidos, Alenquer e Oriximiná, uma vez que todos haviam manifestado o desejo de se conhecer. A partir disso, iniciaram-se os preparativos para a realização do "I Encontro Raízes Negras", realizado nos dias 24 e 26 de junho de 1988 na comunidade do Pacoval, em Alenquer, no Pará. O primeiro encontro teve como tema "Do entrelaçar de nossas diferentes raízes, brota o rebento da Esperança". Segundo Cartilha do 8º Encontro Raízes Negras do Baixo Amazonas de 1999,

Foi um encontro emocionante porque foi a primeira vez que os quilombolas de Alenquer, Óbidos e Oriximiná se encontraram. Eles lembraram as histórias das lutas dos escravos fugidos, reencontraram parentes, descobriram primos e celebraram a sua cultura. Neste encontro perceberam que não estavam sozinhos. A partir daí houveram importantes conquistas. Pessoas e entidades somaram forças e resolveram organizar seus encontros a cada ano (SENA et.al, 1999, p.05).

No dizer dos meus interlocutores, esse foi o primeiro passo para o surgimento da Associação Remanescente de Quilombos do Município de Óbidos (Arqmob). A partir do I Encontro Raízes Negras, "*começamos a descobrir os nossos direitos, tendo como mentora a Idaliana*", diz o interlocutor 1. O interlocutor 2 destaca que neste evento obtiveram

²⁸Trombetas é o nome do rio que nasce na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, possui cerca de 750 km, e deságua na margem esquerda do Rio Amazonas na altura do município de Óbidos, seu afluente Rio Erepecuru/Paru do Oeste serve de divisa entre os municípios de Óbidos e Oriximiná [fonte: <http://www.brasilchannel.com.br>]. Cabe lembrar que o Rio Trombetas serviu como rota de fuga dos escravos localizados nas mediações de Alenquer, Óbidos e Oriximiná e foi entre as cachoeiras que formaram os primeiros quilombos.

"conhecimento ao direito do negro, à discriminação, e contato com deputados e vereadores para discutirem sobre isso". Ao que acrescenta a interlocutora 3: "Foi através desses encontros que nós conseguimos os projetos, conseguimos o título definitivo da área, e através desse tipo que começamos a engatinhar" (entrevista concedida em novembro de 2013). Ao todo foram nove Encontros "Raízes Negras". Três foram realizados em Alenquer na comunidade Pacoval (1988, 1993, 2002), três em Oriximiná (Jauari - 1989, Tapagem - 1991 e Serinha, 1997), dois em Óbidos (Silêncio – 1990; e cidade em 1995²⁹), e um em Santarém na comunidade Saracura, em 1999.

A partir do segundo encontro, o Centro de Estudos dos Negros do Pará (CEDENPA) assumiu a coordenação do "Raízes Negras". Segundo a Sra. Idaliana, a Acob deixou a coordenação e se manteve como apoio, pois o objetivo havia sido conquistado, com a reunião dos "parceiros dos Trombetas", assim diz ela:

não era a nossa intenção abraçar o movimento. O importante era que eles se conhecessem, essa era a finalidade da Acob. Juntou Alenquer, Óbidos e Oriximiná, vieram representantes de Belém e entidades que estavam ligadas ao movimento quilombola (entrevista concedida em outubro de 2013).

Percebe-se que o principal objetivo da Acob era registrar depoimentos sobre histórias de escravidão e a fuga de seus antepassados. E resgatar as manifestações culturais, sobretudo o Marambiré. O interesse em expandir esse espaço em discussão sobre a constituinte e a questão quilombola, parte dos próprios participantes em conjunto com o CEDENPA. Este trouxe para discussão a pauta do movimento negro estadual, informações sobre o que estava sendo discutido em âmbito nacional, sobre a legislação e a regularização fundiária.

O 2º Encontro foi realizado na comunidade Jauari em Oriximiná em 1989, com o tema "Família, Trabalho e Cidadania". A partir deste a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP) foi convidada pela Igreja e pelo CEDENPA para orientar e organizar as comunidades que estavam ameaçadas com a construção da hidrelétrica Cachoeira Porteira (Rio Trombetas). Nos anos posteriores passou a assessorar as comunidades negras rurais do Baixo Amazonas. Este encontro teve como resultado a fundação da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Oriximiná (ARQMO), a primeira Associação Quilombola do Baixo Amazonas. Foi um grande marco na luta pela posse de suas terras, face o conflito com a Mineradora Rio do Norte.

²⁹ Explica Idaliana que em 1995 foi realizada na cidade, pois as comunidades estavam sem energia elétrica.

Os encontros eram realizados entre os meses de junho e julho, pois havia maior facilidade de deslocamento entre as comunidades (o período entre a "enchente" e a "vazante" torna melhor a navegabilidade). Eram três dias de encontro. Cada um deles tinha um tema central, previamente discutido com os organizadores do evento e as lideranças das comunidades. O movimento negro e/ou órgãos públicos ministravam palestras, seguidas de discussões temáticas. Após realizavam uma mesa redonda para reunir propostas e encaminhamentos decorrentes das atividades realizadas durante o encontro. Em meio à discussão, havia também momentos para as "apresentações culturais" e as "*brincadeiras*" envolvendo as comunidades.

Os moradores do Silêncio têm muitas lembranças sobre estes encontros. A mãe do interlocutor 2, destaca a amizade construída através destes e as trocas realizadas:

Não está fazendo muitos anos a gente foi para Saracura, para baixo de Santarém. Eles vieram aqui no encontro e daí nós fomos três dias para lá. E aí era folia de todo jeito. Cada comunidade trazia suas brincadeiras para apresentar. Nós tínhamos o São Benedito. Mais era bom mesmo. Tinha aquelas comunidades que sabiam cantar e iam cantando. Tinha uma que tava cantando uma música lá: "Como canta minha Saracura?". "Três potes! Três potes! Três potes!". Mais ela só cantava, não dizia "o pote" e nem nada. Daí eu pensei: "Mais tu já vai levar lesera!". Daí ela começou de novo: "Como canta minha saracura". Daí eu respondi de lá "Três potes! Três potes! Três potes!". Daí o pessoal bateu palma. Uma sobrinha minha chegou: "*Mais tia gostei, "e não fosse aquela resposta que a senhora deu para lá, a senhora sabe, que nós tinha perdido. "Por causa desse pedacinho nós ficamos em primeiro lugar". (...)*" Eu acho que já morreu aquele pessoal lá de Saracura. De 15 em 15 dias mandavam um "alô" para a comunidade Silêncio pela rádio. E também no dia que nós fomos, quando terminou o encontro, eles trocavam melancias por farinha. Tinha bem melancia lá (entrevista concedida em setembro de 2013).

Os Encontros Raízes Negras propiciaram um movimento de conscientização dos direitos, de integração entre comunidades que possuíam realidades parecidas e de mobilização em torno da titulação das terras. Resulta dessa atuação, a titulação da primeira comunidade quilombola do país, "Boa Vista", de Oriximiná, em 1995; a criação do Instituto de Terras do Pará (ITERPA); a efetivação do Programa Raízes; a criação da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará (MALANGU). Parece ser fruto dessa movimentação, ou ao menos a ela estar associada, o reconhecimento e a titulação de terras de um grande número de territórios quilombolas. Segundo a informação constante no site da Fundação Cultural Palmares, entre os anos de 2004 e 2013, no Estado do Pará, existiam 213 comunidades certificadas pela FCP. Dentre elas, 61 (29%) estão localizadas no Baixo Amazonas. Consta também, no levantamento feito pela Comissão Pró-Índio de São

Paulo em 2013, que 52 comunidades remanescentes de quilombos foram tituladas no Pará, somando 46,40% do total das terras titulados no Brasil.

No entanto, entre 2002 e 2012, os encontros e as mobilizações em torno das titulações das terras cessaram. Ninguém sabe ao certo o motivo. Talvez isso se deva a problemas entre as comunidades e as principais mediadoras e propulsoras da mobilização. A Comissão Pró-Índio enfrentou alguns problemas com a coordenação da ARQMO. Idaliana, por problemas sérios de saúde, mudou-se, temporariamente, para Belém, mas continuou frequentando as comunidades, sobretudo o Matá, e participando das assembleias da Arqmob e Acornecab, quando chamada por estas.

No segundo semestre de 2012, a Comissão Pró-Índio retomou sua participação junto às comunidades através da realização de um "Fórum Quilombola" para promover o encontro entre os coordenadores das "associações quilombolas" do Baixo Amazonas, e destes com os órgãos públicos e entidades civis, tendo por objeto a titulação das terras e as políticas públicas direcionadas às "comunidades quilombolas".

5.1.3 O Reconhecimento e a Titulação

Diferente das comunidades do município de Oriximiná e Alenquer, que rapidamente criaram suas associações – Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná, ARQMO, criada em 1989, e a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Pacoval, ARQPAL, criada logo depois –, a Arqmob "*veio mais tarde*", em 1997.

Para a interlocutora 3, "*o povo (do Silêncio) não sentiu assim muita necessidade*" de criar a associação de imediato, "*porque era mais a parte cultural né, (...) a questão do Auê, das danças, das coisas culturais mesmo, não tinha esses conflitos de terras*", diferente do que ocorria em Oriximiná e no Pacoval.

A Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Óbidos foi constituída, em sua primeira gestão, no ano de 1997 por moradores das comunidades do Silêncio, Matá, Cuecé, São José, Apuí e Castanhanduba. Objetivando o reconhecimento do território das comunidades da "Área das Cabeceiras", uniram-se para o processo de titulação a Comissão Pró-Índio, ARQMO, a Sra. Idaliana, e a recém fundada, Arqmob.

Os procedimentos para a demarcação e titulação não eram, ainda, regulamentados por lei. O processo teve como base a Cartilha "*Minha Terra, Minha Vida e Minha História*", elaborada pela ARQMO e Comissão Pró-Índio, a partir do trabalho desenvolvido pelos

técnicos do Incra em 1995, quando demarcaram e titularam a comunidade Boa Vista, localizada no município de Oriximiná. Alguns passos eram sugeridos como: união e organização (em associações); decidir os limites da terra; levar as reivindicação até o Incra; fiscalizar o trabalho do Incra; a decidir entre a demarcação coletiva ou individual. Já os procedimentos adotados pelo Incra eram: fazer levantamento cartorial, levantamento ocupacional, preparação do mapa; demarcação topográfica e a entrega do título.

Uma das primeiras ações em vista ao reconhecimento e título das comunidades quilombolas de Óbidos, após a instituição da Arqmob, foi encomendar ao Sr. Eurípedes Funes um relatório antropológico sobre a situação da “Área das Cabeceiras”. Este relatório privilegiou a trajetória histórica das comunidades, enfatizando seu vínculo com a escravidão e, sobretudo, com os processos de resistência de escravos fugidos que ali teriam se instalado nas vésperas ou após a abolição da escravidão.

A escolha pela denominação "Área das Cabeceiras" advém da localização do território. Em seu todo, tem uma variedade de cabeceiras (local onde nasce um rio, ou um curso de água). Segundo as informações locais, o termo Cabeceira dá sentido à localização da moradia de “Mãe Ana”, construída na parte afastada da "beira" do igarapé, na Cabeceira do Igarapé.

Após houve a discussão em torno da delimitação da área. Optou-se pela escolha por um só único título para as seis comunidades através de uma articulação entre a coordenação da Arqmob, Comissão Pró-Índio, Incra, Sra. Idaliana, e moradores participantes das assembleias. A justificativa para tal, explica a interlocutora 3, é que "*como eram seis comunidades próximas, numa área grande, então ficava mais fácil titular*". Pareceu melhor, "*dar um (único) título para seis do que um título individual para cada uma, [...] então se pensou por esse lado*".

A escolha advém de uma sugestão constante na “Cartilha”. As comunidades quilombolas que são vizinhas e possuem áreas de utilização comum, como roçados e lagos, no caso das comunidades aqui pesquisadas, poderiam fazer um acordo e solicitar um único título. Pensou-se desta forma para agilizar os processos de titulação, já que economizaria recursos financeiros e humanos por parte do Incra.

Em relação à demarcação, o interlocutor 1 diz que na época havia muitas possibilidades,

era política na época, se tivesse um título coletivo, viabilizava mais benefícios para as comunidades quilombolas. Aí surgiu a ideia. Daí vamos fazer: um título coletivo,

uma associação coletiva para o Incra e outros órgãos fazer os estudos aqui, e para sair essa titulação de forma coletiva. Mas com a seguinte proposta: quem quiser ficar individual pode. Mas também fica isento de pertencer ao benefício coletivo (entrevista concedida em julho de 2013).

O que se percebe nas falas dos interlocutores e nas atas das primeiras assembleias da Acornecab, neste primeiro momento, é que o "coletivo" esteve estritamente imbricado com a questão da posse coletiva da terra. Forma que não se realizava plenamente na prática cotidiana dos sujeitos. A posse e a ocupação da terra eram e continuam sendo feitas pela "unidade familiar", cujo "dono" é o patriarca ou a matriarca de um núcleo familiar.

De acordo com o interlocutor 1, os técnicos do Incra realizaram um levantamento cartográfico e documental de todos os imóveis das seis comunidades. Ao mesmo tempo, os moradores prepararam os "picos", isto é, sua própria demarcação dos limites na mata, que consistia em abrir pequenas clareiras e colocar placas/pedra ao longo dos limites. Isto feito, realizaram uma assembleia para conhecer a "*opinião do pessoal*" sobre a titulação coletiva e individual. Das 450 famílias existentes em toda a Área na época, cerca de 20 optaram pela segunda forma. Delimitaram uma faixa de terra entorno do imóvel em que se encontravam e a essas famílias foi dado um registro individual da terra. Aqueles cuja área de terras era já registrada em cartório e que optaram pela forma "coletiva" tiveram extinto o primeiro registro. Neste e no restante dos casos, o título de propriedade da terra passou a pertencer à Acornecab.

A escolha pela propriedade coletiva da terra partiu da mesma articulação de representantes, mediadores e técnicos do Incra, que sugeriram um único título para as seis comunidades. Para a interlocutora 3, naquele momento se mostrou

mais viável, era melhor para nós. Porque seria coletivo, era mais fácil conseguir o título coletivo. E a gente entendia que era melhor para as comunidades, porque se fosse titular individual ficava mais fácil para o pessoal fazer as vendas dos lotes. E que [hoje], mesmo sendo coletivo tem gente que ainda pratica isso. Então nós, no momento, o nosso objetivo era titular de forma coletiva para evitar que as pessoas vendessem os seus lotes, as suas áreas para as pessoas que vêm de fora. Porque a gente verificava na época, com tanta invasão de terra, se a gente não fizesse isso daqui a pouco quando a gente pensar que é nosso não é mais. É a questão de preservar mesmo, uma área que é nossa, com a nossa cultura, e a questão da preservação do meio ambiente (entrevista concedida em novembro de 2013).

Após a demarcação, houve a necessidade de fundar outra associação, para coordenar e garantir a posse coletiva da terra. Em 08 de maio de 1999, funda-se a Associação das Comunidades Remanescentes de Negros da Área das Cabeceiras (Acornecab). Como a

Arqmob, por ser uma associação municipal, reúne todas as comunidades quilombolas do município, não poderia ser responsável por uma área em específico e nem por seus títulos.

Desde então, todo esforço dos coordenadores das duas associações e mediadores nas primeiras assembleias esteve em torno da “conscientização” e organização desse "coletivo". Buscou-se, a partir daí, incorporar uma noção de coletividade e um padrão de organização comunitária entre as seis comunidades.

A definição de terras coletivas, nas primeiras atas da Associação, passou a significar localmente "como se tudo fosse de todos", e, para gerir e administrá-las, a associação controlaria a posse coletiva, por exemplo, na cessão de espaços destinados à construção de novas casas e/ou roçados. Na “Área das Cabeceiras”, isso, entretanto, é impossível de ser efetivado, em virtude do tamanho da área, dos conflitos precedentes entre famílias e/ou comunidades, assim como da maneira através da qual cada uma ocupou e ocupa a sua terra. Nesse embate entre a definição estatal de posse e de uso comum e os modos como particularmente cada comunidade e/ou família organizou a posse e o uso da terra, se originam as várias confusões sobre o entendimento do que é, ou não, coletivo.

Além do mais, como o Incra não dispunha de recursos para a desapropriação das áreas particulares, acabou criando uma anomalia jurídica, estranha ao ordenamento jurídico: a coexistência de vários títulos de propriedade individual com áreas total ou parcialmente sobrepostas a terras com posse coletiva.

O processo de levantamentos e demarcação foi realizado pelo Incra, mas o título foi concedido pela Fundação Cultural Palmares. Segundo o interlocutor 1, o Governador do Pará na época, Almir Gabriel, havia prometido entregar a titulação em novembro de 1999. Os coordenadores das Associações e lideranças locais foram a Santarém para receber o título. No entanto, o governador não compareceu e o título não foi entregue. Houve a mudança de competência na emissão das titulações, a Fundação Cultural Palmares passou a ser responsável. Assim, no dia 08 de maio de 2000, foram até o Cartel de Belém para receberem o título das mãos do governador. No entanto, a “Área das Cabeceiras” só foi certificada como “comunidades remanescentes de quilombos” pela Fundação Palmares no ano de 2013, mesmo tendo o título expedido no ano de 2000.

Muitas confusões são derivadas do conflito entre competências dos órgãos governamentais no período da titulação da área. A documentação do processo de titulação não se encontra na Superintendência Regional do Incra em Santarém. Há existência de dois mapas da "Área das Cabeceiras" com medição diferente da que consta na "descrição do perímetro",

anexada ao "Título de Reconhecimento de Domínio/FCP/nº001/2010", documento de titulação da área como "remanescentes de quilombos". Neste documento, a extensão territorial da "Área das Cabeceiras" é de 17.189,6939 hectares, enquanto nos dois mapas encontrados no Incra de Santarém a área total ultrapassa 18 mil hectares. Para o Incra a "Área das Cabeceiras" está incluso como um "Projeto de Assentamento Especial Quilombola" e não "Território Quilombola". O presidente da Acornecab em 2013, ao solicitar um "reavivamento dos picos" da delimitação da área da "Área das Cabeceiras" foi instruído a encaminhar um ofício para a Fundação Cultural Palmares. Isso faria com que os recursos financeiros para tal fossem repassados ao Incra, que justificava o não atendimento da solicitação em função da falta de recursos técnicos.

Após a constituição da associação, a aprovação do estatuto e a titulação coletiva das terras, os moradores não puderam mais, ao menos "legalmente", vender e/ou arrendar suas terras, somente fazer benfeitorias. Mesmo assim, de acordo com o art.4, §2 do estatuto da Acornecab, as terras "poderão ser utilizadas por outras pessoas ou comunidades, que não sejam remanescentes somente em casos especiais, desde que tenham prévia autorização da coordenação da Acornecab, discutido e aprovado em assembleia geral". Acontece que, para ser aprovado em assembleia, é necessária a presença e o voto de 2/3 dos sócios e ata da reunião registrada em cartório.

Essa determinação entra em confronto com a real situação, em que as reuniões não contam com muita gente, além disso, nem todos os moradores são associados e nem sempre a coordenação dispõe de recursos para o registro da ata. O que o atual coordenador tem proposto como solução para os problemas de vendas e conflitos de terras é a assinatura de um "Termo de Doação de Benfeitorias" entre associados, ou entre associados e Associação. Ou seja, se algum morador – seja sócio ou não da associação – quiser sair da "Área", independentemente do motivo, deve procurar a coordenação para fazer esse termo, doando, por um determinado período de anos, para aquele que escolher ser o donatário, geralmente algum membro da família que permaneceu. Quando a associação fica responsável, ela pode "alugar" para outros associados que residem na casa de familiares ou se "amigaram" recentemente. Caso o doador queira retornar para a "Área", ele avisa previamente e retorna para sua casa. Para o coordenador geral, "*é o melhor para os associados*", pois, segundo ele, caso não se habituem no outro local que escolheram para viver, ainda continuam com uma morada, podendo retornar quando precisarem.

A mesma sugestão é feita para resolver os problemas de “vendas das roças”. Os associados, segundo o coordenador geral, deveriam doar parte da capoeira que não utilizam para a agricultura para quem necessita. No momento em que o doador requerer sua capoeira, é só cancelar o termo de doação.

Para a interlocutora 3, a preocupação e mobilização para o reconhecimento da “Área das Cabeceiras” não seguiu uma mobilização nos mesmos termos pós titulação. Acredita que não foram preparados para o que “*viria depois*”. Houve,

uma preocupação muito grande para se organizar e para conseguir a titulação. Naquela época, era o nosso apogeu. A gente tava ali e era isso que a gente queria. Mais não houve assim, uma preocupação do que viria depois de como a gente se preparar para isso. Não tivemos orientações, o que gerou situações complicadas, principalmente em torno da gestão dos recursos dos projetos que foram aprovados para a área, e [que] nem um terço foi realizado (entrevista concedida em novembro de 2013).

Em consequência, (da falta de continuidade na mobilização de todos, inclusive dos apoiadores e dos órgãos estatais) várias denúncias sobre o desvio de verbas no projeto habitacional foram feitas para a justiça.

A dupla escolha pelo coletivo – união das seis comunidades e da posse coletiva da terra – gerou uma série de questionamentos e conflitos que são vivenciados pelos moradores, amplamente ressaltados pelos atuais coordenadores da Acornecab e por todos os que participaram do processo de titulação e constituição das associações. A escolha – ou imposição – atritou-se com as formas locais de gestão do território, de seus limites e usos, com as formas habituais de organização social e política daqueles coletivos.

5.1.4 A Acornecab

A Acornecab no dia 08 de maio de 2015 fez dezesseis anos, e está em sua oitava gestão. Ao todo, cinco diferentes moradores ocuparam o cargo de coordenador geral – ou também chamados "presidente da associação". São eles: Presidente 1 (Mai/1999 – Mai/2001), Presidente 2 (Mai/2001 – Mai/2003; Mai/2003 – Mai/2005; Mai/2005 – Mai/2007); Presidente 3 (Mai/2007 – Ago/2009); Presidente 4 (Ago/2009 – Out/2011); e Presidente 5 eleito em dezembro de 2011, e reeleito em dezembro de 2014. Cada gestão, assim como cada presidente, está ligada a uma e mais fases dos projetos habitacionais, como também cada

presidente está vinculado à comunidade que “*nasceu e foi criado*”, respectivamente: Apuí, Matá, São José e os dois últimos, “Filhos do Silêncio”.

Desde a sua fundação a sede da Acornecab estava “situada” na comunidade Cuecé, no mesmo local da sede da Arqmob. Não havia uma estrutura física, o local da sede era a residência do presidente da Arqmob. As Assembleias e demais reuniões eram realizadas nos “clipers” (salão das Capelas da Igreja Católica) das comunidades, não havia um local fixo para a realização. Em 2009 quando o Presidente 4 assumiu a coordenação geral, a sede da Acornecab passou a ser a comunidade Silêncio. A escolha desta comunidade se deu por estar localizada no centro da “Área das Cabeceiras” e por também, ser o local “*onde começou a história do quilombo*” (interlocutor 1 – informação verbal – julho/2013). No ano de 2010 as filhas do Sr. TáSeguro - mães do vice coordenador geral e do coordenador de finanças - doaram parte de seu terreno no bairro Tubiacanga para a Acornecab realizar os seus projetos, entre eles a construção de uma sede e um loteamento de terras para as famílias recém constituídas e/ou que residiam com outros familiares.

O projeto idealizado para a sede prevê a construção de quatro cômodos: a secretaria para a “*guarda dos documentos*”, uma cozinha, uma sala de informática e um salão para realizar as assembleias comunitárias e as reuniões de prestação de contas. Os recursos para a construção advêm: do pagamento das mensalidades dos sócios, da “coleta” de dez reais por família (decisão aprovada em Assembleia Geral); de bingos organizados pelos coordenadores da Associação, e de doações de políticos. Quando cheguei no Silêncio, a sede estava na fase de cobertura do telhado. Enquanto era finalizada, as assembleias e reuniões eram realizadas no cliper da comunidade Silêncio.

A estrutura interna da Acornecab, conforme disposto em seu Estatuto no art. 17, é dividida em três órgãos: a Assembleia Geral, a Coordenação e o Conselho Fiscal.

A primeira “é o órgão soberano, com função deliberativa e competência original, constituída pelos sócios em pleno exercício de seus direitos”. Há dois tipos de Assembleia Geral: a ordinária – realizada uma vez por ano; e a extraordinária – realizada todas as vezes que um fato com necessidade se justificar. Os associados são convocados por meio de um edital e a aprovação de qualquer deliberação deve contar com dois terços dos associados, assim diz o estatuto.

Desde a fundação, em 08 de maio de 1999 até 28 de setembro de 2013, foram registradas em Ata, trinta Assembleias Gerais e/ou Extraordinárias, sendo que as seis últimas ocorreram sob a coordenação do Presidente 5 na comunidade Silêncio. De maio de 1999 a

junho de 2010 foram realizadas vinte assembleias, uma média de duas por ano. De junho de 2010, com a coordenação do Presidente 4 até setembro de 2013 com o Presidente 5, foram realizadas dez assembleias, uma média de três por ano. Além das assembleias ordinárias, foram realizadas uma extraordinária para a renúncia do Presidente 4 e duas para a eleição da nova coordenação. Esta quando assumiu fez uma assembleia extraordinária para esclarecimentos das mudanças estatutárias, duas sobre o projeto das casas, e outra para a escolha da comissão de obras.

Quanto a Coordenação até o ano de 2007 era composta por seis cargos de coordenadores: geral, finanças, secretaria, cultura, e meio ambiente, com o mandato de dois anos. E o conselho fiscal por seis conselheiros com mandato de um ano. Cada cargo de coordenador e de conselheiro era ocupado por um representante das seis comunidades tituladas. A partir de 2007, com a gestão do Presidente 3, a coordenação passou a contar com os vices do coordenador geral, finanças e secretaria. A iniciativa ocorreu tanto para dividir as atividades dos cargos considerados mais importantes, quanto para abrir espaço de representação das “colônias” desmembradas das comunidades.

Costuma-se eleger os novos coordenadores na mesma Assembleia de entrega do mandato, seja por término do exercício ou quando alguém renúncia. Para a eleição ocorrer é necessário que haja associados presentes das onze comunidades que integram a “Área das Cabeceiras”, e que cada comunidade indique um ou mais nomes para compor a nova coordenação. Embora o estatuto preveja a formação de chapas e o voto secreto, nenhum processo eletivo, até hoje, se realizou assim. Indicam os nomes, a eleição é feita por aclamação, e o mais votado assume o posto de coordenador geral. Desmembram o restante dos candidatos nos cargos de vice coordenador geral, coordenador de secretaria e segundo coordenador de secretaria, coordenador de finanças e segundo coordenador de finanças, coordenador de cultura, meio ambiente e patrimônio; e os conselheiros fiscais titulares e suplentes para representar cada comunidade. Espera-se que cada comunidade tenha um representante no corpo diretivo da Acornecab. A coordenação eleita assume no dia seguinte à sua eleição. Cabe ao coordenador geral eleito registrar a Ata de Posse no cartório na cidade de Óbidos, documento que é exigido para que possam representar oficialmente e institucionalmente as comunidades integrantes da “Área das Cabeceiras”.

Na Assembleia de outubro de 2011, apenas a comunidade Silêncio indicou o nome do interlocutor 2, que foi catequista e agente de saúde do Silêncio, e participou da fundação da Acornecab e da Arqmob. Por não haver outras pessoas nomeadas ou predispostas a assumir

os cargos, instituíram uma comissão para coordenar o processo de eleição. Entre os integrantes da comissão, o ex presidente da Arqmob (gestão 2006/2010), morador do Cuecé ficou responsável por coordenar as assembleias até a definição de quem comandaria a associação nos próximos anos. Uma nova assembleia foi realizada em novembro de 2011. A eleição, entretanto, foi adiada novamente, pois os associados de algumas comunidades não estavam presentes, invalidando o processo eletivo.

No dia 03 de dezembro de 2011, na terceira assembleia, a atual coordenação da Acornecab foi eleita. Havia pelo menos três nomes fortes para exercer o principal cargo da associação. Entre eles, o que foi eleito, o interlocutor 2 e o Presidente 2.

O último, residente da comunidade Matá, desde a fundação da Acornecab em 1999 só ficou de "fora" da associação na gestão do Presidente 4 (2010-2011) e no último ano da gestão do Presidente 5 (2014-2015). Passou pelos cargos de "Coordenador de Finanças" (1999 – 2000), "Presidente" (2001- 2002; 2003 – 2004; 2005 – 2006), e "Conselho Fiscal" (2007 – 2009; 2012). Em 2013 mudou para Óbidos para ser vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E candidato a vereador em 2004 e 2008. Ele foi presidente da Acornecab por sete anos. Ao contrário do que previa o estatuto na época, foi eleito e reeleito por duas vezes. Desde que deixou a presidência em 2006, os coordenadores que o sucederam não conseguiram findar seus mandatos.

Na última eleição, o Presidente 5 foi o mais votado. A princípio não era sua vontade "assumir essa responsabilidade". O interlocutor 1 e 3, estimularam e incentivaram para que ele se candidatasse e fosse eleito, pois para eles, ele estava mais preparado. Estavam receosos com a possibilidade de o Presidente 2 voltar à presidência da Acornecab.

O interlocutor 2 ao ficar em segundo lugar foi escolhido para exercer o cargo de vice coordenador geral. E o Presidente 2 foi eleito para ser o representante do "Conselho Fiscal" da comunidade Matá, que renunciou no meio do mandato.

Atualmente, integram a coordenação: sete pessoas. Quatro são moradores do Silêncio: o coordenador geral, o vice coordenador geral, o coordenador de finanças, e a vice coordenadora de secretaria, a única mulher na Coordenação. Dois são do Cuecé: o coordenador de secretaria e o coordenador de Cultura, Meio Ambiente e Patrimônio. E um de São José, que exerce o cargo de vice coordenador de finanças. Já os conselheiros fiscais são nove: apenas o de Castanhanduba é homem, Apui, Matá, Cuecé, São José, Vila Nova Castanhanduba, Serra, Centrinho são mulheres. O Silêncio e nem Patauá do São José têm conselheiros representantes.

A coordenação eleita assumiu sabendo já de seus desafios. Os associados não pagavam mais as mensalidades, inviabilizando os trabalhos da coordenação; as casas dos projetos habitacionais dos anos 2001 e 2003 estavam paralisadas e com processo arquivado; o recurso para a construção de algumas casas do projeto de 2006 não foram gastos no período e o Incra recolheu o dinheiro da conta da associação. As duas últimas coordenações haviam renunciado. A associação estava com todos seus documentos (estatuto, declarações para Receita Federal) irregulares; possuía uma dívida por volta de dezessete mil reais. Os associados estavam desmotivados com a Acornecab pois suas casas, em sua maioria, não chegaram a ser construídas. E, os coordenadores estavam desmotivados com os associados, pois não estavam mais apoiando financeiramente e participando das reuniões.

O Presidente 5 eleito, mora no Centro I com sua esposa, numa casa ao lado da casa dos seus pais. Seu pai foi criado por uma mãe de criação, Zelina, que por sua vez, era filha de criação de Cipriano, um dos primeiros a habitar o Silêncio. Sua mãe foi criada na comunidade do Matá. Ele tem ao todo catorze irmãos. Sendo cinco somente por parte de pai. Dos nove irmãos de pai e mãe, cinco se “amigaram” com descendentes do Sr. Antonio TaSeguro e/ou Margarida Caetano (ambos irmãos, filhos de Isidora – uma das primeiras a habitar o Silêncio) e residem no Tubiacanga. Segundo o Presidente 5 o seu avô paterno era parente do Sr. TaSeguro, mas não sabia ao certo o grau de parentesco, “*não sei dizer se era irmão, primo ou tio*”, o que faz ter certo parentesco com o interlocutor 2 (eleito a vice-coordenador geral) e com o coordenador financeiro eleito.

O Presidente 5, ao contrário dos interlocutores 1, 2 e 3 não foi catequista, e não costuma ir nas "celebrações" dominicais. Não joga mais futebol devido a problemas no joelho. Não vai em serestas, não bebe e ainda não teve filhos. O que praticamente o difere do todo. Ele prefere fazer suas orações em casa. Em novembro de 2013, perguntei ao Presidente 5 o que fez ele voltar atrás da decisão de ter renunciado junto com o Presidente 4 e depois ser um dos candidatos para assumir o cargo de coordenador geral. "*Todos os dias*", disse ele, "*faço minhas orações. Peço para Deus, para que ele possa fazer com que eu faça (os trabalhos da associação) para ajudar (as comunidades). Não para me aparecer, ou me engrandecer. Eu só quero que ele me ajude a conseguir fazer a minha parte aqui na terra*". Sobre a falta de reconhecimento dos associados, diz ele, "*se eu vou ser reconhecido depois, não sei. Mas, não tem problema. O importante é que eu me sinta feliz. E diga: poxa, eu posso até não ser reconhecido pela comunidade, mais eu sei que foi para o bem. Se eles não querem*

dizer. Mais eu sei, que foi para o bem". No próximo tópico retornaremos alguns desses pontos ao tratarmos sobre o projeto das casas.

5.2 “PROJETOS DAS CASAS”: “OS ANGUS” E “A “CARTA NA MANGA”

5.2.1 “Assentados e/ou quilombolas”? Compreendendo os projetos governamentais

Em 2004, no governo do Presidente Lula, diversas políticas públicas já preexistentes foram incorporadas e reformuladas num único Programa, o “Brasil Quilombola”. O objetivo era universalizar o acesso as políticas públicas e assim atender e fornecer melhorias nas condições de vida da população que vivem em “comunidades remanescentes de quilombos”.

Como as “comunidades remanescentes de quilombos” estão enquadradas na política de regularização fundiária e reforma agrária do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), muitos dos projetos implementados, até a publicação do Programa Brasil Quilombola (2004), estavam concentrados no âmbito do “Programa Nacional de Reforma Agrária” (PNRA) sob a competência do Incra e sob a condição de “Assentados”.

Além de viabilizar a regulamentação legal do acesso das famílias à terra, o Incra teria como objetivo

orientar as ações para a criação, implantação, desenvolvimento, consolidação, propiciando ou favorecendo a organização socioeconômica dos beneficiários e o atendimento aos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária³⁰.

Ao instituir um projeto de assentamento, as famílias são inscritas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária – SIPRA, e homologada pelo Superintendente Regional. Do SIPRA é extraído a Relação de Beneficiários, popularmente conhecida pela sigla “RB”. Esta, consiste no levantamento cadastral das famílias. É a partir da RB que as famílias assentadas estão aptas a obter acesso aos projetos de políticas públicas da reforma agrária. Dentre os projetos, há o “Crédito Instalação”.

³⁰Trecho retirado da cartilha “O Incra e o Assentamento” na página:
http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas/O%20INCRA%20e%20o%20Assentamento.pdf

Criado em 1985 – no ano do I PNRA – o “Crédito Instalação” consiste no provimento de recursos financeiros, com o objetivo de suprir as necessidades básicas, fortalecer as atividades produtivas, desenvolver projetos, auxiliar na construção de unidades habitacionais e atender necessidades hídricas das famílias dos projetos de assentamento³¹. Até 2005³², o “Crédito” era dividido em três modalidades:

- a) **Alimentação:** que se destina à aquisição de gêneros alimentícios necessários à subsistência dos assentados e suas famílias, enquanto aguardam os primeiros resultados da produção;
- b) **Fomento:** que se destina à aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, tratores, plantel de animais e outros itens indispensáveis ao início e desenvolvimento da fase produtiva do Assentamento;
- c) **Habitação:** destinados à construção da moradia das famílias assentadas, em regime comunitário.

No dia 25 de outubro de 2001, um ano e cinco meses após a titulação da “Área das Cabeceiras”, a Superintendência Regional do Incra no Estado do Pará emitiu a Portaria nº 24 que consta da criação do “Projeto de Assentamento (PA) Especial Quilombola Área das Cabeceiras” e da contemplação ao “Crédito Instalação”.

Segundo moradores do Silêncio, tal projeto proporcionou um sentimento de que “*as coisas a partir daí iam mudar*”. Mudanças essas proporcionadas pelos “*projetos de melhorias*” (termo utilizado pelos entrevistados) que estavam por vir, fruto da titulação e o reconhecimento como “comunidades remanescentes de quilombos” e da organização dos moradores das comunidades numa Associação Quilombola.

Somaram-se novas funções e objetivos para as associações. Ou seja, as associações, constituídas para lutar pela titulação de seus territórios, controlar e garantir a posse coletiva da terra se tornaram também, proponentes de convênios e projetos com órgãos ligado ao

³¹Fonte das informações: <http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/credito-instalacao>.

³²Atualmente o “Crédito Instalação” está subdividido em oito modalidades: Apoio Inicial, Apoio Mulher, Aquisição de Materiais de Construção, Fomento, Adicional Fomento, Semiárido, Recuperação/Materiais de Construção e Crédito Ambiental.

Governo Federal, Estadual e Municipal. Assim novas demandas ressurgem, agora voltadas para as negociações com os agentes de governo para obtenção de crédito e infraestrutura.

Dentre as demandas, o que vem se tornando prioridade para os associados é o acesso ao crédito para a habitação, denominado localmente, como “*projeto das casas*” ou de “*moradia*”.

A Acornecab, foi proponente de quatro projetos habitacionais. Os três primeiros, firmados com o Incra em 2001, 2003 e 2006 sob a concessão do Crédito Habitação e Fomento, foram parcialmente finalizados. De 2009 até os dias de hoje, a Acornecab vem tentando firmar parceria para construir unidades habitacionais para aquelas famílias que não estavam na relação de beneficiários dos projetos anteriores. No entanto, novas questões vieram à tona, uma delas, a mudança na competência do agente executor e do programa de governo para a execução dos projetos habitacionais. A modalidade Habitação do “Crédito Instalação” do Programa Nacional de Reforma Agrária foi incorporada no “Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR). O que antes estava somente vinculada ao Incra, passa a ser também de competência do Ministério das Cidades, na qualidade da Caixa Econômica Federal. Como em Óbidos não há uma agência desse banco, quem passou a coordenar a parceria já em meados de 2013 foi o Banco do Brasil.

No total dos quatro projetos de habitação para a “Área das Cabeceiras”, 341 famílias seriam beneficiadas. No entanto, apenas 91 casas foram finalizadas.

A princípio, o recebimento da notícia da concessão do primeiro crédito foi recebida de forma positiva pelos coordenadores e moradores em geral. O sentimento era como se finalmente o governo estivesse reconhecendo a existência dessas comunidades e de suas necessidades. Vejamos o relato da interlocutora 3 e coordenadora da Arqmob na época,

era um projeto enorme, naquela época estava orçado para mais de sete milhões de reais. O principal seria o programa da moradia. Em seguida, viria a questão social, como as melhorias de escolas (e a construção destas nas comunidades que ainda não tinham), de saúde (com a construção de postos). No entanto, tais projetos ficaram a desejar, pois a primeira etapa, que previa a construção das casas, faliu (entrevista concedida em novembro de 2013).

Fruto da não conclusão dos dois primeiros projetos, a Acornecab é réu de uma ação judicial arquivada no Ministério Público. Desde o recebimento do projeto até a não conclusão da obra houve uma série de conflitos entre associados e coordenadores, e entre coordenadores e agentes do Estado. A “*carta na manga*”, isto é, a não conclusão dos primeiros projetos, e os

“*angus*” derivados dos antagonismos do processo de viabilização dos projetos, culminaram na desvalorização da Associação enquanto representantes da “Área das Cabeceiras”.

No decorrer deste tópico, descrevo como se deu o processo de viabilização dos projetos habitacionais e de fomento, os mecanismos que foram incorporados e apreendidos pelos coordenadores e moradores da “Área”.

5.2.2 O Primeiro e o Segundo Projeto de Habitação

Após a entrega do título da “Área das Cabeceiras”, o procedimento adotado pelos técnicos do Incra foi fazer um levantamento cadastral de todos os moradores da área, resultando na "RB", isto é, a Relação de Beneficiários. Somente receberia os benefícios, aqueles que estavam na RB. Como também só receberiam aqueles que se encontravam com sua documentação em mãos na época do cadastramento.

A primeira RB saiu em 2001. Foram cadastradas 261 famílias distribuídas nas comunidades que integram a “Área das Cabeceiras”. Essas famílias foram contempladas com os projetos “Crédito Habitação” e “Fomento”. Cada família teria o direito de receber R\$ 5.000,00 em materiais de construção e R\$ 2.400,00 em fomento. Ao todo, o projeto orçado era de R\$ 1.931.400,00, sendo o proponente, a própria Acornecab.

No ano de 2001 a segunda gestão da Acornecab é eleita, ficando no cargo de coordenador geral, um morador do Matá que havia ocupado o cargo de coordenador de finanças da primeira gestão. O interlocutor 1, enquanto mediador, avisou os coordenadores do recebimento de um e-mail que constava da homologação do projeto. E fez uma sugestão aos coordenadores, de realizar uma reunião com toda a direção da Acornecab junto com o sindicato e com pessoas ligadas a “Área”, como a Arqmob, e aqueles que residem na cidade, funcionário da Acob, Secretário da Agricultura. Ao lembrar sobre esse dia, disse aos coordenadores:

Eu queria que vocês reunissem a direção aqui (na cidade). Desse uma discutida e uma planejada, para ver como nós vamos encarar a construção dessas habitações. Como encarar a compra desses equipamentos, como ver, como fazer, para nós dar conta” (entrevista concedida em julho/2013).

A preocupação dele era discutir e planejar o modo que o projeto seria executado e principalmente, como gerir os recursos financeiros para que nem a Acornecab e nem os

beneficiários tivessem problemas. Mas nem a reunião, nem o planejamento e nem a gestão dos recursos, aconteceram do modo previsto.

Somente em 2003, após dois anos da contemplação ao projeto, as obras iniciaram. Segundo informações, durante esse processo, houve acompanhamento e contribuição dos técnicos da prefeitura e do Incra, na elaboração da planta das habitações, e na criação de comissões comunitárias para fiscalizar o andamento das obras. Mas, segundo o mediador, “*o Incra facilitou*”. A empresa contratada para fornecer os materiais de construção e de fomento “*era de fachada*”.

Não houve processo licitatório. A empresa foi contratada pelo Presidente 2 reeleito em 2003. Foi o próprio dono de uma empresa de Santarém que procurou os coordenadores e ofereceu seus serviços, “*o cara chegou e se propôs dizendo que estava acostumado a fazer essas casas*”. Na lembrança do interlocutor 1, o dono da empresa disse: “*eu posso fazer, trago os materiais e a mão de obra eu pego aqui*”. As casas seriam então construídas em regime de mutirão, ou seja, os próprios beneficiários seriam a mão de obra para a construção de suas casas.

Em 2003 também foi o ano em que novas famílias foram cadastradas na Relação de Beneficiários e a segunda etapa do “Crédito Habitação” e “Fomento” foi homologado. O segundo projeto previa beneficiar 80 famílias com o fomento e a construção de unidades habitacionais para cada família. O total orçado ficou em R\$ 592.000,00. A mesma empresa foi contratada para fornecer os materiais de construção e o fomento.

No dia 09 de novembro de 2003 foi realizada na comunidade Castanhanduba uma Assembleia Geral com os moradores da “Área das Cabeceiras”, para a apresentação: do projeto, da lista das 341 famílias beneficiárias inscritas em RB, e da empresa que iria executar os serviços. Não há, porém, nenhum detalhamento em ata do que foi discutido na reunião. O mesmo ocorre na Assembleia realizada no dia 16 de maio de 2004, na comunidade Matá. Só uma frase menciona que o dono da empresa “*esclareceu tudo a respeito da construção*” (Livro de Ata, p.15).

Mas até os dias de hoje, nem todos receberam o fomento e os materiais de construção. Do primeiro projeto, das 261 moradias, apenas 87 foram construídas, 152 a empresa entregou parte dos materiais de construção, e 22 não receberam nada, nem parte do fomento que estava previsto. E do segundo, que previa a construção de 80 habitações, apenas 4 foram finalizadas. Novamente algumas famílias receberam somente parte dos materiais de construção.

As casas do primeiro e do segundo projeto, em sua grande maioria, foram finalizadas por recursos próprios dos moradores, outras ainda se encontram incompletas, só com algumas paredes levantadas, e há aqueles também, que receberam parte do material e emprestaram para outras famílias finalizarem.

Segundo informações dos moradores, o Incra não fez o acompanhamento e a fiscalização das obras. Os recursos foram liberados sem a medição da obra, como é o procedimento adotado atualmente pela Caixa Econômica Federal. Isso pode ter contribuído para o desvio dos recursos, e conseqüentemente, para a não conclusão das obras. “*O pessoal*”, diz o interlocutor 1, “*não sabe para onde foi o dinheiro, não sabe para onde foi o material*” (entrevista concedida em julho de 2013).

O que se sabe é que as casas e os materiais fornecidos no primeiro projeto foram finalizados com os recursos do segundo projeto, liberados sem a medição da obra do primeiro. Somente após a liberação dos recursos do primeiro projeto e da metade do segundo projeto, é que o Incra paralisou os pagamentos. Na soma dos dois projetos, somente 91 casas foram construídas, beneficiando o mesmo quantitativo de famílias, isto representa (26,7%) do total dos beneficiados.

De 2001 até meados de 2007 permaneceu na coordenação geral da Acornecab o Presidente 2. Depois de 2004 não se teve mais informações sobre o dono da empresa e nem dos técnicos do Incra. Pouco se fala sobre esse período que contempla o processo de (não) construção das habitações e dos problemas na gestão dos recursos financeiros. A entrega do material de construção, assim como as obras, foram paralisadas e parece que nenhuma informação foi dada para os beneficiários. A impressão é que esse período permanece “velado” na narrativa dos moradores da “Área”, como também, nos relatos escritos nas Atas.

Transcorrido três anos da última menção em ata sobre o “Crédito Habitação e Fomento”, em setembro de 2007 volta a ser pauta de uma reunião realizada com a Assessora do Secretário de Cultura do Estado do Pará. Essa reunião é fruto de uma nova coordenação da Acornecab eleita em 2007. Um morador da comunidade São José ficou com o cargo de coordenador geral e com a missão de conseguir informações do que ocorreu e a que ponto parou o processo de construção das habitações. Nesta reunião, compareceram como autoridades, o interlocutor 1 (havia deixado a presidência do sindicato para ser vereador), a primeira dama de Óbidos e a assessora. Essa última ficou de estudar o material fornecido pelo Presidente 3, com as planilhas das parcelas liberadas para conversar com os representantes do

Inkra. O interlocutor 1, reforçou que a Câmara Municipal havia solicitado esclarecimentos e informações ao Incra, mas nenhum pedido foi atendido.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi encaminhada para Câmara Municipal de Óbidos. O interlocutor 1 foi escolhido para presidir a comissão. Isso gerou “*alguns problemas*”.

Em seguida, a denúncia foi dirigida ao Ministério Público, e o processo encontra-se atualmente arquivado. Não se tem previsão do julgamento do caso. Os atuais coordenadores não têm informações do processo judicial. Somente uma recomendação advinda do Incra para as coordenações posteriores a segunda gestão da Acornecab, é não pedir a abertura do processo, pois implicaria nos outros projetos previstos para contemplar as famílias que foram cadastradas em RB no ano de 2006 e 2009. Aquelas famílias cadastradas na RB de 2001 e 2003 que foram parcialmente ou não beneficiadas, aguardam o julgamento. Pois segundo a legislação, o representante da família ou seu cônjuge que foi escolhido para ser o beneficiário, não pode receber o mesmo benefício que já foi contemplado.

Cabe ressaltar que não foi só na “Área das Cabeceiras” que houve elementos de desvios de recursos, superfaturamento, descontrole na liberação, ausência de acompanhamento, inexistência de controle. Há também outras ações públicas contra o Incra, como do Ministério Público de Marabá – Pará, que trata de uma dezena de casos similares decorridos da operacionalização do “Crédito Instalação”.

Não cabe aqui apurar quem foram os culpados. Mas sim, procuro nos próximos tópicos, apontar os impactos desses dois projetos para os moradores, para os posteriores coordenadores da Acornecab, da relação entre ambos e para os outros projetos para a “Área”.

5.2.3 O Terceiro e o Quarto Projeto Habitacional

Assim como os projetos de 2001 e 2003 que se iniciaram anos depois, o terceiro projeto homologado em 2006 só teve início em 2010. O terceiro projeto é fruto do terceiro recadastramento e atualização da Relação de Beneficiários realizada em 2006. Tal projeto previa liberar R\$ 160.000,00 para o apoio em fomento, e R\$ 150.000,00 para a habitação.

O recurso do fomento foi recebido em 2010, já na quinta gestão da Acornecab, encabeçadas por moradores do Silêncio. O fomento foi entregue para cinquenta famílias. Cada uma recebeu três mil e duzentos reais, que poderiam ser utilizados para compra de alimentos, utensílios domésticos, eletrodomésticos, equipamentos para trabalho, forno para

farinha, motor-rabeta, serrote, arames, entre outros. Dez famílias foram as beneficiárias moradoras das seguintes comunidades Castanhanduba, Centrinho, Matá, São José e Silêncio.

A Acornecab, dessa vez, fez um processo licitatório, vencido por uma empresa localizada em Óbidos. Administrado por uma família tradicional de comerciantes no município desde a colonização, eles fornecem serviços de supermercado, açougue, padaria, farmácia, “Caixa Aqui”, materiais de construção.

Para o Presidente 5, na época coordenador de finanças, a Acornecab só conseguiu receber e entregar o fomento por causa da parceria com o empresário. Teria sido ele quem arcou com as despesas dos coordenadores em viagens para Santarém (sede do Incra), para cidade de Óbidos (onde está situada a loja), para as comunidades (reuniões sobre os fomentos), fotocópias da documentação da Acornecab. Segundo o Presidente 5, *“se não fosse isso, ninguém entregava, o pessoal (os associados) não pagava”* (a mensalidade), o que inviabilizava o deslocamento dos coordenadores. Já o recurso da habitação seria destinado para a construção de dez casas, sendo que cinco seriam construídas no Cuecé e cinco na comunidade Serra. Nenhuma delas saiu do papel, e atualmente estão incorporadas no projeto de 2009.

O Presidente 5 discorda da forma que o recurso é disponibilizado, em que se privilegia viabilizar os fomentos antes das habitações. *“Eu não achei que fosse certo entregar esses fomentos”*, explica ele, *“eu acho que eles deveriam trabalhar com a habitação, para depois dar o fomento. Justifica analisando que “tem muita gente, que está com seus materiais tudo jogados, esbandalhado (estragados), porque não tinha onde colocar”*. Já que as moradias, até então, eram em sua maioria de palha, em chão batido, e no período das cheias, as águas chegam até algumas casas. Feito da forma que sugere, *“tinha o tempo (entre a casa concluída e o recebimento do fomento), para as famílias agasalharem (guardarem os bens adquiridos)”*. Conclui ele, *“mas, infelizmente não é como a gente quer. A gente pede de um jeito, e eles (referindo-se ao Incra) não dão, tem que ser assim, da forma deles”* (entrevista concedida em novembro de 2013).

Por causa dos dois primeiros projetos a conta bancária da associação estava bloqueada. Além disso, a Acornecab estava em débito com as declarações fiscais da Receita Federal. Após a entrega do fomento, o Presidente 4 renunciou do cargo. Segundo o atual coordenador, o seu antecessor *“gostava de ver as coisas acontecer”* e estava desestimulado com os associados, pela falta de apoio financeiro e participativo. O Presidente 5 acreditava que com a entrega do fomento, os associados iriam voltar a acreditar na associação e pagar

suas mensalidades. Já que muitos associados estavam desmotivados por causa da não concretização dos projetos das casas, e responsabilizavam as gestões da Acornecab por isso. No entanto, segundo ele, aconteceu o que o Presidente 4 previa. Depois de entregue, “os associados pegaram e não deram ao menos um obrigado” (entrevista concedida em novembro de 2013). Sobre a saída do Presidente 4, diz o Presidente 5, “ele tirava do seu próprio bolso para dar para a associação, e que no final, ficou sem nada, teve que vender as coisas para ir para Manaus” – local que escolheu para viver após a renúncia.

Após um processo eleitoral difícil, o Presidente 5 assumiu o cargo. Uma das primeiras medidas da nova gestão foi fazer uma assembleia com os associados e propor a eles a quitação da dívida de mensalidades com a Acornecab. Caso não pagassem até determinado período, seriam extinguidos como sócios da Acornecab. Com o dinheiro das mensalidades e com recursos angariados através de bingos os coordenadores conseguiram quitar débitos com a Receita Federal, despesas com a construção da sede, com advogado que revisou o estatuto da Acornecab, e despesas cartoriais. Abriram uma nova conta bancária, e com a sobra dos recursos, foram até Santarém buscar informações para dar andamento ao projeto da construção das dez casas. O objetivo era ir até lá saber como poderiam utilizar o recurso para habitação, pois o valor orçado na época não era mais suficiente para construir dez habitações.

Segundo o atual coordenador, a recomendação dos técnicos do Inbra foi a de fazer uma Assembleia Extraordinária para decidir quantas e quais casas seriam construídas. O recurso iria ser resgatado naquele ano (2013), pois estava completando cinco anos da contemplação do projeto. De Santarém, ele ligou para marcar a Assembleia, para que assim que chegasse fosse realizada. Na assembleia realizada, decidiram que seria construído seis casas. Uma semana após a esta reunião, o Inbra “recolheu” o dinheiro, pois a Associação não havia gastado a tempo, segundo os dizeres dos coordenadores.

Isso causou um mal-estar entre coordenadores e associados. Ao ser indagado em uma reunião posterior com os associados, sobre o que havia acontecido com o recurso das seis habitações e o motivo da não realização das construções, o Presidente 5 indaga de quem é a culpa, vejamos trecho a seguir:

Olha nem a gente sabe te dizer direito porque quando a gente vai no Inbra é uma coisa, quando a gente volta é outra coisa. Lá no Inbra, quem dera se cada um pudesse ir. Nós vamos hoje lá e eles vão dizer que isso aqui é pau, e quando a gente chega aqui vem a informação dizendo que isso é pedra. Tanto é que nós fizemos uma assembleia que era para nós decidir se íamos fazer as habitações. Nós fizemos no dia 25 (junho de 2013) a assembleia. A gente veio para assembleia, com o extrato da conta mostrando o dinheiro que tinha. E o dinheiro estava (na conta). Quando

chegou na segunda-feira fomos ver e não tinha mais dinheiro para fazer as seis habitações. Agora é culpa da coordenação? Não, a culpa não é nossa. Jamais eu ia fazer uma assembleia sem ter uma certeza se aquilo ia mesmo sair. E se no dia que fomos lá em Santarém, eu liguei de Óbidos bem rápido para fazer essa assembleia nem deu tempo de sair o edital. Mas nós vamos fazer logo essa reunião para levar logo essa decisão, porque esse dinheiro está na conta e nós temos que fazer algo com esse dinheiro nesse ano porque se então teremos que devolver. Porque se ela tivesse falado que o dinheiro vai ser recolhido, tudo bem eu não tinha feito, não tinha o porquê fazer isso. Então é por aí que vocês tem que ver que não é culpa da coordenação. A culpa da coordenação é se eu chegasse lá no Incra e eles falassem que o dinheiro não ia sair porque eu não tinha trago o projeto de habitação, daí a responsabilidade era nossa. Mas todos os procedimentos foram feitos, o projeto de habitação tanto a planta quanto o quantitativo de material. Foi o engenheiro da Prefeitura que preparou o projeto através de amizades ele não cobrou o projeto. A nossa parte a gente faz, tudo que eles pedem para fazemos a gente faz. As vezes a gente faz até antes do prazo que pedem para facilitar os trabalhos. Nós nunca apresentamos documentos atrasados para eles. As coisas não estão dando certo eu acredito que não é por nossa culpa, não é pela nossa competência que não está dando certo. É por causa que o governo faz, que ele dá, mas para você receber ele exige muita coisa, muita coisa mesmo (transcrição da reunião na comunidade São José, agosto de 2013).

A burocracia alinhada com informações desencontradas são alguns dos obstáculos enfrentado pela atual gestão da Acornecab no acesso aos benefícios da política quilombola para os moradores da “Área das Cabeceiras”. Para o Presidente 5, os projetos não saem do papel, por causa de uma “*carta na manga*” que o governo tem que não os favorece: a não conclusão dos primeiros projetos e as renúncias dos coordenadores da Acornecab. Vejamos mais um trecho da reunião entre coordenadores e associados:

Mas olha só, eles têm uma carta na manga. É que o projeto não deu certo. Eles tão com medo de liberar de novo. Olha só o que está acontecendo também, é a coordenação. A gente começa, prepara tudo bonitinho, frita o bife, e quando é para servir na mesa, a coordenação sai e ela sai porque ela não dá conta, a pressão é muito. Daí desiste, daí para, daí entra outro. Eu pergunto para vocês aqui alguém de vocês pode me dizer se desde 1999 teve algum presidente que findou seus três anos de mandato? Tudo isso é um dos problemas que está tendo para o andamento do nosso projeto. Eles estão inseguro, pensam que nós não estamos organizados. O do Paraná de Baixo está saindo mas porquê? Além de ser uma área de várzea, o projeto deles deu certo e a coordenadora lá, já está com mandato de reeleição. Mas aqui na nossa área é diferente, o (Presidente 4) nós entregamos aquele apoio, quando foi na hora da casa, ele saiu. Vocês não acham que isso está impedindo? É por isso que a gente pede o apoio da comunidade para a gente fazer nosso trabalho, para que a gente possa ir lá. E aí a gente deixa o tempo da gente para organizar as coisas lá, para vir resolver abacaxis das comunidades. Então é por isso que eu digo a culpa não é totalmente da coordenação, não é também que a gente esteja aqui só cobrando, mas a gente tá colocando a nossa parte. Nós levamos um ano e cinco meses para regularizar a associação, mas já está pronto? Ainda não! Isso eu to falando da documentação da associação mas ainda está faltando a dos associados. Então é essa a situação desse projeto é isso, de não estar dando certo é isso. O primeiro não deu certo. Eles tão com medo de liberar dinheiro. A coordenação não leva os três anos. Por exemplo se eu sair agora a coordenação vai levar quase um ano para ficar regular (transcrição reunião comunidade do Matá, agosto de 2013).

Após a Assembleia e a resposta inesperada do recolhimento do recurso financeiro para a construção das casas, os coordenadores receberam a notícia de que a lista da RB de 2009 finalmente seria contemplada com o projeto habitacional, depois de quatro anos em espera. Em 2009 haviam sido cadastradas mais 250 famílias que vivem na “Área das Cabeceiras”. O Incra como estratégia optou por incluir no quarto projeto, as 50 famílias que haviam recebido o fomento em 2006, inclusive aquelas dez famílias que receberiam as casas. Ao todo, 300 famílias seriam contempladas com o projeto habitacional. Sendo que deste total, 250 famílias também receberiam o fomento.

Desde 2009, o público do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foi incorporado ao Plano Nacional de Habitação (PlanHab) por meio do “Programa Minha Casa Minha Vida Rural”. Tal ação teve como objetivo igualar o tratamento dado aos agricultores familiares do país no acesso ao subsídio para construção habitacional ou reforma habitacional, oriundos do governo federal. Tanto o “PlanHab” quanto o “Programa Minha Casa Minha Vida” foram criados no mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), e fazem parte do plano de governo ainda em vigor, denominado “Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) I e II”.

A mudança de competência ministerial (Desenvolvimento Agrário para o Ministério das Cidades) e do plano (PNRA para PlanHab) além de proporcionar um valor de subsídio maior para as construções das habitações³³, ela acrescenta novas normas e mais um “parceiro”: o agente financeiro e operacional, a Caixa Econômica Federal. Como não há agência desse banco em Óbidos, a agência do Banco do Brasil passou a operacionalizar os projetos habitacionais em parceria com a Caixa Econômica do município de Santarém.

A Caixa desde a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH) em 1986, passou a ser a principal instituição capaz de realizar financiamentos imobiliários no país. E desde então a gestão dos recursos disponibilizados para os programas habitacionais são bem rigorosos. Quanto aos normativos que regem o “Programa Minha Casa Minha Vida”, as Entidades Organizadoras têm que apresentar tanto o memorial descritivo do projeto de engenharia das habitações seguindo os padrões estabelecidos pelo Ministério das Cidades, quanto o projeto técnico social com ações de mobilização e participação, geração de emprego e renda, avaliação do empreendimento, dentre outras ações previstas antes, durante e após as obras,

³³Enquanto que o valor pago pelo Incra era de R\$ 5.000,00 para aquisição de materiais de construção em 2003 e R\$ 15.000,00 em 2006, o custo da edificação da unidade habitacional pelo PNHR é de R\$ 30.500,00 (para região norte, com valor adicional em função do custo logístico) e R\$ 28.500,00 (para as outras regiões).

realizadas por assistentes sociais, psicólogos, cientistas sociais e pedagogos com os beneficiários dos projetos. Há critérios e hierarquia nas seleções de beneficiários, como: mulheres, idosos, pessoas com deficiência. E os recursos financeiros só são disponibilizados após a medição da obra feita por visita técnica dos engenheiros da Caixa.

Assim como os coordenadores, os funcionários do Banco Brasil estão apreendendo as normativas que regem o programa, por ser o primeiro projeto habitacional que estão operacionalizando no município de Óbidos. Isso tem contribuído na falta de esclarecimentos e informações solicitadas pelo Presidente 5. Até meados de 2015, os coordenadores e moradores aguardam a visita dos funcionários da Caixa para esclarecer os processos e procedimentos para a execução do projeto. Algo que foi prometido em junho de 2013 por uma funcionária do Incra.

Na reunião com a comunidade Silêncio no mês de agosto de 2013, o Presidente 5 tentou-se justificar sobre o motivo da demora para o início das obras do quarto projeto,

A funcionária do Incra falou que era para aguardar a Caixa, disse que ela vai vir conversar com vocês. E nós estamos esperando. Eu já fui no Banco do Brasil conversei com a funcionária do Banco do Brasil. Perguntei para ela, qual era o primeiro passo que nós temos que fazer. Para que quando a Caixa venha com a gente, a gente já esteja com a documentação pronta. Ela disse: “eu não posso explicar, porque eu estou meio fora disso. Eu vou conversar com o gerente mesmo. No outro dia o senhor passa aqui”. Eu já passei várias vezes e nada. Agora eu já ouvi dizer, na reunião com São José, que ela está falando que eu tenho documento para entregar para ela. Mas se ela não me explicou nada. Segunda-feira nós estamos indo para Óbidos para resolver isso (transcrição reunião com a comunidade Silêncio no dia 23 de agosto de 2013).

Na conversa com o gerente do Banco do Brasil no dia 25 de agosto de 2013, este solicitou que fosse preenchido um ofício pelo coordenador da Acornecab, com os anexos da documentação necessária para a assinatura do convênio. Tais como:

- a) CNPJ/MF válido junto à Receita Federal
- b) Termo de parceria e Cooperação a ser firmado entre a EO e o B
- c) Estatuto ou Contrato Social arquivado na Junta Comercial
- d) Última alteração contratual ou estatutária
- e) Certidão Simplificada da Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas
- f) Comprovante de entrega da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS
- g) Certidão Conjunta Negativa de Débitos junto ao INSS – CND INSS

- h) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais à Dívida Ativa da União ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa Relativos a Tributos Federais à Dívida Ativa da União
- i) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF
- j) Resultado da pesquisa no CEIS, extraída na Internet.
- k) Declaração de contrapartida / previsão orçamentária, quando houver
- l) Ata da assembleia de eleição da Comissão de Representantes do Empreendimento registrada em cartório
- m) Ata da assembleia de eleição da Comissão de Acompanhamento de Obras registrada em cartório.

A apresentação da documentação é condição primária para a assinatura do convênio e para dar prosseguimento as outras etapas do processo: entrega da documentação dos beneficiários, entrega dos projetos de engenharia e do projeto técnico social. Após a aprovação dos beneficiários e dos projetos pelos técnicos da Caixa, a licitação é feita. Finalizado o processo licitatório, finalmente as obras podem ser iniciadas. Ou seja, leva-se um tempo bem considerável mesmo quando está tudo dentro dos parâmetros aceitos pela Caixa. Mas o tempo ainda pode ser ainda maior quando surgem certos imprevistos, como foi o caso da Acornecab.

Enquanto, o Presidente 5 ficou responsável de juntar os documentos que se referem aos primeiros cinco itens, e lançar um edital de convocação para uma Assembleia Extraordinária para eleição das Comissões, me disponibilizei em pegar na internet as certidões nos sites dos órgãos governamentais. Foi aí que descobrimos uma nova pendência da Acornecab na Receita Federal. Sugeri ao coordenador ir até a sede da agência em Óbidos. E lá uma notícia ao menos muito estranha recebemos. Não foi possível retirar a Certidão Negativa de Débitos porque constava um débito de aproximadamente um milhão de reais referente ao Imposto Territorial Rural (ITR).

Possuir débitos não regularizados juntos à Receita Federal, INSS ou FGTS é um dos vários impedimentos regidos pelo Ministério das Cidades e exigidos pela Caixa para a assinatura do convênio com a Entidade Organizadora, no caso aqui, a Acornecab. Isto significa que as 300 famílias estavam impedidas de receber os projetos habitacionais por causa de tributos não pagos durante três anos, mais correção e juros.

O coordenador voltou desmotivado para a comunidade Silêncio. Principalmente por estar tão perto de assinar o convênio, e com este reconquistar o apoio dos associados novamente. Muitas preocupações passavam pela sua cabeça. Entre elas, a possibilidade de perder o título de posse das terras, pois não teriam recurso financeiro para provimento do pagamento da multa e juros do ITR e dos advogados. Mas principalmente, preocupava-se pela repercussão negativa que isso poderia causar entre os associados, se afastando ainda mais da Acornecab. O Presidente 5 marcou uma reunião de emergência com os outros coordenadores, em que pediu sigilo sobre as dívidas do ITR para que não causasse alarde entre os associados, uma vez que uma Assembleia Extraordinária estava marcada para escolher a Comissão de Representantes do Empreendimento e a Comissão de Acompanhamento de Obras.

A cobrança do ITR leva em conta o tamanho do imóvel por proprietário, mas não o fato de que se trata de uma propriedade coletiva, onde a pessoa jurídica de uma associação não dimensiona a realidade dessas terras comunais. Ou seja, aplica-se a mesma interpretação para uma fazenda ou latifúndio e um território quilombola. A cobrança do ITR compromete a efetividade do artigo 68 do ADCT, que reconhece aos quilombolas o direito à propriedade de suas terras. Algo similar havia ocorrido meses antes numa outra comunidade quilombola localizada no município de Abaetetuba – Pará, com o apoio da Comissão Pró-Índio de São Paulo conseguiram suspender o tributo.

A Acornecab foi convidada para participar do “Fórum Quilombola do Baixo Amazonas” promovido pela Comissão Pró-Índio em setembro de 2013. A CPI-SP há tempos não tinha mais contato com os representantes das comunidades quilombolas de Óbidos. Por meio dessa iniciativa e até mesmo por causa da cobrança indevida do ITR conseguiram resgatar a antiga parceria formada no processo de titulação da “Área”. A CPI-SP conseguiu um escritório de advocacia para entrar com recurso contra a cobrança do imposto. Em dezembro de 2013, ganharam a ação, conseguiram tirar a certidão negativa de débitos, que foi entregue ao Banco do Brasil. Os débitos estão temporariamente suspensos, ainda não foram extintos. Não há previsão expressa de isenção de ITR às terras quilombolas ou de imunidade das associações que detêm esses títulos de propriedade. A qualquer momento a Receita Federal pode entrar com um novo processo para reverter o caso.

Mas esse não foi o único obstáculo encontrado. Pelo menos há outros dois que antecede o início das obras. Um deles, é a contrapartida dos recursos financeiros pela Entidade Organizadora. Como a Acornecab não tem recursos para provir a contrapartida, os próprios beneficiários terão que pagar cerca de quatro por cento do valor total dado para a

construção da sua habitação, parcelados em quatro anos. Mas só é feito o parcelamento para aqueles que estão com o “nome limpo”, ou seja, aqueles que estão em débito com bancos por causa dos Pronaf ou outros empréstimos, ou então incluídos no Serasa não podem fazer o parcelamento, ou até mesmo, são excluídos da seleção de beneficiários. Um outro deriva justamente da Seleção dos Beneficiários. No PMCMVR que não estão sob âmbito da Reforma Agrária, a seleção de beneficiários é realizada pela Entidade Organizadora, seja ela prefeitura, cooperativas, associações comunitárias, entidades privadas, respeitando o enquadramento dos Grupos de Beneficiários³⁴. No entanto, aqueles que estão integrados no Plano Nacional de Reforma Agrária, a seleção dos beneficiários e a comprovação de renda é fornecida pelo Incra, através da Relação de Beneficiários (RB).

Como a última RB é de 2009, a lista estava defasada. Havia beneficiários que não moravam mais na Área, outros já falecidos. Para quem iria o benefício? Foi umas das questões bastante discutidas entre os coordenadores nas reuniões de prestação de contas. Como não se tem previsão de um novo cadastramento para inclusão em RB, os próprios coordenadores têm buscado alternativas para solucionar esse problema. Por exemplo, combinaram em assembleia o prazo de 15 dias para as famílias que vivem atualmente fora da “Área”, entrarem em contato com a associação, se comprometendo a voltar a morar na “Área” quando as obras se iniciarem. Se não procurasse os coordenadores, seriam excluídos e dariam lugar para outros associados. Mas até hoje essa situação não está definida. Nem mesmo o convênio com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica foi assinado. Segundo o Presidente 5 em conversa telefônica em janeiro de 2015, a informação dada pelo gerente do banco é que os recursos para o quarto projeto estão temporariamente suspensos.

5.2.4 Associações e Presidentes: o jogo da legitimidade

Procurei nas páginas anteriores fornecer uma descrição dos obstáculos burocráticos encontrados para que um projeto seja efetivamente concretizado. Agora é preciso fazer

³⁴ Grupo 1: famílias com renda bruta anual até R\$ 15.000,00 são atendidas com subsídio integral; Grupo 2: famílias com renda bruta anual de R\$ 15.000,01 a R\$ 30.000,00 são atendidas com o financiamento da moradia ou reforma, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, recebendo desconto de R\$ 7.610,00 (sete mil, seiscentos e dez reais) vinculado ao financiamento, com subsídio para a assistência técnica e para complementar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento da moradia; Grupo 3: famílias com renda bruta anual até R\$ 30.000,01 a R\$ 60.000,00 são atendidas com financiamento da moradia ou reforma, pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e com subsídios para complementar o equilíbrio econômico-financeiro das operações de financiamento da moradia.

algumas considerações como essa “nova dinâmica de organização” instituída a partir do processo de demarcação e titulação como “comunidades remanescentes de quilombos” têm se refletido nos modos de vidas dos moradores através dos projetos habitacionais.

Pode-se dizer que uma das primeiras questões que perpassa todo o processo que leva ao acesso aos benefícios das políticas públicas, é o próprio antagonismo na elaboração e execução dos projetos governamentais. Antagonismos estes, denominado como “*angus*”. O que para os coordenadores têm contribuído para a desvalorização da Acornecab perante aos associados.

Na demarcação da “Área das Cabeceiras” houve uma sobreposição de titulações individuais em um “território” que recebeu um título coletivo. Isto é, algumas famílias que supostamente não se “auto reconheceram” como “quilombolas” receberam um título próprio para as terras das quais já ocupavam. Algo que na época era possível sob a alegação da falta de recursos para indenizar estas famílias. Mas a condição, reforçada em Atas da Acornecab e na lembrança de alguns moradores, era que as famílias que não optaram pelo coletivo, não seriam beneficiárias de políticas públicas para os “quilombolas”.

Isto tornou-se um paradoxo. Como os primeiros projetos vieram por meio do Plano Nacional de Reforma Agrária operacionalizados pelo Incra, as famílias foram sendo cadastradas independentemente se haviam ou não optado pelo “coletivo quilombola”. Até porque o tratamento dado ao público do projeto “Crédito Instalação” são famílias “assentadas”, sem alguma especificação. Ou seja, aquelas famílias também teriam o direito de receber o crédito para a habitação e para o fomento. No entanto, os recursos para operacionalizar os projetos veio em nome da Acornecab.

O que os atuais coordenadores contestam é justamente isso. As famílias foram sendo cadastradas em RB sem consulta prévia da Acornecab. Para eles, a escolha dos beneficiários dos projetos deveria passar por eles primeiro, por ser a Acornecab, o proponente dos projetos. Vejamos no trecho abaixo, a análise que o presidente 5 faz da atuação do “governo” e coloca em questionamento a serventia de uma associação,

o governo eles fazem cada uma que dá só para atrapalhar. Eles fazem os angus e depois a gente tem que desenrolar tudo isso. Primeiro, eles na “Área” foram demarcar, deixaram o individual no meio do coletivo. Daí fica aquela confusão toda agora. Para gente querer desenrolar como? Agora eles pegaram e vieram para a comunidade fazer um cadastro. Já que eles deveriam chegar na comunidade, com a Associação, pegar a relação da Associação para fazer o cadastro, e eles fizessem somente desse pessoal. Mas só que eles fizeram de todo mundo. Ou seja, se tu chegasse aqui e dissesse que tu moravas aqui e dava os teus documentos, se não tivesse ninguém da comunidade aqui para negar, tu fazia e tu tavas encaixada. E ai o

que que acontece? Tem pessoas daqui para receber eu acredito que não são sócios da associação e ou não estão mais na Área. Se eles não tivessem feito como eles fizeram de fazer de todo mundo, não dava esses problemas que estão acontecendo. Fica difícil trabalhar dessa forma. Eles põem as normas deles e a gente tem que acatar. Ainda dizem que querem a parceria da Associação. Mas quando? Então nesses casos a Associação é para que? (transcrição reunião de prestação de contas, setembro de 2013).

Segundo os artigos 6 a 16 do Capítulo II e III Estatuto da AcorneCab, todos os moradores da “Área” podem ser sócios. Há três tipos de sócios: *fundadores* – aqueles que assinaram a ata da fundação da Associação; *efetivos e contribuintes* – os moradores que optaram pelo “coletivo”; e os, *honorários* – aqueles que optaram pela “posse individual” ou aqueles residentes fora da “Área”, mas que “prestam relevantes serviços para a associação”. Por exemplo, um senhor de uma comunidade do Paraná de Baixo foi morar na comunidade Silêncio em 2009 e lá conseguiu um pedaço de terra para instalar um açougue. Ele é um dos “sócios honorários”, pois até então não havia açougue na comunidade.

Desde 2001 com a concessão do “Crédito Habitação e Fomento”, foi aprovado em Assembleia Geral o pagamento de mensalidades dos sócios, para contribuir com as despesas dos coordenadores com as atividades para com a AcorneCab. Com isso, o pagamento da mensalidade passou a determinar quem são os sócios.

Inicialmente o valor era de R\$ 5,00 a ser pago anualmente e por família. Esse valor foi corrigido, após o Presidente 3 assumir o cargo de coordenador geral em 2007. A mensalidade foi para R\$ 2,00 mensais. Este aumento era para viabilizar as atividades dos coordenadores na resolução dos “problemas” dos projetos habitacionais.

O dinheiro da mensalidade tem várias finalidades. Costuma ser empregado nos deslocamentos (passagens, hospedagens e alimentação dos coordenadores) entre as comunidades ou para a cidade de Óbidos e Santarém. Os coordenadores vão a Santarém para tratar de questões das comunidades junto ao Incra, Caixa Econômica, ou ainda para participar de reuniões com diversos atores e agentes do Estado. Vão à cidade de Óbidos para “ir atrás de recursos” da prefeitura para atender as demandas dos associados. O dinheiro é utilizado também para arcar com as despesas cartoriais, advogados e contadores, compra de material de escritório para imprimir as “declarações de residência”, os cadastro dos sócios, as fichas de controle e recibos das mensalidades. E, por fim, para o fornecimento de “merendas” para os participantes das assembleias gerais e das reuniões com e entre os coordenadores.

Com a instituição das mensalidades, os coordenadores e conselheiros passaram a se reunir mensalmente, nas chamadas “reuniões de prestação de contas”. Cada representante das

comunidades apresenta o saldo das mensalidades pagas. Todos anotam em suas cadernetas o valor que cada comunidade contribuiu e entregam o dinheiro para o coordenador de finanças, que faz a guarda do mesmo. Apresentam também as notas fiscais derivadas de despesas decorridas da realização das atividades para com a associação. Os valores são registrados no livro-caixa. No final de cada semestre é realizada uma Assembleia Geral para prestar contas dos valores recebidos aos associados.

Nem todos os associados pagam as mensalidades em dia e há aqueles que estão há anos sem pagar. O que tem motivado as constantes renúncias dos coordenadores e o entendimento que a “*associação não vale nada*” para os associados.

Na visão dos coordenadores, a RB traduz o não reconhecimento da Acornecab dos agentes de Estado. Para ele, só poderiam receber os benefícios aqueles que estão “quites” com a Acornecab, ou seja, que estão com suas mensalidades em dia. Como há casos de quem vai receber o benefício não é sócio da associação, ou faz muito tempo que não paga as mensalidades, causa certo desconforto para aqueles que pagam a mensalidade em dia e ainda não receberam o benefício.

Mas não é que eu falo, que eles fazem as coisas para prejudicar a associação. O primeiro projeto que foi entregue de apoio as pessoas que receberam, foram as pessoas que colocaram como prioridade para que eles recebessem o projeto. Eles receberam o projeto e nunca mais contribuíram. E os que estão em dia estão chateados e estão até desistindo de pagar. É um problema que eles colocam, mas que prejudica quem está comandando aqui porque lá eles não estão vendo a realidade daqui lá a realidade deles é outra (transcrição reunião de prestação de contas, setembro de 2013).

Se por um lado o modo de seleção dos beneficiários implica no não reconhecimento do Estado, por outro, o não pagamento das mensalidades é traduzida pelos coordenadores como a “*falta de valorização*” dos associados para com a Acornecab.

A queixa do Presidente 5 é a de que os associados pensam que o objetivo da associação é dar uma casa. E só dão valor para a associação quando os associados recebem a casa.

Olha só ainda agora eu comecei falando que a associação é todos nós. Eu também sou sócio, eu também pago a minha mensalidade. Aquele que diz assim: que essa associação não vale nada, ele não está dizendo da coordenação aqui, você está dizendo para si mesmo que vocês não valem. Imaginem só se nós não fossemos sócios existia uma associação? Não existia. Mas imagine, (diz o coordenador), se associação fosse só para dar uma casa, aqui a maioria, já tem a sua casa, sei que não foi dado completa. Mas imaginem se todo mundo já tivesse recebido suas casas, será que hoje nós estávamos aqui? Será que existia Associação? Então, não ia existir uma

Associação porque todo mundo já teria sua casa. Então, não é para dar só casa. Nós temos que pensar é no futuro da comunidade. E nós estamos tentando fazer isso. Então, a casa é um dos vários projetos que a comunidade pode receber, mas nós não temos que levar a casa como um dos motivos para deixar de pagar a Associação ou levar como motivo para gente pagar a Associação. Não! Se nós temos uma Associação para nos representar tenho certeza que não é só ir lá no Incra para ver a questão da casa. Não. Ela está para representar em vários setores. É como eu falo de novo: a Associação ela foi criada não para dar uma casa. Muita gente diz que não vai pagar porque ela não vale, pois não recebeu uma casa, outros dizem que só vai pagar quando receber” (transcrição reunião do Silêncio, agosto de 2013).

Por outro lado, os associados que contribuem também querem um retorno, como vemos relato de uma moradora da comunidade São José ao avaliar os trabalhos da Acornecab,

Não adianta eu fazer elogios na sua frente como você pediu para estar atrás crucificando. Já tem ano que vocês estão na frente da associação. Logo que entraram falaram que ninguém busca recurso disso porque está pendente a associação. Daí que eu coloquei em outro momento para nosso representante da comunidade. Porque eu acredito que quase todos os sócios se não tem 100% mas 90% pagou e completamente quitou as dívidas. E acredito que sim, não sei, vocês que devem responder ai. Quando dá a gente quer receber. E até agora o que mais se espera, esperava né, era a casa ou o fomento dos demais que não receberam. Dizer que eu aprovo 100% não. Não estou culpando você. Porque eu sei que você está lutando. Mas eu digo nove, porque a hora que eu pegar a casa, se quando chegar, daí sim é nota dez (transcrição reunião do São José, agosto de 2013).

Sem dúvida, ao longo da trajetória da Acornecab, o acesso aos projetos habitacionais e fomento, tornou-se o foco das ações e atividades dos coordenadores e o principal objetivo para os seus associados.

A maior parte das famílias que vivem na “Área das Cabeceiras” têm sua casa própria, seja ela de taipa, de madeira ou de alvenaria. O último modelo de construção ganhou uma nova significação social desde a contemplação do primeiro projeto habitacional para as comunidades. Uma vez que a construção da casa “embarreada” de “Mãe Ana” tornou-se símbolo de status em frente aquelas famílias que viriam a construir sua casa em taipa. Desde aquela época, segundo os mais antigos moradores do Silêncio, observava-se quem tinha condições mais favoráveis financeiramente através das casas. Aqueles que tinham “mais condições” viviam em “casas de barro” e os que não tinham as “casas eram de palha”. Com o passar do tempo as casas em madeira passaram a representar tal condição, vemos o relato de um morador,

A gente batalhou muito para conseguir. E olha, ainda tinha outra. Quando você chegasse e visse uma casa com parede de tabua podia dizer que aquele era capitalista. Tudo era de palha (entrevista concedida em outubro de 2013).

Atualmente, ter uma casa de alvenaria representa ter condições melhores de acomodação da família. O acesso ao “Fomento” também permitiu esta diferenciação, entre as famílias que receberam e as que não receberam. O recurso do fomento, em geral, foi empregado em equipamentos para trabalho e/ou para casa. Construíram e/ou equiparam seus “barracões de farinha” com fornos, motor para ceivar a mandioca, compraram carros de boi para facilitar o transporte até a “roça”, e “rabetas” – barco de madeira com motor – para a pesca. O que permitiu produzir em menos tempo. Houve também aqueles que compraram geladeira, fogão, mesas e cadeira de plástico.

Portanto, os projetos além de proporcionar uma mudança na paisagem local, com a substituição no modo de construção das habitações, trouxe algumas mudanças nas relações sociais dos moradores. Anterior ao projeto, apenas uma ou duas famílias de cada comunidade tinham acesso a bens materiais que as diferenciavam das outras famílias vizinhas. Depois dos projetos, aquelas famílias que conseguiram receber o fomento e parte das habitações passaram a ser vistas com “mais condições” daquelas famílias que ainda estão à espera da decisão judicial e do quarto projeto.

Dentre outros motivos, criou-se o costume de associar a Acornecab com os projetos de habitação e fomento. Acontece que aquelas famílias que aguardam o fomento e as habitações, simplesmente requerem aquilo que todos têm o direito, para se igualar no acesso aos benefícios que os projetos proporcionaram aos que já foram contemplados.

Isso tem se traduzido em uma discussão entre “benefícios individuais” versus “benefícios coletivo”. Para os coordenadores, os associados privilegiam o “benefício individual” em contraposição ao “benefício coletivo” que a Acornecab pode conceder. Na fala abaixo, o vice coordenador de finanças faz essa avaliação. Vejamos,

Eu mesmo observando, muitas pessoas me cobram isso e eu sou muito cobrado. Exigem muito que o projeto não venha. Mas não pensam por outro lado, os projetos que beneficiam todos e não somente o individual. Ainda têm pessoas que precisam de declaração de residência para poder fazer saque de dinheiro em Santarém. Então eu vejo, isso já não é um grande benefício para o associado? Mas ele acha, que a associação só tem valor se ela der uma casa. A gente é muito cobrado, mas uma coisa eu lembro: quando assumimos essa coordenação, ela estava pendente com muitas dívidas a serem pagas. Quando eu olho, o valor que nós conseguimos quitar essa associação e hoje eu vejo ainda não com projeto beneficiando os sócios mas com algumas coisas com a documentação em dia já valendo então eu vejo que já foi um grande passo que a gente deu. Porque uma associação pendente, sem força jurídica, ela não vale nada. E hoje a gente observa assim, já houve várias pessoas que já pediram documentação, declaração da associação porque não foi suficiente do sindicato. Porque a associação é área quilombola e com a declaração de que ele

reside aqui consegue benefícios. “Ah a associação não está valendo nada?” Tudo bem! Cada um tem sua opinião. Porque a gente sabe que não depende só da gente, porque depende também dos órgãos competentes. Essa importância é que muitos não dão, mas que tem o valor que as vezes precisa e não se valoriza (transcrição da fala do vice coordenador de finanças na reunião com a comunidade São José, agosto de 2013).

Nas falas dos coordenadores tanto em reuniões com os associados e quanto em conversas entre eles, procuraram desconstruir a imagem da Acornecab com os projetos habitacionais, que para eles são vistos como “*um benefício individual*”. Querem que os associados vejam a Associação além disso. Procuram reforçar a importância da Acornecab enquanto uma instituição coletiva, que por meio da união dos associados seja possível trazer melhorias para as comunidades. Acreditam que a partir do momento em que os associados comecem a pensar de forma coletiva, isto é, no que é melhor para todos em vez de só para si, é que os projetos darão certo, como o Presidente 5 expõe na reunião com a comunidade Silêncio,

Mas olha aqui uma coisa que eu vou falar para vocês. A casa não está vindo, as coisas não estão vindo, as coisas não estão acontecendo na nossa comunidade, porque nós somos individual, não estamos coletivo. No momento que a gente passar a assumir o nosso compromisso que é de ser coletivo as coisas vão mudar tá (transcrição reunião Silêncio, agosto de 2013).

Segundo o Presidente 5 a falta de reconhecimento dos associados e a falta de uma organização coletiva faz com que a administração pública municipal não dê créditos a Acornecab. Se há uma associação o prefeito não precisaria ter representantes das comunidades. Para o Presidente 5, os coordenadores da Acornecab é que deveriam ter essa parceria com a prefeitura.

Então durante a gente não deixar de viver o individual, infelizmente não vai dar nada certo. Porque que hoje a gente chegava aqui no governo, eles não respeitam a associação. E isso fica difícil, Se você não tem autoridade na sua casa fica difícil colocar uma regra lá. A associação para dar certo primeiro, se vocês ajudarem a coordenação nós temos como chegar e mudar tudinho. O prefeito fez isso fez, a comunidade quer isso não, então nós vamos lutar. Mas se não tivermos isso vai acontecer o que está sempre acontecendo. O prefeito tem o representante dele. Porque que fazem isso? Porque a associação, ela não tem o apoio dos sócios. Porque lá no Matá como bem agora aqui, deu um grupo bem pequeno também (transcrição reunião Silêncio, agosto de 2013).

Como vimos, a viabilização dos projetos não depende somente da Acornecab. Embora o modo de organização da Acornecab tenha algumas limitações internas que a impede de agilizar o novo projeto habitacional, os atuais coordenadores têm buscado fazer o

que está ao seu alcance. Mas esbarra-se na falta de informação, de comunicação e da própria legitimação do Estado – por meio dos seus funcionários -, para com os coordenadores. Por outro lado, há o impasse entre coordenadores e associados sobre o “*valor da associação*”. Como representar e ou melhor, instituir “um coletivo” integrando onze comunidades, desejando que as mesmas tenham objetivos comuns, quando não há consenso dentro de uma comunidade, por exemplo.

Veremos no próximo tópico, que os atuais coordenadores têm tentado reverter a ideia de que a associação é só dar casas, e têm procurado reaproximar novamente os associados para participar de reuniões, na sugestão de novos projetos, e na quitação das mensalidades. Mas também veremos que há algo que tem sido difícil superar: a coordenação de onze comunidades com um único território.

5.3A CONSTRUÇÃO DA NOVA ESCOLA: “DANÇANDO CONFORME A MÚSICA”

A primeira escola na comunidade do Silêncio foi construída em meados da década de 1980 pelo prefeito na época Haroldo Tavares. O ensino era o fundamental, aprender a ler e a escrever. Já em meados de 2000 foi inaugurada a Escola Municipal São Benedito, nome dado em homenagem ao antigo santo protetor da comunidade. Hoje é um dos Polos de Ensino do município de Óbidos.

Como grande parte das comunidades do meio rural de Óbidos possuem população abaixo de 150 habitantes, torna-se inviável em muitos casos a oferta de turmas, pois sua demanda é relativamente baixa. Como estratégia, a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) têm agrupado em "Polos de Ensino" considerando a relação de proximidade geográfica entre estas. Cada polo tem uma comunidade sede, onde se localiza a escola que possui turmas do 6º ao 9º anos e atende os alunos das comunidades vizinhas³⁵. Os recursos financeiros, o cargo de direção, conselho escolar, professores, demais funcionários contratados, e eventos escolares são feitos por Polo, e transitam entre as escolas pertencentes desse agrupamento. Sendo que, cabe à diretora fazer este remanejamento e ao conselho escolar fiscalizar.

³⁵ O deslocamento dos alunos é feito por lanchas escolares e/ou por proprietários locais de barcos e rabetas que são contratados pela prefeitura.

A Escola Municipal São Benedito é a sede do Polo Silêncio. Este integra as comunidades do Centrinho, Cuecé e Matá. A escola possui as modalidades de ensino: educação infantil e o ensino fundamental completo (1º ao 9º ano). Os alunos do Centrinho e do Cuecé fazem o 6º ao 9º na Escola São Benedito. A Escola Reinaldo Xerfan (comunidade do Matá) também tem o ensino fundamental completo, e atende só os alunos dessa comunidade. Mas pertence ao Polo Silêncio no que se trata de direção e recursos financeiros.

As escolas das comunidades São José e Patauá do São José integravam o Polo do Silêncio até o ano de 2012. Atualmente a escola do São José tornou-se um Polo agrupando mais duas escolas que não estão em área quilombola. Segundo os coordenadores da AcorneCab, contrários a esta criação, a prefeitura o criou por estratégia para reaproveitar os recursos da merenda escolar para abastecer as escolas próximas ao São José que não são quilombolas. Pois, a merenda escolar tem um valor maior para as chamadas "escolas quilombolas", R\$0,60 por aluno quilombola e R\$0,30 por aluno não quilombola. Com a criação do Polo São José, o recurso da merenda do Polo Silêncio diminuiu bastante, pois perdeu cerca de 200 alunos.

Em 2013 havia ao todo no Polo do Silêncio 479 alunos e 26 docentes, conforme quadro abaixo. O quantitativo maior de alunos e docentes é a própria comunidade Silêncio.

Tabela 3 – Polo de Ensino Silêncio

<i>Comunidade</i>	<i>Nome da Escola</i>	<i>Nº de Alunos</i>	<i>Modalidade</i>	<i>Nº de Docentes</i>
<i>Centrinho</i>	E. M Raimundo da Silva	36	Ens. Fund. Anos Iniciais	3
<i>Cuecé</i>	E. M Osvaldo Cruz	49	Ed. Infantil/ Ens. Fund. Anos Iniciais	3
<i>Matá</i>	E. M Dr. Reinaldo Xerfan	116	Ed. Infantil/ Ens. Fund.	8
<i>Silêncio</i>	E. M São Benedito	278	Ed. Infantil/ Ens. Fund.	12
<i>Total</i>		479		26

Fonte: SEMED – Óbidos, 2013 - Elaborado pela autora (2014).

O quadro de funcionários é composto por professores, auxiliar administrativa, agentes de serviços gerais (ASG), merendeiras e vigias. Os funcionários são admitidos por Polos, em sua maioria são moradores oriundos das comunidades pertencentes ao respectivo Polo. Se há falta de professores efetivos, moradores que possuem segundo grau completo e/ou com magistério com interesse em ministrar aulas são contratados pela prefeitura. Previamente os interessados colocam seu nome na lista de espera na Secretaria Municipal de Educação. Não são realizadas provas de classificação. Quanto aos outros funcionários, algumas ASGs e merendeiras são concursadas. Os vigias e a auxiliar administrativa das escolas são cargos

comissionados, pelo menos é o que ocorre no Silêncio. Há casos em que a escolha é feita por indicação da diretora e ou do "representante da prefeitura" na comunidade.

Outras questões que envolvem o Polo no dizer dos moradores "dá sempre encrenca", principalmente na coordenação e planejamento de eventos escolares que prevê o agrupamento das escolas e das comunidades para sua realização. Acompanhei a preparação e o desfile em comemoração a Independência do Brasil, em que nas vésperas uma das escolas do Polo Silêncio se recusou a participar.

A escola é um dos equipamentos públicos mais importantes para os moradores das comunidades. Como também representa a presença da "política" no local. Isto é, as melhorias na escola, como os cargos comissionados são vistos como uma retribuição e reconhecimento dos votos conquistados pelos candidatos eleitos. No entanto, estes não conseguem atender a todos os seus eleitores. E cria-se dentro de uma mesma comunidade situações que acentuam conflitos já precedentes. Este é um caso observado na comunidade Silêncio, em que a escolha do local para a construção de um novo prédio para a Escola São Benedito trouxe à tona a divisão entre bairros de uma mesma comunidade, e o desejo por parte de alguns de desmembrar dois bairros do Silêncio para formar outra comunidade chamada Cabeceira do São Paulo.

Duas semanas antes de eu chegar na comunidade Silêncio, os coordenadores da Acornecab haviam realizado uma reunião com os moradores para definir o local da construção do novo prédio da "Escola Municipal São Benedito". Escola que é um dos Polos Educacionais do município de Óbidos, que atende os alunos do Silêncio, Cuecé, Centrinho, e integra em seu corpo diretivo a Escola Municipal da comunidade do Matá.

O clima era de tensão e divisão, perceptível, nos primeiros contatos com o Presidente 5 e com o coordenador de finanças em que diziam que eu deveria ter chegado um pouco antes para ver como as coisas [não] funcionam ou [não] estão tão organizados. Clima também sentido, na primeira reunião que acompanhei, no qual os representantes da Acornecab foram surpreendidos com o pedido de renúncia do Presidente 5.

Havia dois espaços reservados para construção do novo prédio da escola. Um deles no Centro I, aos fundos da escola existente, cedido pelo filho legítimo e herdeiro das terras do Sr. Albino. O outro, no Centro II, foi disponibilizado por descendentes dos primeiros habitantes da comunidade. Porém, como as terras estão em nome da Acornecab e não pode haver vendas, para executar a obra da escola a prefeitura precisava de um "termo de doação de terras" assinado pelo coordenador geral.

A proposta apresentada pela prefeitura de Óbidos era a construção de oito salas, um ginásio e a reforma da escola já existente no Centro I, totalizando treze salas de aula, o que seria na palavra do prefeito "*a maior escola das comunidades rurais de Óbidos*". No entanto, alguns moradores do Centro II e Cabeceira desejavam que a escola fosse construída no Centro II. Dentre as justificativas apresentadas estava a inexistência de equipamentos públicos no local, e o risco em época de cheia de às crianças passar a ponte que liga o Centro I ao Centro II. Assim, queriam a construção da nova escola no Centro II para atender as crianças do Centro II e da Cabeceira, e a reforma da escola do Centro I para as crianças do Centro I e do Tubiacanga.

Mesmo com a decisão prévia do prefeito, os coordenadores da Acornecab resolveram fazer uma reunião com os moradores do Silêncio para decidir a escolha do local de construção da nova escola. Para que assim fosse decidido o que seria melhor em conformidade com a maioria. E para também não levantar comentários de favorecimento do Centro I, já que o Presidente 5 reside nessa área e o vice-coordenador e o coordenador de finanças moram na área vizinha, Tubiacanga. Segundo os coordenadores e moradores a reunião foi conturbada, terminou com a agressão de alguns moradores do Centro II e da Cabeceira ao Presidente 5, pois para estes houve fraude na votação.

De acordo com alguns relatos, os coordenadores decidiram inicialmente que não iriam votar, mas quando viram que iam perder levantaram as mãos e elegeram o Centro I para a construção da escola nova, o que causou indignação nos demais. Além disso, o Presidente 5 foi acusado de ter decidido anteriormente com o prefeito o local da nova escola. Por outro lado, este justificou dizendo que não perderia o seu tempo e nem tinha o porquê reunir os moradores se ele já havia previamente decidido com o prefeito. O que havia feito anteriormente, era o pedido de liberação para a construção da escola, já que o recurso estava há dois anos disponibilizado pelo governo federal e ainda não havia sido executado pelo órgão municipal.

As crianças e adolescentes estavam correndo riscos, o prédio da escola estava com paredes rachadas, piso com buracos, e o telhado para cair. De acordo com a palavra do Presidente 5, os moradores deveriam agradecer e reconhecer "*eu não to puxando para o lado de A e nem de B eu estou puxando para o lado de C de comunidade, eu quero que as coisas aconteçam e não to pedindo nada em troca*" (reunião de prestação de contas, julho de 2013). E se lamenta da falta de reconhecimento e apoio dos moradores, e dos fuxicos de que ele estava querendo se meter em tudo.

Não era somente a possível divisão da comunidade do Silêncio que estava em pauta. O tal abaixo-assinado que circulava nas comunidades sobre a criação do município do Flexal e a possível divisão da “Área das Cabeceiras” tornou-se uma grande preocupação entre os coordenadores, ao saber que muitos moradores estavam assinando, sem saber as possíveis consequências que poderiam surgir deste processo. E novamente, sentiam-se desvalorizados pelos moradores por não procurarem saber o posicionamento da Acornecab enquanto a isso.

A repercussão da reunião na comunidade Silêncio sobre a construção da escola e os comentários a respeito do abaixo-assinado, foram entre outros motivos que contribuíram para o pedido de renúncia do coordenador geral na reunião de prestação de contas realizada com os outros representantes da Acornecab no dia 20 de julho de 2013. Ele queria apresentar uma "carta de renúncia" em Assembleia Extraordinária com todas as comunidades da “Área das Cabeceiras” no dia 24 de agosto de 2013.

O Presidente 5 estava sobrecarregado, não estava conseguindo conciliar as demandas vindas de “fora” – como reuniões e organização de documentação com agentes do Estado, Arqmob, Comissão Pró-Índio –, com as demandas internas: resolução de conflitos de limites territoriais entre famílias, construção da sede, emissão de declaração de residência e do Cadastro de Arrendamento Rural para os associados. Alinhado a tudo isso, havia suas demandas familiares: os cuidados com seu pai enfermo, atenção e ajuda nos serviços domésticos com sua esposa. Não sobrava quase tempo para o seu trabalho na roça e fabrico de farinha, afetando a situação financeira de sua família. Grande parte de suas despesas domésticas e pessoais eram pagas pela renda de sua esposa obtida através do trabalho como professora, das vendas de bolachas e bolos feitos nos torneios e brincadeiras, e do benefício do Bolsa Família.

No entanto, os outros coordenadores e conselheiros não aprovaram a decisão dele. Deram o apoio e alertaram a necessidade da sua permanência na coordenação, já que estava para ser assinado o quarto projeto habitacional e iniciar a construção da escola no Centro I. Caso ele renunciasse, poderia trazer mais dificuldades para coordenação e para as comunidades, devido ao atraso das construções das obras. Pois, toda vez que um novo gestor assume, tem que mudar a documentação da Acornecab, fazer Assembleia Extraordinária para eleição, redação da Ata, aprovação da Ata, e isso leva tempo.

O Presidente 5 decidiu permanecer sob a condição que os coordenadores e conselheiros ajudassem e participassem mais das atividades da associação. Uma vez que nem todos se fazem presentes nas reuniões mensais de prestação de contas. O que dificulta o

planejamento e discussão das atividades da Acornecab para o período, e o repasse de informações entre o Presidente 5 e representantes da coordenação de cada comunidade, e entre estes últimos com seus vizinhos, e vice-versa. Em outras palavras, nem sempre as demandas dos associados chegavam até o Presidente 5, e nem sempre as informações dadas pelo Presidente 5 aos outros representantes, chegavam aos associados. Vivia-se num impasse, o Presidente 5 queria ficar mais livre para ir atrás dos projetos para a “Área”, para conseguir viabilizar os já existentes e lutar por novos projetos. Mas, segundo ele, perdia muito tempo tentando resolver os problemas particulares de cada comunidade e entre as comunidades. Algo que para ele deveria ser solucionado pelos representantes de cada comunidade que integram a coordenação.

Desta reunião de prestação de contas realizada em julho de 2013, buscou-se como solução fazer reuniões em algumas comunidades ao invés de Assembleias Gerais ou Extraordinária com todos os moradores da “Área”. O objetivo era ter um diálogo mais direto com os associados, e principalmente reverter o modo que os projetos da Acornecab estavam sendo elaborados. Como alguns projetos listados por eles, como a Ambulancha, Sala de Informática e Sede da Acornecab, foram pensados a partir das propostas feitas pelos coordenadores, para atender todos os moradores da Área. A ideia agora, era não mais reproduzir a elaboração de projetos de cima para baixo. Ou seja, para os coordenadores, os associados não estavam dando o valor que achavam que a Acornecab merecia e não estavam conseguindo satisfazer o coletivo das onze comunidades. Assim, como estratégia pensou-se em conduzir reuniões em cada comunidade para conhecer os interesses de seus associados. A sugestão era que os mesmos fizessem uma lista dos projetos que gostariam para a comunidade, e a partir disso, os coordenadores iriam buscar parcerias, para que fossem conquistados e executados.

Mas não era só a questão do modo como os projetos vinham sendo elaborados que estavam em pauta. Outro ponto, no mesmo pé de importância, estava a avaliação dos associados nos chamados “*trabalhos da associação*”. Estavam propostos a discutir vários pontos. O primeiro deles, os associados deveriam avaliar os representantes da coordenação de sua comunidade e o Presidente 5. Outro era informar os associados sobre as atividades e os projetos feitos pela coordenação até o momento e os outros projetos implementados para a “Área”, sendo o projeto das casas, como vimos no outro tópico, o mais discutido. Um terceiro, sugerir que os associados elaborassem propostas para projetos que seriam lutados pelos coordenadores para cada comunidade e não mais para o “coletivo”. Discutir sobre o

abaixo assinado da criação do município do Flexal, e por fim, reforçar o pedido de apoio financeiro dos associados. Assim foram agendadas para o mês de agosto de 2013, três reuniões nas comunidades com o maior número de moradores: São José, Matá e Silêncio.

Em cada reunião havia uma expectativa diferente. Sobretudo, naquelas realizadas nas comunidades do Matá e do Silêncio. O Presidente 5, assim como o coordenador de finanças, estavam receosos com a reunião no Matá. Os idealizadores do abaixo assinado advindos da cidade, realizaram lá uma reunião sobre a criação do Flexal e era do Matá o morador que estava recolhendo as assinaturas nas três comunidades. No Silêncio estavam ansiosos por causa da última reunião conturbada sobre a construção da escola. Não sabiam o que ocorreria nesta, uma vez que as obras já haviam iniciado no Centro I. Já a comunidade do São José, é aquela que “*não tem o que se queixar*”, nos dizeres dos coordenadores. São José atualmente é a comunidade que mais arrecada mensalidades, e seus moradores são os que mais frequentam as reuniões e assembleias. Para o Presidente 5, é a comunidade mais unida entre as comunidades da “Área das Cabeceiras”. Por vez ou outra, é citada como exemplo. Na reunião com os moradores do Silêncio, o Presidente 5 destacou a união dos moradores de lá, ao dizer que não tinha dúvidas se colocassem em votação em que local seriam implementado algum projeto vindo de fora, a comunidade do São José “*ganharia de lavada*”. Não que lá, não tenha conflitos internos, mas parecem ficar menos aparente do que os existentes na e entre as comunidades do Silêncio e do Matá.

Além das expectativas, o Presidente 5 e o vice coordenador de finanças enfrentaram alguns imprevistos. O primeiro deles, a não realização da reunião com a comunidade do Matá na data que estava prevista. A princípio as reuniões em São José e no Matá seriam no mesmo dia³⁶, uma na parte da manhã e a outra na parte da tarde. Mas os conselheiros da Acornecab que vivem no Matá, não conseguiram avisar os associados. Algo que só foi comunicado para o Presidente 5 no sábado de manhã, antes de ir para a reunião na comunidade São José. Alegaram que tiveram dificuldades em avisar os associados, pois o Presidente 5 não havia encaminhado o “*edital de convocação*” para a reunião. A reunião do Matá foi então remarcada para o sábado seguinte na parte da manhã, pois a tarde já estava agendada na comunidade Silêncio. Os coordenadores preferiram fazer as reuniões primeiro na comunidade São José e

³⁶O dia escolhido para a reunião era um sábado. Todas as reuniões são feitas aos sábados, e de preferência pela manhã. Pois nos dias de semana a maioria dos moradores se dedica à roça, e aos domingos há as celebrações religiosas, torneios e brincadeiras em alguma comunidade.

no Matá para se sentirem apoiados quanto ao abaixo assinado e levar isso para o Silêncio, local onde os burburinhos sobre a divisão estavam mais alastrados.

Um outro imprevisto se deu pela ausência de alguns coordenadores e conselheiros fiscais na reunião na comunidade São José. Na reunião de prestação de contas em que houve o pedido de renúncia do coordenador geral, todos os outros coordenadores e conselheiros fiscais haviam concordado que se fariam mais presentes e participariam das reuniões com as três comunidades. Pois era o momento propício para que os associados pudessem observar a organização da coordenação e transmitir a força que tinham como associação. No entanto, na reunião de São José foram apenas o coordenador geral, o coordenador de finanças e seu vice, e a conselheira fiscal do São José. Algo que fez o Presidente 5 repensar novamente sobre a renúncia do seu cargo, e discuti-lo novamente com o restante da coordenação. Para ele a questão era a seguinte: se a própria coordenação não comparece nas reuniões, como os associados vão comparecer? Após reforçar a necessidade da presença de toda a coordenação da Acornecab, comparecem em maior número nas reuniões com as comunidades do Matá e do Silêncio.

Coincidência ou não, o número total de associados que compareceram nas reuniões é reflexo dos problemas entre a coordenação da Acornecab e as comunidades visitadas. Os próprios coordenadores previam que em São José haveria um número maior de participantes e no Silêncio não iriam aparecer muitos associados. E não deu outra. A reunião com a comunidade Silêncio foi a que contou com um menor número de participantes, no total 25. Na comunidade do Matá participaram cerca de 40 associados e na comunidade São José, 50 participantes. Ainda sobre os números do Silêncio, é preciso destacar que foram na reunião apenas 4 moradores do Centro II e 2 moradores da Cabeceira, ou seja, somente seis pessoas do “lado” que perdeu as eleições para a construção da escola. Enquanto, o “lado” que ganhou, foram 12 moradores do Centro I e 7 moradores do Tubiacanga.

É de praxe, em todas as reuniões, o Presidente 5 iniciar com o agradecimento a Deus e a presença de todos. Em seguida é lida a ata anterior e a pauta da reunião. Com o esclarecimento dos objetivos de estarem ali reunidos, o Presidente 5 cedeu a palavra para os associados avaliarem a coordenação e relatarem suas dificuldades para que os projetos para a comunidade elaborado pela coordenação da Acornecab fossem voltados para suprir estas necessidades. Em seguida, fez esclarecimentos sobre os projetos já em andamento e houve a discussão sobre a questão da cobertura da sede da Acornecab e do abaixo-assinado do Flexal.

Em médias as reuniões duram cerca de duas a três horas. Entre a reunião é servido uma “merenda”, bolachas e refrigerantes, enquanto o Presidente 5 continua sua fala.

A reunião com a comunidade Silêncio, diferentemente das outras comunidades, não seguiu a ordem dos pontos de pauta programados pelo Presidente 5. A pedido, um morador do Centro II sugeriu a ele, falar inicialmente sobre os projetos e atividades realizadas para a Acornecab, pois ele não poderia avaliar a coordenação, pois não sabia o que estava sendo feito. Como também, esse mesmo morador, sugeriu que não poderiam escolher os projetos para a comunidade Silêncio, pois poucas pessoas estavam presentes. E assim não foi proposto nada.

Já os moradores da comunidade São José e Matá relataram suas dificuldades com o abastecimento de água e de energia. O coordenador deixou claro, que não estavam prometendo que tal projeto que escolhessem iam vir para a comunidade, mas que iam lutar para conseguir resolver os problemas, com a parceria da prefeitura.

Tanto na reunião do Matá como no Silêncio questões dos mesmos problemas apareceram. Um deles, destacada na avaliação dos moradores é a questão do convite. Em cada comunidade há uma forma de convidar os associados. Em São José, o vice-coordenador de finanças e a conselheira fiscal passam de casa em casa, e reforçam o convite nas celebrações dominicais. No Matá, os conselheiros da Acornecab convidam os associados por meio do “edital de convocação”. Fazem cinco cópias do edital, o mesmo número de setores ou bairros da comunidade, e entregam na primeira casa do morador de cada setor, que fica encarregado de passar para o próximo morador, e assim por diante. E no Silêncio, os convites são feitos por meio de “bilhetinhos” entregues na escola para as crianças e adolescentes repassarem para seus pais. No Matá a justificativa dada pela coordenadora da comunidade é que o Presidente 5 não havia entregue a ela o edital de convocação. No Silêncio, os “bilhetinhos” foram com a data errada. A esposa do coordenador geral e a filha do coordenador de finanças passaram de casa em casa avisando.

5.3.1 Silêncio é Silêncio, e Matá é Matá!

Na reunião realizada pela Acornecab com os moradores da comunidade do Matá veio à tona o problema do limite que dividiria as comunidades do Silêncio e do Matá, a partir de um projeto de abastecimento de água feito pela Acornecab em parceria com a prefeitura, na época comandada pelo ex-prefeito, Jaime Silva. Uma associada, (nascida e criada no Silêncio,

bisneta de DiPolo) aproveitou o momento da avaliação e argumentou o motivo de sua casa não ter sido contemplada com a rede para o encanamento de água, já que sua casa ficava a poucos metros da última casa que recebeu tal benefício. A justificativa dada pelo Presidente 5, era que na época o projeto elaborado pela Acornecab era somente para a comunidade do Silêncio. A associada após se casar se mudou para o Matá. Segundo o Presidente 5, como ela fazia parte do Matá não poderia ser contemplada. Então, ela argumentou:

Só uma coisa na hora que você falou que a associação não é feita só para ganhar uma casa assim observando quando estamos em reunião, mas é cobrado dos sócios. Mas eu penso assim, a partir do momento que você se associou, que você paga, você também quer receber. Então naquela vez que a gente conversou sobre a água lá que a gente mora não sei se você lembra. Porque que a água não chegou lá para a gente? Daí você falou assim? Não porque vocês moram lá no Matá. Portanto tem de vir de lá. Mas se nós somos sócios e pagamos lá do Matá, mas o dinheiro arrecadado fica só numa associação. Portanto se tem direito lá no Silêncio aqui no Matá nós também temos, o pessoal aqui do Matá e do São José a gente também tem esse direito (transcrição reunião Matá, agosto de 2013).

Deu-se início há uma discussão. De um lado, o Presidente 5 tentou justificar que embora morasse no Silêncio, não era seu objetivo menosprezar as outras comunidades. O que acontece, segundo ele, como mora no Silêncio está a par dos problemas desta comunidade, o que facilita resolvê-los. Enquanto que os representantes da Acornecab na comunidade Matá, não haviam mencionado essa necessidade nas reuniões de prestação de contas.

Segundo o coordenador de finanças, mesmo através do projeto em parceria com a prefeitura, teve algumas partes da comunidade Silêncio que não foram contemplados. Alguns tubos para os encanamentos, diz ele, foram desviados pela prefeitura para cumprir pagamento de promessa eleitoral em outras comunidades.

A associada continuou dizendo que ficou chateada por ter ficado “fora” do projeto”, porque eles eram sócios do Matá e não do Silêncio. O Presidente 5 tentou se justificar novamente, transferindo a responsabilidade como um problema da prefeitura, não da associação. Segundo ele, se incluíssem os que residem no Matá, a Prefeitura saberia que não eram moradores do Silêncio e não disponibilizariam nem para uma nem para a outra.

Presidente 5: Se eu chegar lá com documento e chegar pedindo para o Silêncio ou para o Matá e eu incluir o Silêncio lá eles sabem eles vão dizer mais como? Tu tais pedindo para o Silêncio e aqui tem o pessoal do Matá? Não... **Matá é Matá e Silêncio é Silêncio.**

Sócia do Matá: Mas o morador X fica lá no Silêncio?

Presidente 5: Sim

Sócia do Matá : Mas qual é a divisa?

Presidente 5: É isso que a gente não entende [todos começam a falar ao mesmo tempo]. Gente é isso que nós precisamos ouvir.

Sócio do Matá: No morador X até a casa dela é só quase um 100m agora, da casa dela para chegar aqui tem quase mais de 500 m.

Presidente 5: Mas olha gente é isso que nós vamos precisar sentar para gente resolver. É como eu falei se você diz, *que é isso, você tem que assumir*. Vocês sabem porque que eu estou dizendo isso? Porque tem esse negócio daí, que a associação... tu falou tá certo... que o dinheiro é arrecadado para tudo, mas olha só se eu dizer assim tu mora lá no Silêncio? Tu vai dizer não. Se alguém te perguntar onde tu mora? Você vai dizer lá no Matá. Nós temos que sentar e ver como que podemos fazer para que não tenha diferença entre Silêncio e Matá e vice-versa. Porque nós não somos uma área só? Mas nós temos que saber isso, a gente precisa saber. Porque olha só, quando eu falo assim do Matá é do Matá, Silêncio é do Silêncio. Se quando a gente vai fazer documento que a gente vai requerer, a gente tem que fazer projeto é assim é A e B, nós não podemos misturar A e B numa situação dessa daí. Não podemos misturar, mas podemos misturar de outra forma. Eu vou adiantar logo para vocês, nós fizemos um projeto para uma Ambulancha. Segundo o Deputado Junior Ferrari ele garantiu para nós que essa Ambulancha vai estar chegando daqui para dezembro. Ela não vai atender só o Silêncio não, ela vai atender as comunidades da “Área” toda. Quando nós fizemos um projeto para “Área” é para “Área”. Quando nós fizemos um projeto para comunidade é para comunidade. Eu não to discriminando, por favor! Entendam, isso nós temos que sentar. Vamos ver onde nós podemos considerar Silêncio e Matá. Porque se eu fizer um documento para o Silêncio e entrar gente do Matá o projeto vai ser barrado. Gente eu não to mentindo se vocês quiserem vamos fazer isso aí para ver se passa (transcrição reunião Matá, agosto de 2013).

Muitos ressaltam, principalmente o coordenador da associação, que esse problema não é da associação. Mas, sim, dos moradores, que não assumem morar onde moram. E, dos órgãos governamentais, como os representantes da energia elétrica, Inkra, prefeitura. Estes, segundo o Presidente 5, “*não procuram saber exatamente onde é a divisão da comunidade*”, e diante dessa situação, diz que ele mesmo iria investigar o local exato da demarcação para não criar mais conflitos entre o Silêncio e o Matá. E conclui:

nós não podemos separar. Pois somos uma área só! Mas, lá no município eles dividem. Mesmo que a gente não queira, mas eles dividem. Então, não é culpa nossa dizer que nós estamos com preconceito. Puxando para o lado daqui ou do lado dali. Mas é uma realidade que nós temos que dançar conforme a música” (transcrição reunião Matá, agosto de 2013).

Não é só no momento de reunião que essas questões surgem. Em uma "brincadeira" num bar do Matá, um morador do Silêncio matou um morador do Matá, em razão de rixas antigas envolvendo familiares, o que acirrou ainda mais as diferenças entre as duas comunidades. Por um bom tempo os jovens evitaram ir à comunidade que não era a sua. Por esse motivo, a comunidade do Matá não desfilou no dia 02 de outubro, data do desfile de sete de setembro. O fuxico, entretanto, era de que queriam desfilarem no dia 07, porque estavam

prontos, enquanto o Silêncio não estava preparado, o que resultou no adiamento do desfile para o dia da emancipação do município de Óbidos.

No dia 15 de agosto de 2013 estive com moradores da comunidade Silêncio em uma festa na comunidade do Apuí, em celebração à padroeira da comunidade, Santa Maria. Nas festas de santo é costume a realização de leilões de bolos, galinhas, e outros prêmios arrecadados pelas "Misses" da festa. Os moradores de cada comunidade também se juntam para arrematar os prêmios. É um momento visível de disputas entre as comunidades, onde nenhuma quer perder para a outra, e chegam mesmo a arrecadar dinheiro nas celebrações para gastar nestes eventos. Chegamos e o leilão já estava acontecendo. Quando um morador do Silêncio foi dar seu primeiro lance, o locutor do leilão havia falado que tinha saído um lance para o pessoal do Silêncio do Matá, o que de imediato as pessoas que estavam envolta gritaram vivamente que era só Silêncio. O mesmo aconteceu quando um morador do Matá deu o lance e o locutor repetiu o mesmo erro, que fez que os moradores do Matá respondessem rapidamente que era só Matá. Nesta festa, fica claro que o nome das comunidades e a demarcação de seus territórios poderiam ser resumidos na máxima corrente que "Silêncio é Silêncio e Matá é Matá".

A partir da descrição dessa situação podemos fazer algumas reflexões a respeito daquilo que afeta a vida na comunidade Silêncio e entre comunidades, e como tal se repercute na organização de uma Associação, que se prevê em tese integrar todas elas em um único território.

Sobre a extrema das duas comunidades há duas explicações. Uma que parece ser consensual para grande parte dos moradores de ambas as comunidades e para a prefeitura: a divisa fica na casa onde morava o Sr. Wilson Marinho (filho do Sr. Felinto e amigo do Sr. Albino). Porém, a viúva dele está registrada na comunidade Silêncio, na Relação de Beneficiários do Incra. Segundo alguns informantes, foram cadastrados em RB pelo Silêncio *"não pelo fato de eles pertencerem para lá"*, mas pelo fato de que o Sr. Wilson não estava presente no momento. *"O desejo dele era até ser individual, diz a conselheira fiscal do Matá e trabalhou alguns anos casa do Sr. Wilson, quem respondeu por ele, foi um filho que tinha terreno na área do Silêncio"*. E assim colocaram o terreno dele como pertencente ao Silêncio. A esposa do Sr. Wilson é cadastrada para ser atendida pelo agente de saúde do Silêncio. Tal razão é porque ela, não fala com seu sobrinho que é o agente de saúde do Matá.

Outros moradores consideram o Matá, a partir da casa de um descendente do Sr. Severiano. Segundo a conselheira fiscal do Matá, o Sr. Wilson Marinho comentava que ele

tinha um documento em que a divisa era na cerca desse descendente. Ao perguntar para este senhor onde ele morava, me respondeu: "*Eu não me reconheço como Silêncio. Eu sou do Matá. Sabe como é política, né? Política é uma desgraça, criou uma complicação aqui na comunidade*".

Não há uma simples e única justificativa para este conflito em torno do Silêncio e o Matá, vários são fatores que envolvem a questão nomeação do território e ocupação do território, as formas de identificação de cada comunidade e de cada área interna a cada comunidade, e por fim, a política.

Do lado do Silêncio, os moradores dizem que o Matá é um povo "*banha*", "*pavulento*", o que tem o mesmo significado de que "*se acham mais do que são*". Outra queixa é que o povo do Matá não queria ser "quilombolas", e só aceitaram quando ficaram sabendo que teriam benefícios. Vejamos um fragmento de uma entrevista realizada com um morador da comunidade do Silêncio,

o pessoal de lá, não é querer falar não, eles são, eles querem ser muito o que eles não são. Eles querem demonstrar. E é assim eles sempre querem ser melhor do que os outros. Se tu for lá na comunidade deles você vê que eles são um pouco diferentes. Se eles tão no ajuntamento assim, eles passam por perto de ti parecem que eles nem dão bola, nem te conhecem. Lá no Matá, eu ando ali, poucas pessoas eu falo ali porque tem vez que a gente fala nem sempre eles respondem, e tudo quase são meus parentes (entrevista concedida em outubro de 2013).

Por outro lado, os moradores do Matá acham os moradores do Silêncio muito "*festeiros e individualistas*". Também dizem que eles tem "*problemas em assumir sua identidade*". Dizem que moram no Matá, quando na verdade são do Silêncio. Também comentam que o Silêncio recebeu alguns benefícios que na verdade eram da comunidade do Matá. Um exemplo seria a torre de telefone. Segundo a conselheira fiscal do Matá, quando o técnico veio instalar a torre, pararam primeiro no Silêncio. Ao perguntar para um morador onde era o Matá, falou que era ali mesmo. Assim diz a conselheira:

Em relação ao Silêncio em relação ao Matá porque eu sempre digo se eu me chamo X, eu não vou querer que me chame de Y. Eu expliquei para o Presidente 5 uma vez, eu recebi uma carta do dono do barco do Matá. E essa carta vinha destinado ao interlocutor 2. Eu não sei se ele se lembra disso, faz uns 3 ou 4 anos. Na carta vinha o nome completo dele e o endereço como Silêncio do Matá. O dono do barco me entregou perguntando se eu conhecia. Eu disse que não. Porque quem conhecia daqui não era. Nisso a professora do Silêncio chega, e nós fomos conversando e ela pegou a carta e disse que a carta era do interlocutor 2. Eu disse porque mandaram para o Matá? Porque Matá se ele é do Silêncio? Daí ela me respondeu não tem nada haver. Eu disse tem. Porque se meu nome é X, eu não vou querer que me chamem de Y. Vocês sabem o que significa isso? A nossa verdadeira identidade. Então se nós

procurarmos usar a nossa verdadeira identidade ali Silêncio é Silêncio. Como ele (Presidente 5) cansou de explicar para eles lá. Silêncio é Silêncio e Matá é Matá. Então, por conta disso, é que as coisas caem errado. Caem no lugar errado. Mas nós vamos procurar descobrir aonde realmente é o Matá. Porque olha, onde é a extrema nós vamos ficar encarregado de descobrir aonde é a extrema (transcrição reunião Matá, agosto de 2013).

Talvez a chave central para o início deste conflito seja a própria definição ou delimitação do território propostas por pessoas “de fora” das comunidades. Percebe-se que cada bairro foi formado através de um dos primeiros ocupantes e ali foram constituindo seu território. Havia o Silêncio que abrangia o Tubiacanga e o Centro I, a Cabeceira do São Paulo, o Matá de Baixo (que hoje é o Centro II) e o Matá de Cima (que hoje é só o Matá). Com a sugestão de pessoas de “fora” da comunidade uniram todos a princípio como Silêncio do Matá, e depois dividiram o que era Silêncio e o que era Matá, e por fim, dividiram as comunidades em bairro. E parece que este conflito entre as comunidades teve início após o falecimento das duas até então “autoridades” das comunidades: o Sr. Albino no Silêncio e o Sr. Wilson no Matá. Eles “mandavam e desmandavam” nas comunidades. Vejamos relatos de um “filho de criação” do Sr. Albino:

Antigamente era difícil ter essa rivalidade. Ela vem de juventude. Mas nós tínhamos uma chegada mais junto. Até porque o Silêncio antes, a maioria do registro aqui era Silêncio do Matá. Pode pegar qualquer registro. Porque é assim de um certo tempo para cá, depois que começou a ver essa separação Centro I, Centro II, Tubia. Dai já não querem também, Matá é Matá e Silêncio é Silêncio. Antes ou era Silêncio do Matá ou era Matá de cima, entendeu porque ficava aqui para cima. Então já essa rivalidade e hoje essa rivalidade acho que vão morrer por causa desse negócio ai, vão para lá já brigam quando vem para cá brigam. Mais é o povo mesmo que está fazendo isso. Existia uma união muito grande aqui. Ai então o seu Wilson que dali para o Wilson para baixo é Matá. Então ele comandava dali para lá. E o Velho Albino já comandava esse pessoal para cá. Esse pessoal daqui ele pegava e todo mundo ia com ele (entrevista concedida em novembro de 2013).

O falecimento dos dois coincidiu com o mesmo período da mobilização em torno do art. 68 e da constituição da Acornecab. E desde então, a Acornecab vem tentando principalmente desde 2010, com um coordenador “Filho do Silêncio” ter essa autoridade que os dois tinham, mas que ainda não é reconhecida pela maioria dos moradores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando eu estava na fase de pesquisa bibliográfica para a qualificação do meu projeto de dissertação a maioria das etnografias que li se concentravam no processo de mobilização e titulação das comunidades em torno da categoria “comunidades remanescente de quilombos”. A cada leitura que eu fazia me questionava sobre o “e agora? Como estão essas comunidades? O que as Associações – instituídas com o objetivo principal de receber o título de suas terras – estão fazendo após este processo? Com quais outros projetos governamentais foram contemplados? E como isso tem sido recebido e coordenado?”

E foi com esses questionamentos que fui ao Silêncio. Minha ideia sempre foi mostrar a realidade do que efetivamente estava acontecendo pós-titulação. Descrever os projetos governamentais inscritos numa política pública específica para os “quilombolas”. Que como vimos no decorrer do capítulo cinco não é tão específica assim.

Mas ao chegar no Silêncio como tudo era tão novo para mim, e como fui bem recepcionada em todos os setores, eu não consegui focar só em um fato. Pois várias questões e possíveis objetos de pesquisa iam surgindo no decorrer do tempo que estive lá. E cada questão merece uma dissertação sobre. Isso foi ao mesmo tempo bom e ruim. O lado bom é que consegui ter uma visão do todo. Ao mesmo tempo em que eu estava na roça ou descascando mandioca, estava nas festas, estava nas reuniões e em conversas com os coordenadores do Aconecab. E o lado ruim foi que apesar de ter muitas informações, muitos dados, não consegui processar e escolher algo específico para eu me aprofundar e a partir disso fazer todas as ligações possíveis. Por isso no capítulo quatro procurei descrever um pouco sobre algumas questões encontradas que merecem ser aprofundadas e refletidas em um projeto futuro ou fica como sugestões para outros pesquisadores. Por exemplo: o sistema de trocas entre pagar e ganhar visitas que ocorre nas produções de farinha, nos torneios de futebol, nas festas e brincadeiras; as relações de parentesco: como os filhos legítimos se relacionam com os filhos não legítimos; como os pais e mães se relacionam de forma diferente com os dois tipos de filhos; como se “amigam” e como se processa a troca de parceiros; e até que ponto consideram-se parentes de fato ou não. Nas relações sociais temos a questão da amizade em que uns são os “considerados” em contraponto com os “garantidos”. Há a questão da “comunicação do olhar” em que muitas mulheres se falam através de olhares ou através das crianças e adolescentes. Seria interessante acompanhar a organização de uma Festa de Santo e ou de Clube para refletir sobre a organização social do Silêncio. Embora cada bairro seja um

território que está estritamente ligado com um dos primeiros habitantes do Silêncio são nesses eventos que os quatros bairros se unem em uma comunidade. E uma questão estritamente importante que talvez eu não tenha dado tanta ênfase e que pode ser um ponto de partida para pensar essa divisão entre bairros e para pensar a organização social do Silêncio, é o xamanismo. Há dois curadores que são procurados pelos moradores, um tem sua *banca* no Centro II e outro tem um *terreiro* em Curuá. E quem frequenta um não aceita que procure o outro. E a explicação para as “*coisas não darem certo*” para os moradores, para a comunidade e para a própria Acornecab advém dos trabalhos dos curadores.

Certa vez voltando da cidade para o Silêncio, o Presidente 5 me perguntou se eu acreditava em Deus. Respondi que embora eu não frequentasse nenhuma religião, acreditava sim que poderia existir algo maior que nos ajudasse a governar nossa vida. E ele disse que acreditava que havia dois deuses. Um Deus do Céu e o Deus da Terra. O Deus Terra seria o curador que foi enviado pelo Deus do Céu para ajudar as pessoas. E fez uma ligação com a Acornecab. Quando fazem o trabalho com o curador e este passa remédios e banhos de limpeza, as atividades ligadas a Acornecab iam bem, os associados frequentavam as reuniões, pagavam as mensalidades, recebiam notícias boas sobre os projetos. Mas quando deixavam de ir ou não tinham dinheiro para comprar os remédios, tudo ia mal, nada fluía, os associados só reclamavam, e os projetos não saiam.

Quanto a Acornecab seria interessante acompanhar os coordenadores em épocas de eleições municipais, para ver como fazem essa coordenação, quais as ligações com os políticos locais, se há oposição entre os bairros ou entre comunidades nas escolhas dos candidatos e como tudo isso repercute antes, durante e após o pleito.

Outra coisa que não sei se consegui deixar bem claro no decorrer na dissertação, mas que merece ser estudado melhor, é a questão do pertencimento e divisão, e sua ligação do micro ao macro. Por exemplo, no Silêncio tem a divisão entre bairros em que uma parte quer formar outra comunidade. Mas ao mesmo tempo quando estão em relação com outras comunidades, se unem. A mesma coisa acontece a nível de Área das Cabeceiras, embora esteja toda fragmentada se por exemplo estão em relação com as outras comunidades quilombolas do município, elas se juntam e se defendem como “Área”. Isso também acontece a nível municipal. Em que Óbidos tem rixa com Oriximiná, mas se for para escolher uma região do Pará para trazer algum projeto, como exemplo, se juntam para que venha para a

Região da Calha Norte. E a nível estadual temos como exemplo o plebiscito da divisão do Estado em três.

Por fim, quero deixar minhas considerações finais sobre a relação entre o Estado e os Quilombolas que leva o título dessa dissertação.

Como já falado nos capítulos anteriores, a categoria “comunidades remanescentes de quilombos” é uma criação do Estado, e as comunidades ao serem reconhecidas como tais, ficam sujeitas ao modo de gestão e ingerência do Estado, principalmente por meio das Associações Comunitárias. Sendo uma exigência para deter uma “personalidade jurídica” que detém o título de posse coletiva e é ela obrigatória para o repasse de recursos, e assim para o acesso aos benefícios das políticas públicas.

As associações, direta ou indiretamente, passaram a adotar certa postura similar ao que o Estado e seus agentes normatizam e praticam. E vimos que nem sempre os associados correspondem aquilo que seus coordenadores desejam. Há uma certa resistência em aceitar e seguir certos padrões que vêm de “fora”, típicos de um modelo de organização estatal. Há um estatuto que rege os direitos e obrigações dos associados, mas que fica só no papel. Há uma coordenação para representar os interesses dos comunitários e negociar com agentes externos, que tem dificuldade de se legitimar perante aos associados e aos representantes do poder público. Há um conselho para receber as mensalidades e fiscalizar as ações dos coordenadores. Há as Assembleias Gerais e Extraordinárias que são espaços de discussões em torno das demandas e problemas comunitários, mas que muitas vezes se tornam em discussões de problemas particulares e individuais. Isso e mais outros procedimentos é que têm se buscado instituir em um conjunto de comunidades que até então tinha seus próprios modos de se organizar politicamente.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Rosa, CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: Guardiões de matas e rios**. Belém: Cejup / UFPA – NAEA, 1998.

ACEVEDO, Rosa, CASTRO, Edna. Mobilização Política de Comunidades Negras Rurais: Domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos do NAEA**, vol. 2, nº 2, 1999. p. 73-106. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3131/1/Artigo_MobilizacaoPoliticaComunidades.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2013.

ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Orgs.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana. Estudos de Antropologia Social**, vol.7, no.2, 2001, p. 7-33.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da transição: o Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965-1988). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **Projeto Calha norte: militares, índios e fronteiras**. Rio de Janeiro: PETI, Museu Nacional, 1990. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-intransitivo-da-transicao-conflitos-agrarios-e-violencia-na-amazonia>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'Dwyer, E. C. (org.) **Quilombo: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **R.B Estudos Urbanos e Regionais**, vol.6, nº.1, 2004. Disponível em: <http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nas Bordas da Política Étnica: Os quilombos e as políticas sociais. In: **Boletim Informativo NUER/ Núcleo de Estudos sobre Identidade e Relações Interétnicas**. Florianópolis, vol.2, nº.2, 2005. Disponível em: http://nuer.ufsc.br/files/2014/04/w-wsptjzrurz_boletim_nuer__2.pdf. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 /Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ANDRADE, Lúcia. “Os quilombos da Bacia do Rio Trombetas”. In: O' DWYER, Elaine C. (org.) **Terra de Quilombos**. Associação Brasileira de Antropologia, 1995

ARRUTI, José Maurício. A Emergência dos “Remanescentes”: Notas para um Diálogo entre Indígenas e Quilombolas. **Mana**. Rio de Janeiro, vol. 3, n.2, out. 1997. p. 07-38. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131997000200001. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo** – antropologia e história do processo de formação quilombola. São Paulo: Edusc, 2006.

ARRUTI, José Maurício. Políticas Públicas para Quilombos: terra, saúde, educação. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos_convergentes.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

BARTH, F. **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica, 1976.

BHABHA, Homi K. **Interrogando a identidade**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998, p. 70-104.

BEZERRA NETO, José Maia. **Escravidão negra no Grão-Pará (sec. XVII-XIX)**. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Decreto nº 4.887**, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, Diário Oficial da União, 21 nov. 2003.

BUTI, Rafael Palermo. **A-cerca do pertencimento: percursos da comunidade Invernada Paiol de Telha em um contexto de reivindicação de terras**. Florianópolis, Dissertação de Mestrado, 2009, UFSC.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso. **Curumins e cuiantãs do Matá: Trabalho infanto-juvenil e modo de vida na Amazônia**. Belém: UFPA: Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Dissertação de Mestrado em Sociologia-2002.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso. **A Constituição Local: direito e território quilombola em Bairro Alto, Ilha do Marajó, Pará**. Florianópolis: UFSC, PPGAS. Tese de Doutorado em Antropologia Social 2008.

CARDOSO; Luis Fernando Cardoso; SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria. Direitos Entrelaçados: Práticas jurídicas e território quilombola na Ilha do Marajó-PA. **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 2011. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306867460_ARQUIVO_DIREITOSENTRELACADOS.pdf. Acesso em: 05 de setembro de 2012.

CARDOSO, José C.; JACCOUD, Luciana. Políticas Sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 181-260. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5599. Acesso em: 05 de setembro de 2012.

CARVALHO, José J. A experiência histórica dos quilombos nas Américas e no Brasil. In: CARVALHO, José, J. **O quilombo do Rio das Rãs** (org), 1996.

CARVALHO, Franklin Plessmann de. A Identidade de Fundo de Pasto: etnicidade em questão. In: III Reunião Equatorial de Antropologia (Rea)/ XII Reunião de Antropólogos Norte E Nordeste (Abanne), 2011, Boa Vista. **Anais REA III ABANNE XII**, 2011.

CHAGAS, Miriam de Fátima. A política de reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos". In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS/IFCH, nº15, 2001. p. 209-235. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832001000100009. Acesso em: 11 de janeiro de 2013.

CHAVES, C. A. **Antropologia da Política: tramas e urdiduras de um novo campo de pesquisa**. Anuário Antropológico, vol. 2002/3, 2004, p. 375-388.

CHAVES, C.A. **Etnografia de um campo de disputa: territorialidade, direito e comunidades quilombolas no Paraná**. In: Reunião Equatorial de Antropologia / X Reunião de Antropólogos Norte-Nordeste, 2007, Aracajú. Reunião Equatorial de Antropologia / X Reunião de Antropólogos Norte-Nordeste, 2007

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade Contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

CEBs. **Comunidades Eclesiais de Base**. Blog. Disponível em: cebase.blogspot.com.br/2008/03/comunidades-ecclesiais-de-base.html?m=1). Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

COSTA, Rita de Cássia Pereira. **“Como uma comunidade”**: formas associativas em Santo Antonio/PA – imbricações entre parentesco, gênero e identidade. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

CUNHA, Olivia. M. Gomes da. Depois da Festa: movimentos negros e políticas de identidade no Brasil. In: Escobar, Arturo; Danigno, Evelina; Alvarez, Sonia. (Org.) **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs. Trad.: Peter Pál Pelbart. São Paulo, Ed. 34, 1997.

EVANS-PRITCHARD, Edwar. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra, nº 63, 2002, p. 07-20. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/63/RCCS63-Nancy%20Fraser-007-020.pdf>. Acesso em: 16 de agosto de 2012.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-

socialista". **Cadernos de campo**. São Paulo, nº 14/15, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109>. Acesso em: 16 de agosto de 2012.

FUNES, Eurípedes. **Áreas das Cabeceiras Terras de Remanescentes**: Silêncio, Matá, Castanhanduba,, Cuecé, Apuí e São José. São Paulo, agosto de 1999. Disponível em: <http://www.cisp.org.br/comunidades/pdf/cabeceiras.pdf>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

FUNES, Eurípedes. "Nasci nas matas, nunca tive senhor" – História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

FURTADO, Lourdes Gonçalves . Origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia: contribuições para projeto de estudo pluridisciplinar. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, vol. 1, n. 2, maio-ago. 2006, p. 159-172. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v1n2/v1n2a13.pdf>. Acesso em: 15 de julho de 2012.

GALVÃO, Eduardo. **Santos e visagens**: um estudo da vida religiosa de Itá, Baixo Amazonas, São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

GOLDMAN, Márcio. Uma teoria etnográfica da democracia: a política do ponto de vista do movimento negro de Ilhéus, Bahia, Brasil. **Etnográfica**, vol. IV (2), 2000, p. 311-332.

GOLDMAN, Márcio . **Como funciona a democracia**. Uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2006.

GOLDMAN, Márcio . Histórias, devires e fetiches das religiões afro-brasileiras: ensaio de sinterização antropológica. **Análise Social**, vol. XLIV (190), 2009, p.105-137. Disponível em: [analisesocial.ics.ul.pt > documentos](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos). Acesso em: 20 de janeiro de 2013.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. O Direito Quilombola e a Democracia no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília: ano 50, nº 199, jul-dez 2013. p. 303-320. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/199/ril_v50_n199_p303.pdf. Acesso em: 11 de janeiro de 2013.

GUSMÃO, Neusa. A questão política das chamadas "Terras de Preto". **Textos e Debates**. Florianópolis: NUERIUFSC, ano I, n. 2, 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/126236/Textos%20e%20Debates%20No%202.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 15 de julho de 2012.

HARRIS, Mark. Uma história de nomes: a alcunha, o primeiro nome e o apelido no Pará, norte do Brasil. **Etnográfica**, maio de 2008, 12 (1): 215-235. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1672>. Acesso em: 10 de janeiro de 2013.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: TADEU DA SILVA, Tomaz (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000.

HARTUNG, Miriam. Saberes reversos, ou o difícil diálogo entre saberes “tradicionais” e poderes estatais: o processo de identificação e delimitação do território da comunidade negra Invernada Paiol de Telha (Paraná, Brasil)”. **Antropologia em Primeira Mão**, Florianópolis, vol. 115, 2009.

HARTUNG, Miriam; SANTOS, Tiago; BUTI, Rafael. **Relatório Antropológico de caracterização histórica, econômica e sócio- cultural**. Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telha. Florianópolis: UFPR/UFSC/Incrá, 2008.

HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009.

HERÉDIA, Beatriz Alasia de. Política, Família, Comunidade. In PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.). **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 240 p. 57-72, 1996.

HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2014.

LACERDA, Paula Mendes. Movimentos sociais na Amazônia: articulações possíveis entre gênero, religião e Estado. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**. Belém, vol. 8, nº. 1, p. 153-168, jan.-abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v8n1/v8n1a09.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2014.

LANNA, Marcos. As Sociedades Contra o Estado Existem? Reciprocidade e poder em Pierre Castres. **Revista Mana**. Rio de Janeiro, vol. 11, nº 2, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200004. Acesso em: 15 de julho de 2012.

LEACH, Edmund. **Sistemas Políticos Na Alta Birmânia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Revista Etnográfica**. Portugal, vol. IV, nº. 2, 2000, p. 333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf. Acesso em: 25 de junho de 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 16, nº.3, p. 965-977, set./dec. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2008000300015&script=sci_arttext. Acesso em: 25 de junho de 2012.

LITTLE, Paul E. Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização. **Textos de história** 2(4): 5-25. Brasília, 1994. Disponível em: periodicos.unb.br/ojs248/index.php/textos/article/download/5757/4764. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. IN: **Anuário Antropológico 2002-2003**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2003. p. 25 -290. Disponível em: www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/.../2002-2003_paullittle.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.

LEVY, Charmain. Influência e contribuição: a Igreja Católica progressista brasileira e o Fórum Social Mundial. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº. 2, 2009, p. 177-197.

LIMA, Deborah de Magalhães. A Construção Histórica do Termo Caboclo. Sobre a estrutura de representações sociais no meio rural amazônico. **Cadernos do NAEA**, vol. 2, nº. 2, 1999.

MARQUES. Carlos E. De Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico. **Revista de Antropologia**. São Paulo: USP, vol. 52, nº. 1, 2009. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ra/v52n1/a09v52n1.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2012.

MAUÉS, R. H. Comunidade no “sentido social da evangelização”: CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia oriental brasileira. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, vol. 30, nº. 2, p. 13-37, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872010000200002&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAYBURY-LEWIS, David. Vivendo Leviantã: Grupos Étnicos e o Estado. Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1985. Anuário Antropológico/83

MINISTÉRIO DA CULTURA. Fundação Cultural Palmares. **Cadastro de Informações Quilombolas**, 2013. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=48027>. Acesso em: 16 de janeiro de 2014.

MONTERO, Paula; ARRUTI, José M.; POMPA, Cristina. Para uma antropologia do político. **Horizonte da política – questões emergentes e agendas de pesquisa**. 2012. Disponível em: http://www.academia.edu/2455734/Para_uma_antropologia_do_pol%C3%ADtico. Acesso em: 20 de fevereiro de 2014.

MÜLLER, Cíntia B. Ser camponês, ser "remanescente de quilombos". **Ilha**. Revista de Antropologia (Florianópolis), vol. 07, 2005, p. 29-44.

NASCIMENTO, Ivete. Tempo da natureza e tempo do relógio: tradição e mudança em uma comunidade pesqueira. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, vol. 11, nº. 1, 1995, p. 5-18.

O' DWYER, Elaine C. “Remanescentes de Quilombos” na Fronteira Amazônica: A Etnicidade como Instrumento de Luta pela Terra. In: O' DWYER, Elaine C. (org.) **Terra de Quilombos**. Associação Brasileira de Antropologia, 1995.

O' DWYER, Elaine C. Os quilombos do Trombetas e do Erepecuru-Cuminá. In: O'Dwyer, Elaine. C. (org.) **Quilombo: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

O' DWYER, Elaine C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'Dwyer, Elaine. C. (org.) **Quilombo: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Martins Osvaldo. **Projeto Político em um Território Negro: A Comunidade de Retiro, Santa Leopoldina – ES**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2005 – Tese de Doutorado.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011.

Disponível em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf. Acesso em: 14 de fevereiro de 2014.

PIRES, M. **Tipos de Vegetação da Amazônia**. Publ. Avul. Goeldi. Belém: 1973. 20: p. 179-200.

RAFAEL, Antônio. “Segmentaridade e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro”. Alceu. **Revista de Comunicação, Cultura e Política**, vol. 2, nº2, 2001.

REIS, João José; GOMES, Flávio Santos. ‘Introdução – Uma história da liberdade’ In REIS, João José; GOMES, Flávio Santos. **Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

REIS, Arthur César Ferreira. **História de Óbidos**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1979.

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sob o regime da escravidão**. 2ª Ed. Brasília/Belém: Ministério da Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”, 1988.

SANTOS, Márcio Andre. Política Negra e Democracia no Brasil contemporâneo: reflexões sobre os movimentos negros. In: PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (org.). **Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. . Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos_convergentes.pdf. Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Marcelo K; MARQUES, Paulo E. M. **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil**. Porto Alegre: Ufrgs, 2004.

SILVA, Maria Ivonete Coutinho da. **Mulheres migrantes na transamazônica: construção da ocupação e do fazer política**. 2008. 374 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. Ancestralidade e Contemporaneidade de Organizações de Resistência Afro-Brasileira. In: T. Fischer (ed.), **Gestão Contemporânea**. Cidades Estratégicas e Organizações Locais. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1996, pp. 133-149. (SANTOS, 2009, p. 06).

SOUZA, Inglês de. **O coronel sangrando: cenas da vida dos Amazonas**. Belém: UFPA, 1995

TAVARES, Maria Goretti da Costa. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes a criação dos municípios. **Revista ACTA Geográfica**. Boa Vista, ano 3, vol. II, jan/jun 2008, p. 59-83. Disponível em: <file:///C:/Users/Desenvolvimento/Documents/Downloads/204-1374-1-PB.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2013.

TAYLOR, Charles. et alli. (org). **Multiculturalismo**. Trad. Marta Machado. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombos: caminhos e entraves no processo de titulação**. Paraná: MPPR, 2006. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2013.

TRINDADE, Joseline Simone Barreto. Nós, quilombola? A construção da identidade quilombola a partir dos levantamentos de comunidades negras rurais no Estado do Pará. In: **Observatório Quilombola**. Disponível em: <http://www.koinonia.org.br/oq>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2013.

VIEIRA, Daniel H. C. **Folia de São Benedito: um estudo de mudança em uma manifestação religiosa na comunidade do Silêncio do Matá**. Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2008.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. Etnologia Brasileira. In. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. In: MICELLI, Sérgio (Org.). 2 edição. São Paulo: Editora Sumaré; Brasília: ANPOCS/CAPES, 1999.

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. **Mana**, vol. 8, nº.1, p. 113-148, 2002.

SITES CONSULTADOS:

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária:
<http://www.incra.gov.br/index.php/acesso-a-informacao>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada:
http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=278.
- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social: <http://www.seppir.gov.br>.
- Fundação Cultural Palmares: <http://www.palmares.gov.br/?lang=em>.
- Comissão Pró-Índio São Paulo: http://www.cpisp.org.br/comunidades/html/i_brasil_pa.html.
- Coordenação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombos:
<http://quilombosconaq.blogspot.com.br>.
- Agência de Notícias Governo do Pará:
http://www.agenciapara.com.br/noticia.asp?id_ver=93897.
- Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará: <http://www.cedenpa.org.br>.
- Instituto de Terras do Pará: <http://www.iterpa.pa.gov.br/SiteIterpa/>
- Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará.
- Prefeitura Municipal de Óbidos:
<http://www.obidos.pa.gov.br/portal1/intro.asp?iIdMun=100115082>.
- Câmara Municipal de Óbidos: <http://www.camaradeobidos.com.br>.
- Folha de Óbidos: <http://www.folhadeobidos.com.br/>.
- Obidense: <http://obidense.com.br>.
- Chupaosso: <http://www.chupaosso.com.br>.